AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico *ao DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso,* referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. Para tanto, o autor deverá* entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

OS TRABALHADORES E A LEI



1.595 SG (C)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - CDHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

JEANNE SILVA

OS TRABALHADORES E A LEI

Representações Jurídicas sobre os Direitos Trabalhistas em Uberlândia -1930 A 1970

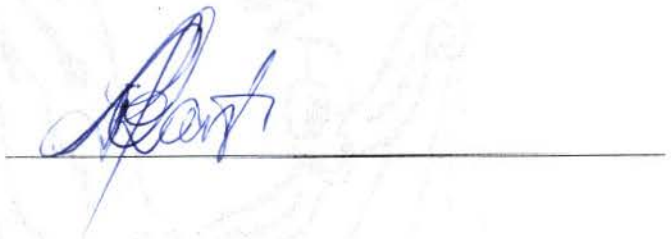
MONOGRAFIA apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito obrigatório à obtenção do título de Bacharel, sob a orientação do Professor Dr. Antônio de Almeida.

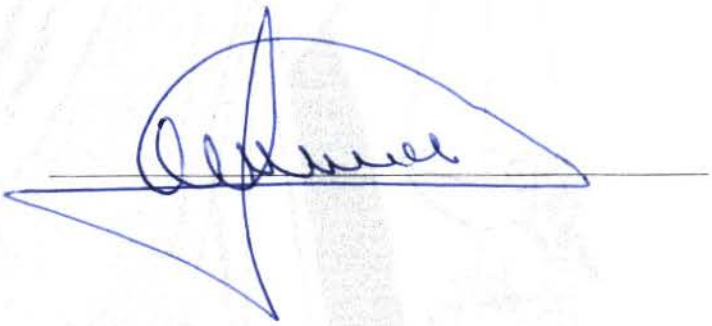
UBERLÂNDIA

2002

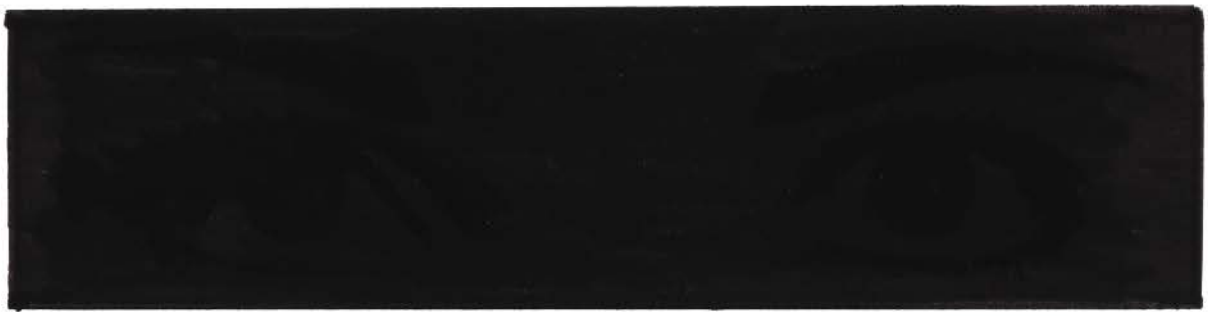
BANCA EXAMINADORA







Já está em tempo de desvendar os olhos
da **JUSTIÇA** para que ela possa enxergar



todas as **INJUSTIÇAS** que foram
promulgadas em seu nome.

(Miriam Amaral Santos)

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO:

À **DEUS**, princípio fundamental de toda vitória.

À meus **PAIS**, Orestes e Francisca, pelo investimento financeiro e afetivo ao longo de todos esses anos de vida. Pessoas sábias que sempre compreenderam a realidade da vida e o desenrolar do processo histórico.

À meu **IRMÃO**, Anderson, pelo apoio prestado na execução dessa pesquisa e de tantos outros trabalhos.

À minha primeira **PROFESSORA** de Jardim da Infância e Professora de História durante todo Ensino Fundamental: Edith Paula da Silva. Amiga que me incentivou na aprendizagem e cultivou o amor sempre dedicado ao estudo da Ciência Histórica e do magistério.

Meu agradecimento especial ao **PROFESSOR-ORIENTADOR** Antônio de Almeida que soube me deixar suficientemente sozinha para pensar por conta própria e suficientemente acompanhada para compartilhar o caminho e reduzir o campo das incertezas e angústias intelectuais. Obrigada pelo imenso respeito intelectual demonstrado às minhas idéias e minhas sinceras desculpas pelas impertinências, falhas e limitações que seguramente ocorreram durante a realização do trabalho.

À todos os **PROFESSORES** do Instituto de História, aqueles dos quais tive o privilégio de ser aluna e daqueles que mesmo indiretamente apoiaram e discutiram idéias que se incorporaram ao trabalho ao longo de todos esses anos. Agradeço de forma especial às professoras Vera Puga no momento da escolha e seleção das fontes e às professoras Rosa Maria e Kátia Paranhos pelas discussões metodológicas que enriqueceram a pesquisa em sua reta final de apresentação.

À todos os **FUNCIONÁRIOS** dessa Instituição, especialmente ao amigo, sempre prestativo e paciente, João Batista.

À todos os **COLEGAS** de Curso que se preocuparam e me incentivaram durante toda essa etapa. É difícil citar o nome de todos sem correr o risco de omitir alguns deles. Mas seguramente eles sabem se estão incluídos.

Ao apoio financeiro concedido pelo Pibic/Cnpq para realização da pesquisa.

RESUMO

Este presente trabalho é uma Iniciação de Pesquisa que visa refletir acerca da luta de classes no interior de processos jurídicos. O campo jurídico, através de sua produção material, fornece ao historiador instrumentos de análise de onde se é possível realizar inferências para a reconstrução de uma história política das idéias.O terreno jurídico, a exemplo de outros espaços sociais, é um campo de batalha entre dominantes e dominados, consubstanciado por intermediações múltiplas que jamais podem ser vistas como algo homogêneo ou indiferenciado. Através de alguns processos de Acidentes de Trabalho é possível estabelecer elos interpretativos sobre os diferentes significados sobre os Direitos Trabalhistas no Brasil e mais especificamente em Uberlândia. Significados presentes nos discursos dos variados agentes sociais que direta ou indiretamente se confrontam no campo simbólico do Direito.

Os processos de Acidentes Trabalhistas são as fontes principais da pesquisa. Desvela-nos as teias de relações sociais e políticas traçadas na cidade de Uberlândia no referido período. Desencadeia as análises do discurso político operado no interior do poder Judiciário, mas levanta questões diversas referentes ao espaço urbano da cidade, à remodelação da cidade operada com a construção da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana, remete-nos ao perigo e risco de acidentes ocorridos no período inversamente à formulação da idéia de progresso no imaginário social, além de despertar para a questão da vinculação entre o discurso de progresso e a disciplinarização legal que visa arregimentar e controlar esse trabalhador nas novas relações de trabalho surgidas. Discute como se realiza o engendramento das relações sociais e econômicas vistas e construídas sob o ponto de vista da Lei, onde o conceito de progresso é construído paralelamente e sob a égide das novas instâncias reguladoras das relações trabalhistas.

Portanto, a construção de uma Teoria Legal de aplicação do Direito do Trabalho é uma faceta que faz alusão ao imaginário social, às representações, cuja linguagem e forma de discurso, nascem num momento histórico específico, tornando-se o legitimador do discurso oficial das elites e fornecedor de elementos que integram esse mesmo imaginário político-social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 06

CAPÍTULO I:
MODERNIDADE, ORDEM E PROGRESSO: A FUNÇÃO DO DIREITO NA REGULAMENTAÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS EM UBERLÂNDIA 30

CAPÍTULO II :
REPRESENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO EM UBERLÂNDIA: A (DES)CONSTRUÇÃO DOS LITÍGIOS. 44

- **ACIDENTES TRABALHISTAS NA COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO MOGIANA: A OUTRA FACE DO PROGRESSO** 45

- **DE VENCEDOR A VENCIDO: AS VICISSITUDES DO PROCESSO JOSÉ COSTA MACHADO.** 55

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 70

FONTES DOCUMENTAIS. 73

BIBLIOGRAFIA. 74

ANEXO ESTATÍSTICO E ICONOGRÁFICO.

INTRODUÇÃO

> ***"A PESQUISA CIENTÍFICA** nasce de uma "confusão de idéias, de hipóteses"...uma pesquisa tem começo, mas nem sempre acaba ...nela se comete erros , mas são os erros que vão permiti-la evoluir ... ela é racional, mas tem o efeito de aumentar o temor e a angústia do pesquisador... com efeito, a exposição de uma pesquisa não é um "show", é um ato de exposição humana..."*
>
> **PIERRE BOURDIEU**[1]

Este trabalho apresenta como um dos seus desafios a busca de compreensão para os significados que os direitos trabalhistas assumem no Brasil, mais especificamente nos discursos que são formulados em Uberlândia (Acidentes ocorridos na Companhia da Estrada de Ferro Mogiana e o Acidente de José Costa Machado), tendo como fonte inicial de pesquisa os processos jurídicos de acidentes trabalhistas ocorridos entre 1930 e 1970, com um recorte historiográfico específico, referente a 1935. Em termos historiográficos é um desafio de construção interpretativa, mas ultrapassa a mera questão da análise do discurso e engendra as relações econômicas, sociais e políticas tecidas conjuntamente no período.

Geralmente quando os processos jurídicos são consultados pelos historiadores, as pesquisas giram em torno dos temas da violência, da criminalidade, interrogações situadas fundamentalmente nas questões relativas ao gênero e à violência. Os processos não são utilizados para análise das lutas trabalhistas, uma vez que as conquistas dos trabalhadores no terreno jurídico são consideradas, via de regra, como mínimas durante esse período.

A realização desta pesquisa nasce da busca de se compreender, no âmbito historiográfico, as representações sociais dos trabalhadores em relação ao campo jurídico e sobre as possíveis metodologias a serem empregadas para o estudo dos processos jurídicos, uma vez que, diversos trabalhos historiográficos começam a enveredar por esta área.

---

[1] BOURDIEU , Pierre . **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989.

Trabalhar nessa perspectiva é também tentar romper com a falta de intercâmbio existente entre o Direito e a História. Nesse aspecto, uma das grandes falhas cometidas por muitos historiadores refere-se ao tratamento que geralmente é dado a área do Direito, considerando-o algo inferior. Os poucos estudos relativos as formas jurídicas dentro da História, geralmente vêm acompanhados de uma visão simplista de que "*a lei é um mero instrumento de dominação utilizado pela classe dominante*"[2], cabendo àqueles, que se dizem progressistas, apenas lutar para combatê-la e, se possível, destruí-la. Por outro lado, os profissionais da área jurídica freqüentemente partem de uma leitura positivista da História. Buscam na História conhecimentos que aparecem de forma cristalizada, factual e narrativa que cumprem um mero papel de estar a serviço da legitimação de um discurso universalista da lei.

Constata-se, assim um duplo equívoco: enquanto os historiadores que reduzem em seus trabalhos o papel que a lei cumpre na constituição das lutas sociais empobrecem e reduzem as possibilidades de abordagem da temática, por seu lado os juristas que insistem em conceber as normas como algo que transcende as realidades sociais também se equivocam. Tais erros surgem a partir de lacunas e omissões, bem como da forma como os conflitos vividos pela sociedade são lidos de forma reduzida, simplificada ou omitidos e distorcidos pelo formalismo jurídico. São os Códigos Processuais, as Jurisprudências, as pesquisas, que têm todo um vasto material de produção do campo jurídico onde o discurso se apresenta como "fora" da realidade de homens e mulheres reais. É como se essa produção jurídica fosse, ela própria, a determinante e regulamentadora de toda vida social, ou seja, o jurídico, como sendo a própria realidade, criando e dando forma ao social. É como se, as normas fossem exteriores aos indivíduos, aliás é com base nessa premissa que o Direito se apresenta como norma reguladora de coerção social. Quase não se mostra que são os indivíduos que produzem e exteriorizam as leis.

Da parte dos historiadores, não são poucos que se relacionam com o campo jurídico de forma preconceituosa, relegando-o a plano secundário, ou partindo da visão simplista de que "a lei é um instrumento de dominação utilizada pela classe dominante", tais leituras impedem que esses historiadores possam lidar como o campo jurídico com a complexidade

[2] Idéia corrente entre os marxistas mais ortodoxos. O historiador inglês E. P. Thompson vai criticar essa atitude radical de desprezo total da lei, argumentando que a História Social também pode ter o campo jurídico como objeto de estudo e que esse tema tem relevante importância.

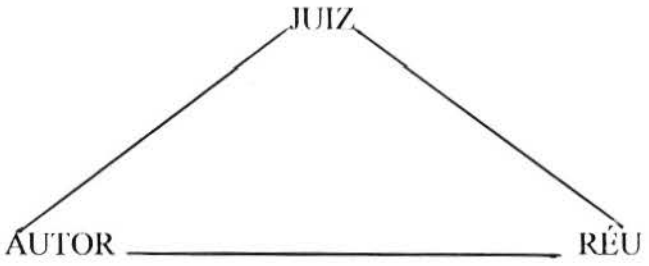
e riqueza que o mesmo encerra. Pois admitir que aquele pressuposto esteja formulado corretamente, é também aceitar que, apenas uma pequena parcela da sociedade, composta pelos setores dominantes, acredita no peso e no valor das leis. Neste trabalho ao se partir da premissa de que " a LEI é constantemente criada e (re)criada pelo homem e para o homem ", o que se busca são análises da historicidade, também inerente ao campo do Direito. E a partir daí, a formulação de explicações não mais calcadas em formalismos puramente teóricos e abstratos, mas a construção de análises que possibilitem recuperar os sujeitos históricos do direito, com suas lutas e conflitos, inerentes a uma sociedade de classes, e, portanto, com objetivos diversos, e não raros, contraditórios. Isso implica compreender a construção do mundo jurídico com suas ambigüidades e contradições. Ocorre que, se a lei fosse formulada num esquema claro e aberto, expressando que a mesma "é a proteção dos ricos contra os pobres", é bem provável que não vigoraria por muito tempo e o Direito já teria sucumbido em migalhas. Entretanto, para serem aceitas e legitimadas, as leis vêm sob o manto da universalização, ou seja, abarcam a todos indistintamente. Cabe reconhecer também que, o Direito vem sofrendo transformações dentro do imaginário popular, pois a cada dia não somente os dominados ampliam sua revolta e indignação contra as autoridades e normas legais, mas também os próprios dominantes assim se manifestam. Inversamente, também são muitos os dominantes e dominados que acreditam no valor positivo da lei e que de alguma forma, recorrem ao terreno do jurídico para resolverem seus conflitos. O que procuramos evidenciar é que o jurídico não é privilégio exclusivo dos dominantes. Abrange, nesta perspectiva, diversos segmentos da sociedade. Faz parte, inclusive, de uma educação cultural e histórica na qual é introduzido e assimilado .

Mas se é fato que muitos duvidam da universalidade da Lei, não é demais afirmar que, por outro lado, todos têm o seu conceito ou formulação individual do que seja JUSTIÇA. Cada indivíduo ou segmento social constroe suas representações, seus conceitos sobre direito e justiça. É em cima dessas noções múltiplas e vagas, que é possível criar-se ideologicamente, e de forma mais ampla, conceitos que abarquem todas as formulações individuais.

É nessa abrangência de construção do universal que se integram e se diluem as representações do particular, as quais só podem ser percebidas numa análise minuciosa dos sujeitos que integram as relações jurídicas do processo materialmente circunscrito. É nessa

formação do geral pela soma ideal dos particulares, que se encontram as lacunas da lei; as chamadas "brechas", ambigüidades ou contradições jurídicas. Tais lacunas são resultados da omissão de que os sujeitos que compõe a relação jurídica são sujeitos múltiplos, advindos de classes sociais distintas e com expectativas de justiça também completamente distintas, intermediados por outros sujeitos sociais oficiais[3], também de formação distinta. E diante de tantas multiplicidades, está instaurado o conflito (conflito este que não é a definição meramente do campo legal, mas do campo social). Portanto, se é verdade que a lei pode ser utilizada como instrumento da elite, não é menos verdade que por ser contraditória, pode ser utilizada a favor dos trabalhadores através do discurso por eles construídos.

Dentro de um litígio jurídico, existe uma relação tripartite sobre a qual se erege e se forma o processo[4]:



Essa tradicional relação, sobre a qual se constrói o processo é formada historicamente, por liames muitos tênues, onde cada segmento possui interesses distintos. Essa divisão também não menciona, uma outra categoria social de agentes, que são os funcionários oficiais da justiça: peritos, avaliadores, médicos legistas, escreventes, escrivães e outros. É como se suas funções fossem politicamente neutras e nada do que fizessem pudesse influir no resultado ou no vínculo triangular acima descrito.

Baseados nas representações particulares que possuem, é que as pessoas de maneira geral, inclusive os excluídos históricos, vão o Judiciário reivindicar seus direitos. Ainda que muitos sejam ou se sintam desamparados, a lei é uma saída, uma busca desesperada de

[3] Estamos considerando aqui a existência de serventuários, peritos, contadores, avaliadores ou outros intermediadores múltiplos que atuam na operação do Direito.

[4] O termo "processo" é caracterizado na pesquisa não significando apenas o conjunto de atos produzidos durante o litígio, mas na acepção material da palavra, como sendo o documento material , formalmente produzido.

solução conflitual, diria mesmo que uma forma de resistência (aprendida culturalmente), uma maneira de minimizarem a violência sofrida e as humilhações produzidas pela exploração social. No imaginário popular, ir 'buscar na justiça' seus direitos, é uma forma de ver reparada uma injustiça praticada.

Os ricos acreditam numa JUSTIÇA que possa beneficiar-lhes e resguardar os seus direitos (quer sejam esses direitos legítimos ou não). E também aceitam as regras do jogo jurídico para alcançar seus objetivos de dominação, com a certeza de que a lei estará do lado deles de uma forma ou de outra. Por isso, como assinala Maria L. de Arruda, "os dominantes ao criarem a lei tornam-se prisioneiros de sua própria retórica".[5]

Certamente os ricos buscam a realização dos seus ideais de justiça. Entretanto, os pobres também buscam uma justiça que possa corrigir erros profundos. Daí não se poder dizer, simplesmente, que a lei é uma aplicação total em favor do poder dos dominantes. O campo jurídico constitui-se num terreno onde os dominados também se fazem presentes e buscam se representar como classe.

Portanto, também o terreno jurídico é um campo de batalha entre dominantes e dominados, consubstanciado por intermediações múltiplas o qual não pode ser relegado pela História. Se por um lado é forçoso reconhecer que na prática, os ganhos jurídicos têm sido favoráveis aos dominantes, nossa tarefa aqui é buscar explicações sobre algumas dessas batalhas jurídicas, nas quais seja possível um diálogo historiográfico pautado num conhecimento mais detalhado sobre a constituição das normas jurídicas, que nos possibilite compreender também essas vitórias. Como alerta Bourdieu,

> *" ...O objeto encontra-se inserido dentro de um campo. O primeiro preceito do método, para se pensar o mundo social de maneira realista é pensar relacionalmente, pois o real é relacional....É muito mais simples , pensar claramente em termos de oposição, de grupos, de indivíduos,* ***de ciências isoladas*** *(inserção e grifo nosso), do que em termos de relações. É muito fácil pensar em termos de dicotomia, noções de classes e grupos estanques, do que pensar em espaços de relação".*[6]

---

[5] ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS , Maria Helena P. **Filosofando: Introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

[6] BOURDIEU, Pierre , **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989

O Direito se consagrou num campo de batalha da chamada "Civilização moderna", forma consagrada historicamente e que tem seu nascedouro na Revolução Francesa e nos ideais Iluministas de propagação da "Igualdade, Liberdade, Fraternidade". E o direito atual tem seu fundamento na garantia suprema da propriedade privada, no trabalho que garante acesso a essa propriedade, no vínculo jurídico que une o trabalhador a seu patrão. E de acordo com cada Estado, o Direito assume princípios peculiares que trarão implicações políticas e sociais às sociedades que o engendraram.

Este processo de historicização da lei, processo de resgate do nascimento do jurídico e de sua implicação como representação social, está presente em diversos autores.

Montesquieu [7] , em meados do século XVIII é um dos precurssores, nessa tarefa que denominamos de "historicização da lei"[8] pois ao longo de toda sua obra, atenta para a vinculação que as leis apresentam com os fatores econômicos, políticos, sociais e religiosos. O direito como ciência normatizadora e positivadora da realidade, é uma previsão de como a realidade "deve ser"(futuro), mas essa elaboração parte de sujeitos "que são"(presente). Daí infere-se que todas as leis são para o seu tempo, pois servem apenas num dado espaço e num dado tempo, limitando sua atuação dentro de determinadas circunstâncias e abrangendo os sujeitos que as produziram e para os fins as quais foram produzidas. Partindo-se dessa premissa, é possível recuperar a historicidade dos sujeitos históricos dentro de um processo jurídico aparentemente calcado na "igualdade', na "universalidade", no formalismo".

Esse formalismo e universalização da lei, esconde a ambigüidade fundamental da desigualdade social, das lutas de classe e dos conflitos de interesse que se impõem na sociedade. Portanto, é essa lei tida como "universal", que legitima determinadas ações, que as enquadra como "certas" ou permitidas, ou "erradas" e condenáveis. De acordo com o discurso da lei, esse liame entre a conduta certa e a conduta errada, não é vislumbrada de forma clara, e certos tipos de condutas podem ser ao mesmo tempo, aprovadas por alguns, condenadas por outros, mas ambas fundamentadas na lei, sendo julgadas com base numa mesma lei. Daí tratar-se o jurídico de um campo de representações e conflitos.

---

[7] MONTESQUIEU , **O espírito das Leis**, 1748.

[8] Historicização da lei significa, de forma abrangente , o processo de perceber a lei como um discurso, ou uma representação construída por sujeitos históricos determinados, inseridos no tempo e no espaço. Portanto um processo capaz de ser percebido (e de perceber) as contradições, lutas e revoltas dos sujeitos sociais.

O caráter universalista da Lei, remonta historicamente ao Direito Jusnaturalista.[9]

O Jusnaturalismo, ou esse direito dito inerente ao ser humano, aos povos, teve uma revivescência durante a idade moderna, no período intercorrente entre o início do século XVII e o fim do século XVIII. Com o Código Napoleônico, aquele perde espaço para o Positivismo. Entretanto, é sob esta escola jusnatural que se escondem autores fundamentalistas das concepções burguesas: Hobbes, Leibniz, Locke (defensor da propriedade privada), Kant, Rosseau, entre outros. O Jusnaturalismo, "vem para dar alguma certeza às leis, vem para afirmar que, entre elas, há algumas estáveis, perpétuas, e imutáveis, que eles chamam de naturais e que são impressas no gênero humano pela condição de sua existência.

> *"... Essas leis inerentes ao ser humano seriam o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade privada – que formariam o tripé dos chamados princípios sociais da Justiça – uma vez que o objetivo direto do Direito é "dar a cada um o que é seu"* –comentário nosso- *... E, dessas leis, há quem conte três ou quatro, quem mais , quem menos: prova que isso é um signo tão incerto quanto o resto. Ora, eles são tão desafortunados (...) que, dessas três ou quatro leis escolhidas, não há nenhuma que seja contraditada e desmentida , não por um só povo, mas por muitos"*[10]

Portanto, os princípios da justiça social, são os princípios de uma classe, ou um segmento histórico, qual seja, o burguês. Conhecer portanto, aspectos da lei, sua articulação, suas plausíveis possibilidades, falhas e representações dos agentes múltiplos que a compõe, realmente importa para historiadores, para uma possível reflexão sobre mudanças, compreensão da exclusão histórica de milhares e milhares de trabalhadores que se formam a cada dia. E não nos restam dúvidas, de que o poder exercido com a mediação da lei é bem diferente do poder exercido sem mediação alguma, pois através da lei e pela lei é que se abriu caminhos em muitas regiões do mundo. Como comenta Thompson em Senhores Caçadores,

---

[9] O direito divide-se , em seu nascedouro, em grandes duas vertentes, o Direito Natural e o Direito Positivo. Sendo este último , conceituado como as leis positivas ou normas concretas que regem cada sociedade.

[10] Montaigne, Essais, Trad. Italiana de F. Garavini, Milão, Adelphi, 1966, vol. I, p770, citado por BOBBIO, Noberto & BOVERO, Michelangelo . **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**, ed. Brasiliense, 1996. P. 17.

> *"as regras e a retórica eram uma máscara, foi uma máscara que Ghandi e Nehru tiveram de usar à frente de um milhão de adeptos mascarados.... nisso insisto apenas num ponto óbvio, existe uma diferença entre o poder arbitrário e o Domínio da lei. Devemos expor as imposturas e injustiças que podem se ocultar sob essa lei. Mas o domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder parecem-me um bem humano incondicional. Negar ou minimizar esse bem , neste século perigoso em que continuam a se ampliar os recursos e as pretensões do poder , é um erro temerário de abstração intelectual....mais que isso é jogar fora toda uma herança de luta pela lei, é desistir da luta contra as más leis e contra os procedimentos classistas , é nos desarmarmos frente ao poder.*[11]

Como é possível notar, **Thompson**, dá uma inegável demonstração de sua postura metodológica inovadora e não discriminatória do Direito. Ao tecer seus comentários a título de manifestar suas conclusões afirma :

> *"...se supomos que o direito não passa de um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e se executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso trabalho estudando sua História , suas formas. Uma Lei seria muito semelhante a todas as outras, e todas , do ponto de vista dos dominados , seriam Negras.* ***o direito importa, e é por isso que nos incomodamos com toda essa História****"(grifo nosso)* [12]

Também, **Pierre Bourdieu**, em seu livro Poder Simbólico, dedica todo um capítulo para explicitar a "força do direito" e fazer uma severa crítica a Thompson e a Althusser, no que reproduzimos na íntegra:

> *" para romper com a ideologia da independência do direito e do corpo judicial (posição de Thompson, que julga ...romper o economismo quando restitui ao direito toda sua eficácia histórica ,afirmando que ele*

[11] THOMPSON, E.P. **Senhores e Caçadores** – trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, P. 358.

[12] BOURDIEU, Pierre . **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989. p 359.

> *está profundamente imbricado na própria base das relações produtivas) sem cair na visão oposta (de Althusser, que vê o direito como instrumento de dominação , forma bastante simplista) ,* ***é preciso levar em conta aquilo que as duas visões antagonistas, internalista e externalista, ignoram uma da outra****, quer dizer,* ***a existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica*** *, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física.* ***As práticas e os discursos jurídicos são com efeito , produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado , pelas relações de força específicas*** *que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e,* ***por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas , que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis*** *e , deste modo , o universo das soluções propriamente jurídicas* [13] *(grifo nosso)*

Pensar o direito como "espaço de relações" é conseguir vislumbrá-lo e enxergá-lo como um espaço onde há reprodução de saberes prontos, acabados e tidos como únicas verdades possíveis, mas onde também existem resistências e lutas, tentativas de mudanças sociais, e afinal onde existe muitas contradições, mais do que simples reprodução ou resistência. O que acontece é que, geralmente, dentro de um senso comum vemos o Direito (e o representamos) de forma idealizada, mitificada, um espaço privilegiado. E onde há privilégios perde-se a possibilidade da igualdade real e do conhecimento efetivo.

Não podemos retirá-lo de um "campo de poder' muito mais amplo. Além de Bordieu, **Michael Apple**[14] insiste nessa visão totalitária ou de estudo integral. Quando analisa a educação, o referido autor busca reintegrar os elementos em que foram divididos a Escola (a nível representativo), as esferas Cultural , Política e Econômica. Essa visão de Michael Apple pode ser transportada para o jurídico, que também foi dividido representativamente em esfera cultural, política e econômica, pois também o direito se

[13] BOURDIEU, Pierre . **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989. p. 211.
[14] APPLE , Michell W. **Educação e Poder**; trad. De Maria Cristina Monteiro- Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p.p. 28 a 33

reproduz como conhecimento cultural, entretanto, ao produzir um conhecimento específico , essa produção é apropriada pelo capitalismo e se transforma em "capital intelectual", englobando o processo produtivo, transformando-se em mercadoria (o comércio do jurídico). Há na composição do mesmo, por fim, elementos de reprodução, de imposição e passividade.

Estes elementos se reúnem e criam seus discursos de representação, cada grupo que compõe a justiça, não têm nada de congruentes entre si, são camadas opostas que buscam objetivos distintos, que vêm de classes sociais distintas e que só tem em comum o fato de dominaram o conteúdo jurídico, ou mais propriamente o saber jurídico. É o caso de juízes, juristas, desembargadores, promotores, advogados, escrivães, peritos, escreventes, notários e um infinidade de profissões distintas que perdem seus matizes individualistas num discurso legal que universaliza a todos indistintamente, que esconde a luta de classes dentro do próprio funcionamento da estrutura judiciária, e que por este motivo, camufla erros, omite os conflitos e as contradições dos sujeitos jurídicos que produzem o direito materialmente, o aplicam e o interpretam num discurso particular.

Cada um desses sujeitos históricos que compõe o processo, integram o vínculo jurídico ou contribuem para lhe dar existência possuem uma abordagem específica, uma visão distinta e interagem socialmente entre si de formas distintas. Cada um deles constitui-se num objeto de estudo específico, com representações distintas do que sejam conceitos de direito, justiça, lei. É nisso que passa a residir, não a totalidade do objeto estudado como coisa, mas a particularidade existente enquanto representação." O mundo real do direito é o mundo construído pelo discurso"[15]. Essas representações não podem ser confundidas meramente com a Ideologia, a primeira abarca a segunda, mas não se confunde com esta. Até porque a "Ideologia" é usada em termos corrente, de forma negativa, representando quase sempre as "idéias correntes da classe dominante para exercerem suas funções de dominação", na maioria das vezes é nesse contexto que o termo é usado, sendo pouco os autores que trabalham um conceito positivo de Ideologia, apenas para expressar quaisquer tipos de idéias, ou idéias em geral, não lhe imprimindo uma carga de negativismo ou pejorativo.

Com **Roger Chartier** duas vias então se abrem:

[15] CHARTIER, Roger .**O mundo das representações** . texto publicado com permissão da revista Annales (NOV/DEZ 1989, nº 06 , pp.1505-1520.

> *Uma que pensa a "construção das identidades sociais (ou termos) como resultando de uma relação de forças entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificá-las, de nomeá-las e defini-las, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz a si mesma;*
> *Outra que "... considera o recorte social objetivado como tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo sua capacidade de fazer reconhecer a existência a partir de uma demonstração de unidade".*[16]

Se confrontadas as idéias do "Poder Simbólico' com a relação de "representação" de Chartier, o vínculo entre ambas poder-se-ia ser assim expresso: "o Poder simbólico' não reside nos sistemas de símbolos criados pelo homem, ele se define num relação entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é , na estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença. A "Relação de representação", entendida como relação entre a imagem presente e um objeto ausente (uma valendo da outra porque lhe é homóloga) traça a teoria de todo signo do pensamento clássico. Ao se formar e se cristalizar tais representações forja-se o chamado senso comum. Em outras palavras, ao atribuirmos funções à instituição jurídica ou criarmos divisões internas em sua estrutura de funcionamento, ou a de enfatizarmos ou priorizarmos certas funções, estamos com esse discurso representativo, "conceituando", definindo papéis, inserindo o direito dentro de um campo de poder. Passamos a designá-lo sempre através dessas funções, cristalizando as crenças que formam o Senso Comum (tanto da reprodução de valores, quanto da resistência). Porque se é verdade que há senso comum no discurso que constrói as teorias de reprodução jurídica, também não é menos verdade que ele aparece nos discursos que traçam a resistência. Pois o senso comum é fruto das idéias cristalizadas sem questionamentos, formando a "opinião de uma maioria". Nesse sentido, conforme alerta Bourdieu:

> *"...a linguagem é um dos maiores depósitos de pré-construções naturalizadas, portanto ignoradas como tal, que funcionam como*

[16] CHARTIER, Roger .**O mundo das representações** . texto publicado com permissão da revista Annales (NOV/DEZ 1989, nº 06 ,

instrumentos inconscientes de construção do senso comum ... (grifo nosso)"[17]

E o Campo jurídico está repleto de tais pré-construções, de formalismos cristalizados, de conceitos petrificados ao longo de anos. Porque de todos os elementos de transformação social, o direito é um dos último a se modificar. No Brasil, por exemplo, a maior parte de nossas leis datam de anos atrás, tenha-se como exemplo o Código de Direito Civil (1916), a CLT (1943) e o Código Penal (1940). Estamos trabalhando, por conseguinte, num terreno minado de perigos, de artimanhas, exatamente porque o direito é a encarnação pura da própria linguagem. O direito está totalmente erguido sob os pilares do discurso (da palavra oral e escrita – da oratória).

O caminho metodológico a ser percorrido consiste, portanto, em perceber algumas "representações" introjetadas nas falas dos personagens e que podem ser discutidas à luz dos autores supra mencionados. Tarefa que não pode ser reduzida meramente a uma análise do discurso jurídico.

Segundo Roger Chartier.[18] enxergar o mundo, as coisas, os homens, como representação, significa abandonar e deslocar três atitudes de trabalho adotadas pela historiografia das décadas de 60 e 70: o projeto de história global, a definição territorial dos objetos de pesquisa instalados em espaços particulares e o primado conferido ao social, considerado como capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais.

Ao renunciar, de fato, à descrição da totalidade, os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais e políticas) e sem que fosse dada primazia à um conjunto particular de determinações (fossem técnicas, econômicas ou demográficas). Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meada das relações e das tensões que as constituem *a partir de um relato de vida*, uma rede de práticas específicas (assim como a prática jurídica) e considerando não haver prática

[17] BOURDIEU, Pierre . **O Poder simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989.

[18] CHARTIER, Roger.: "**O mundo como representação**", publicado com permissão da Revista dos Annales / Nov-Dez..1989, nº6, pp. 1505-1520. O original em francês encontra-se à disposição do leitor no IEA para eventual consulta.

estruturada que não seja produzida pelas *representações*, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo que é o deles.

O grande desafio lançado à História no final dos anos 80, ancora-se num retorno a uma filosofia do sujeito que recusa a força das determinações coletivas e dos condicionamentos sociais e que acredita reabilitar "a parte explícita e refletida da ação", uma reflexão que questiona o privilégio totalitário que confere, ao político, como sendo o nível "mais abrangente" de organização social, e que trava diálogo com a teoria do direito.

Nossa reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática particular, num espaço de trabalho específico, organizada em torno de dois pólos: de um lado o estudo crítico dos textos jurídicos, decifrados nos seus agenciamentos e estratégias de construção; de outro lado, a História do jurídico, capaz de recuperar a análise das práticas que, diversamente, se apreendem do simbólico, produzindo assim usos e práticas diversas.

Adotando-se o pensamento de circularidade cultural é possível articular a tese de que: "o direito (como linguagem técnico-erudita) constrói em seu arcabouço uma representação de mundo, forjando conceitos gerais e amplos de democracia, justiça, lei, soberania; conceitos estes que são infundidos em toda rede social, mas que, em contrapartida, é afetado linguisticamente, por todas as práticas populares, realizadas e vividas nessa malha social, portanto, ao mesmo tempo que o direito rege mudanças, sofre os impactos e variações da mudança. Não há como, portanto, adotar uma linearialidade entre o "erudito" e o "popular", ambos se entrecruzam numa rede contraditória e circular de produção simbólica.

No caso específico do Direito, esse impacto de mudança é muito mais conflituoso e de maiores choques. Pois, a ciência jurídica, tendo como princípio basilar o formalismo, é construído de forma a garantir a manutenção da ordem vigente, e qualquer tipo de mudança pode se apresentar como ameaçadora à essa ordem. Daí ser o direito, no aspecto cultural mencionado, um dos últimos elementos de produção cultural a se incorporarem às transformações sofridas pela sociedade. Basta mencionarmos, por exemplo, que em pleno século XXI, no Brasil ainda somos regidos por um código civil de meados do século passado, e o que não representa sessenta anos para a História? É portanto um espaço complexo e contraditório de ser apreendido em sua temporalidade e compreendido em sua materialidade.

Paulo de Barros Carvalho, em capítulo introdutório de sua obra estabelece uma distinção jurídica, que nos é útil e esclarecedora, para que percebamos a multiplicidade dos significados que o direito pode assumir:

> *"...há diferenças entre:*
>
> - *A linguagem do direito positivo (que é a norma prescritiva)*
> - *A linguagem da Ciência Jurídica do Direito (que é descritiva)*
> - *A linguagem da Teoria Geral do Direito (que geralmente é implícita)*
> - *A linguagem da Lógica Jurídica (unívoca)..." "...Embora ocorra uma totalidade, só é possível apreender por partes..."* [19]

Acreditamos que essa divisão pode até ser válida, segundo critérios específicos, mas o autor, por ser um defensor do jurídico, afirma uma "totalidade", que acreditamos inexistente. Para nós é claro que, nestas elaborações da linguagem, ocorrem lacunas e contradições, às vezes visíveis, outras vezes mais sutis. O que existe é um modelo de representação que mostra o Direito como uma construção indivisa, totalmente lógica, como se todas essas linguagens formassem um todo "unívoco" e harmônico, como disse o próprio autor. Não é o Direito que é unívoco, é a sua representação que assim o constrói, mas que a realidade assim desmente.

É preciso considerar, portanto, que o direito é, além de um conjunto de normas prescritivas, uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos. Deve-se levar em conta, portanto, o conjunto de variações a que está sujeito em sua construção: variação das disposições dos leitores (juristas, advogados, juízes, leigos), variações dos dispositivos dos textos, variações de conteúdo o sustenta. Todas elas devem ser levadas em conta por uma História que postule centralmente a questão das modalidades constatadas da construção do sentido.

Tal perspectiva têm muitos méritos. De um lado define um tipo de pesquisa que, necessariamente, associa técnicas de análise das disciplinas pouco afeitas a semelhante proximidade: a História e a Ciência Jurídica. Constitue um recurso essencial para uma História das apropriações, pois mostra como um saber técnico atinge material e

[19] CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito Tributário**, ed. Saraiva, 1986.

formalmente as pessoas. Distancia-se também de uma apropriação hermenêutica realizada pelos juristas do Direito, pensada como o momento em que a aplicação de uma configuração narrativa particular à situação do leitor refigura sua compreensão de si e do mundo, logo, sua experiência fenomenológica tida como universal e subtraída a toda variação histórica. A apropriação, ao nosso ver, visa uma História social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais, inscritas nas práticas específicas que produzem. Assim voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido, é reconhecer, contra a antiga História Intelectual, que nem as inteligências, nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas, fenomenológicas ou jurídicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas:

> *" ..O retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à "Representação coletiva" autoriza a articular três modalidades de relação com o mundo social:*
>
> *De início o trabalho de classificação e de recorte produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditória , construída pelos diferentes grupos que compõe a sociedade,(...)*
>
> *As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição,(...)*
>
> *As formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou classe."(...)* [20]

As acepções correspondentes à palavra "representações", atestam famílias de sentido aparentemente contraditório: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa ou

[20] Roger Chartier : "**O mundo como representação**", publicado com permissão da Revista dos Annales / Nov-Dez..1989, nº6.

de uma idéia (caso do jurídico). Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo "tal como é".

Outras imagens funcionam num registro diferente: o da relação simbólica, que para Furtiére é a "representação de algo de moral, pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais (...)". A relação de representação encontra-se portanto como uma relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pela outra porque lhe é homóloga.

Por-Royal propõe os termos de uma questão fundamental: o das possíveis incompreensões da representação, seja por falta de "preparação" do leitor, seja pelo fato da "extravagância" de uma relação arbitrária entre o signo e o significado:

> *"**As formas de teatralização da vida social dão um exemplo manifesto de uma perversão da relação representação** (grifo nosso) . Todas visam , de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é o seu referente."*[21]

Pascal desnuda este mecanismo de "vitrine" que manipula os signos destinados a produzir ilusão – e não a fazer conhecer as coisas tais como são:

> ..."*Os nossos magistrados e de certa forma todos os integrantes do Judiciário, conhecem bem , além de outros , esse mistério. As suas togas vermelhas, os arminhos com que se enfaixam como gatos peludos, os palácios em que julgam, as flores-de-lis, todo esse aparato augusto era (e ainda é) muito necessário: se os doutores não usassem borla, capelo e túnicas muito amplas de quatro partes, nunca teriam enganado o mundo, que não pode resistir a essa vitrina tão autêntica. se possuíssem a verdadeira justiça, não teriam o que fazer da borla e do capelo; a majestade desta ciência seria bastante venerável por si própria. Como, porém possuem apenas ciências imaginárias, precisam tomar esses instrumentos vãos que impressionam as imaginações com que lidam; e destarte, com efeito, atraem o respeito."*[22]

---

[21] POR ROYAL citado por Roger Chartier : "**O mundo como representação**", publicado com permissão da Revista dos Annales / Nov-Dez..1989, nº6.

[22] PASCAL, **Pensamentos**, trad. Sérgio Milliet, S.P., Difel, 1957, p.70-71)

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se torne o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. "*Assim, desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta*". [23]. E no caso do Direito, nem a força bruta se exime, pois ela é parte integrante da norma que possui em seu comando o poder de coerção. Estabelece-se, portanto, o direito, pela força e pela aparência.

Como campo de representação por excelência, a força da Ciência jurídica encontra-se na linguagem em que é formulada e se expressa. Seu processo de construção lingüística produz, segundo Pierre Bordieu, dois efeitos maiores:

> *a) "o efeito da neutralização: obtido pelas características sintáticas, tais como o predomínio de construções passivas e frases impessoais;*
>
> *b) o efeito da universalização: obtido por meio de vários recursos:*
>
> - *recurso sistemático ao indicativo, para enunciar normas;*
> - *o emprego de verbos atestativos na terceira pessoa do singular do presente ou do passado composto, que exprimem o aspecto realizado ("aceita", "confessa", "compromete-se", "declarou")*
> - *uso de indefinidos, para exprimir impessoalidade;*
> - *uso do presente intemporal."*[24]

A ciência jurídica é um jogo, resultante de uma série de regras, que une por meio dessa concorrência, agentes diferenciados que vivem da produção e da venda de bens e serviços jurídicos. Portanto, a elaboração de um corpo de regras e procedimentos com pretensão universal é produto de uma divisão do trabalho de um capital cultural específico. Um jogo que opõe as posições de teóricos (condenados à pura construção doutrinal) e as

---

[23] Roger Chartier : "**O mundo como representação**", publicado com permissão da Revista dos Annales / Nov-Dez..1989, nº6

[24] BOURDIEU , Pierre . **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989.

posições de empiristas, limitados à mera aplicação legislativa. De fato, os produtores de leis, de regras, contam sempre com as reações, e às vezes, resistência, de toda a corporação jurídica.

Juízes e juristas dispõe todos, em graus diferentes, do poder de explorar a polissemia ou a anfibiologia das fórmulas jurídicas , recorrendo a mecanismos como analogia[25], equidade[26] ou interpretações à "restrictio sensu ou à extensio sensu legis"[27].

Com efeito, o conteúdo prático da lei, que se revela no veredicto ou também denominada sentença, é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competência técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, de forma desigual, os meios ou recursos possíveis, pela exploração das regras possíveis, e de os utilizar como armas simbólicas para fazerem triunfar a sua causa.

A decisão judicial, elaborada não somente com base na lei, mas também fundamentada nas atitudes éticas dos agentes que lhe aplica, confere à decisão proferida uma eficácia simbólica, que ignora muitas vezes o que a sentença tem de arbitrário, mencionando apenas o fator legal e material que a reconhece como legítima.

A linguagem jurídica é a instituição do monopólio. Uma fronteira entre os que "estão preparados para entrar no jogo" e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de fato dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo espaço mental e, em particular, de toda postura lingüística que supõe a entrada neste espaço social.

Entrar no "jogo" significa conformar-se com o direito para resolver o conflito, é aceitar um modo particular de expressão e discussão que implica a renúncia à violência física e às formas elementares da violência simbólica como a injúria, difamação, calúnia. Embora também haja tantas outras formas de violência simbólicas.

---

[25] Analogia é um mecanismo jurídico que permite interpretação que foge à lógica restritiva e gramatical do dispositivo legal, sendo promovida em face de outras normas , que regulem casos idênticos ao da controvérsia. É um dos meios usados para suprir as lacunas da lei escrita a respeito de certos fatos sujeitos ao domínio do direito , em sua universalidade.

[26] Equidade é o princípio que se fundamenta na igualdade que atende á razão. É a utilização por parte do legislador do seu senso de justiça , sendo fundamentada no caso concreto , concernente ao que for justo e razoável, o quando a lei se mostrar injusta , a equidade do magistrado poderá vir a corrigir seu rigor. Portanto o princípio a ser seguido é o de que a equidade acompanha a lei, jamais podendo ser contra ela.

[27] A interpretação da lei ainda pode ser feita de modo declarativo, extensivo ou restritivo. Quando por omissão ou lacuna da lei , esta é ampliada ou restringida a certos limites. Daí a interpretação da lei ser extremamente elástica.

Entre as exigências que estão implicitamente inscritas no contrato que define a entrada no campo jurídico, podem-se, seguindo Austin, citado por Bourdieu[28], mencionar três:

> *(...)"O fato de que se deve chegar a um a decisão e uma decisão relativamente do tipo "branca ou preta", 'culpado ou não culpado",*
>
> *A acusação e a defesa devem ser ordenadas numa das categorias reconhecidas como PROCEDIMENTO[29], procedimentos estes que não obstante seu número, permanecem muito limitados e muito estereotipados em relação às acusações e às defesas da vida cotidiana. Uma das expressões correntes no Direito é a de que " o que está fora do processo (dos autos judiciais), está fora do mundo".(...)*
>
> *(...)O fato de dever recorrer a precedentes e se conformar com eles, o que pode levar a distorções de crenças e das expressões correntes."*[30]

Portanto, nada menos "natural" do que a necessidade jurídica, o que significa que, o mesmo sentimento de injustiça que pode levar a recorrer aos serviços de um profissional, não é o mesmo em todas as pessoas: é sabido, com efeito, que a sensibilidade à injustiça ou a capacidade de perceber uma experiência como injusta não está uniformemente espalhada e que depende estreitamente da posição ocupada no espaço social. Isso significa dizer que, a passagem do agravo despercebido ao agravo percebido e nomeado, e sobretudo imputado , supõe um trabalho de construção da realidade social do qual se incumbem esses profissionais. São eles quem produz a necessidade de seus próprios serviços ao instituírem os problemas jurídicos, ao converterem a linguagem vulgar à linguagem do Direito, ao avaliarem antecipadamente as probabilidades de êxito, e não há dúvida de que eles são guiados no seu trabalho de construção das disputas por interesse financeiros, e também pelas suas atitudes éticas ou políticas.

---

[28] BOURDIEU , Pierre , **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989. P. 236

[29] Procedimento jurídico é o conjunto de técnicas descritas pela lei destinadas a moverem os processos.

[30] Deste conjunto de exigências constitutivas da visão de mundo jurídico deriva, segundo Austin, o fato de os juristas não darem às expressões correntes o seu sentido corrente e de, além de inventarem termos técnicos ou sentidos técnicos para termos correntes, manterem uma relação especial com a linguagem que os leva a procederem a extensões e restrições de sentido insólitas (cf. J.L. Austin, Philosophical Papers, Oxford, Clarendon Press, 1961, p. 136) .

"O Direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação" que cria as coisas nomeadas e, em particulares os grupos (grifo nosso) [31](confere poderes, certificados, títulos, capacidade, nomes, trabalho, profissões, casamento, associações), tudo que está na origem da Constituição dos grupos, ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação, toda permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas.

O Direito é a forma por excelência do discurso atuante, capaz de por sua própria força, produzir efeitos(grifo nosso) [32]. Não é demais dizer que ele faz o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este.

Daí perceber as intrigantes relações do campo do poder e do campo social sobre o campo jurídico.

A força do Direito encontra-se na legitimidade do qual se acha imbuído, das práticas e usos rotineiros que os agentes jurídicos dele fazem e na crença obtida por parte daqueles que desconhecem seus mecanismos de aplicação, em maior ou menor grau, ignorando o que de arbitrário está na origem e no funcionamento do Direito.

> *"Entretanto tal legitimidade não pode ser compreendida nem como efeito do reconhecimento universal concedido pelos "justiciáveis" que, como quer a ideologia profissional do corpo de juristas, seria o enunciado de valores universais e eternos, nem pelo contrário, como efeito da adesão inevitável obtida por aquilo que não passaria de um registro de estado dos costumes, das relações de força ou, mais precisamente, dos costumes dos dominante."*[33]

> ... *"Deixando de se perguntar se o poder vem de cima ou de baixo, se a elaboração do Direito e sua transformação são produtos de um movimento dos costumes em direção à regra, das práticas coletivas em direção às codificações jurídicas ou, inversamente, das formas das fórmulas jurídicas em direção às práticas que elas informam, é preciso ter em linha de conta, o conjunto de relações objetivas entre o campo*

[31] BOURDIEU , Pierre . **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989. P. 237.
[32] Idem
[33] Idem.

> *jurídico, lugar das relações complexas que obedece a uma lógica relativamente autônoma, e o campo do poder e, por meio dele, o campo social no seu conjunto. É no interior deste universo de relações que se definem os meios, os fins e os efeitos específicos que são atribuídos à ação jurídica...."*[34]

> ... *"O centro de gravidade do desenvolvimento do Direito, na nossa época, (...), bem como em qualquer tempo, não deve ser procurado nem na legislação, nem na doutrina, nem na jurisprudência, mas sim na sociedade ela própria..."*[35]

Portanto, somente nos campos científico e político, é que se pode encontrar os princípios de uma argumentação crítica que tem em vista, fazer do Direito uma 'ciência" dotada de metodologia própria e firmada na realidade histórica, por intermédio entre outras coisas, da análise da jurisprudência.

> ... " *Os efeitos que se geram no seio dos campos não são nem a soma puramente aditiva de ações anárquicas, nem o produto integrado de um plano concreto. A concorrência de que eles são produto exerce-se no seio de um espaço que pode imprimir-lhe tendências gerais, ligadas aos pressupostos inscritos na própria estrutura do jogo de que eles constituem a lei fundamental, como, neste caso particular, a relação entre o campo jurídico e o campo do poder. A função da manutenção da ordem simbólica que é assegurada pela contribuição do campo jurídico é – como a função de reprodução do próprio campo jurídico, das suas divisões e das suas hierarquias, e do princípio de visão e de divisão que está no seu fundamento – produto de inúmeras ações que não tem como fim a realização desta função e que podem mesmo inspirar-se intenções opostas, como os trabalhos subversivos das vanguardas, os quais contribuem, definitivamente, para determinar a adaptação do Direito ao campo jurídico ao novo estado das relações sociais e para garantir assim a legitimação da forma estabelecida dessas relações. É a*

[34]BOURDIEU , Pierre . **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989.

[35] Eugien Ehrlich , citado por J. Carboniier, Flexibe droit, Texts pour une sociologie du droit sans rigueur, 5.ª ed., Paris, LGDJ, 1983, p.21.

estrutura do jogo e não um simples efeito de agregação mecânica , que está na origem da transcendência, revelada pelos casos de inversão das instituições, do efeito objetivo e coletivo das ações acumuladas...."[36]

No trabalho de pesquisa desenvolvido, foram arrolados uma gama de aproximadamente quinhentos processos de acidentes trabalhistas, ocorridos em Uberlândia entre 1930 e 1970. Estes processos foram divididos esquematicamente em dois grupos:

1) Processos cujos empregadores eram pessoas jurídicas. A maior parte dos processos resgatados deste grupo, referiam-se a litígios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, onde eram realizados os Acordos trabalhistas.

2) Processos cujos empregadores eram pessoas físicas. O recorte investigativo surgiu dessas duas vertentes. A pesquisa não teve por objetivo dar conta de todos os processos, uma vez que além da quantidade, o recorte temporal que abrangem é bastante extenso –1930 a 1970.

O **Capítulo I** discute o significado da política trabalhista brasileira e as posturas do Estado durante esse período, com o surgimento da CLT e a regulamentação dos direitos trabalhistas. Uma discussão nacional evidenciando o imaginário como campo de enfrentamento de classes, e uma discussão local, analisando como se constrói esse imaginário de progresso, permeado com a burocratização das instâncias reguladoras do direito. Evidencia que a construção do que denominam "modernidade" não se opera desvinculada da implantação da Lei e de seus mecanismos de controle e construção da ordem.

O Capítulo II analisa duas possibilidades de representações jurídicas que marcam posturas trabalhistas em Uberlândia. O capítulo opera a desconstrução do discurso da lei. Analisamos as condições de trabalho e as implicações jurídicas nas representações

[36] BOURDIEU , Pierre , **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989.

jurídicas e da luta de classe travada nos processos, evidenciando que o discurso de cidade progressista que tem Uberlândia nos dias atuais, começou a ser tecido, dentre outros motivos, com a implantação da Companhia Mogiana, e que tal fato, coletivo e urbano em si mesmo, se entrelaçou nas histórias individuais dos sujeitos sociais. Correlacionamos os discursos produzidos nos processos, com os discursos de progresso formulados pela elite local em jornais e revistas do período e de como os acidentes ocorridos eram imputados única e exclusivamente aos trabalhadores. Acidentes que ocorrem não apenas com os funcionários da Companhia em si, mas que atingem toda a população, pela complexidade das relações urbanas traçadas pela construção da ferrovia. Buscamos recuperar fragmentos da história de Uberlândia e discutir sobre as representações jurídicas assumidas pelos Acordos Trabalhistas.

Portanto, a seleção dos processos em questão, seguiu um critério aleatório, surgido do manuseio das próprias fontes, embasada nos elementos mais significativos das categorias que desejávamos vislumbrar no discurso jurídico:

a) Os que figurassem como "processos completos", ou melhor seria dizer "padrão", no sentido de que contivessem: o discurso patronal, o discurso do empregado, as declarações das testemunhas, o laudo técnico dos peritos, a sentença do juiz, o recurso da parte vencida que não se conformou com o veredito do juiz e o Acórdão do Tribunal do desembargador que reformou a sentença. Em suma, processos onde os vários discursos figurassem no documento.

b) Os que apresentassem uma discussão fundamental sobre a questão trabalhista de conceituação e definição do vínculo trabalhista, pois essa conceituação e definição está na base da própria existência do Direito, que cria, através de seu discurso, a realidade social dos grupos. E toda lide trabalhista se desvela na afirmação ou negação deste vínculo;

c) Os que evidenciassem o confronto interno entre os próprios aplicadores da lei, onde a sentença do juiz de primeiro grau diverge radicalmente da decisão do juiz de segundo grau. A decisão recursal evidencia as contradições existentes dentro do Direito. Esse fato abre o debate para tais contradições e para análise de atuação dos agentes sociais envolvidos na lide.[37]

[37] Um dos princípios do funcionamento jurisdicional em termos processuais é do princípio do *duplo grau de jurisdição*. Por ele a decisão de um juiz de direito (de 1° grau) é submetida a um juiz de 2° grau (desembargador) , de grau hierarquicamente superior. Depois ao Superior Tribunal de Justiça e por fim ao Supremo Tribunal Federal (composto de ministros) . Portanto, os juízes, mesmo sendo independentes para aplicar as leis, tem suas decisões sujeitas às comprovações de outros juízes hierarquicamente superiores. Os juízes não formam , em suma , um grupo homogêneo como se poderia de início presumir. Essa quadro de carreiras já é organizado de forma a estimular a competitividade e a ascensão de carreira.

CAPÍTULO I

MODERNIDADE, ORDEM E PROGRESSO: A FUNÇÃO DO DIREITO NA REGULAMENTAÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS EM UBERLÂNDIA

> ***"Escrever pressupõe escolhas: (...) eu iria dizer a você que o papel do escritor é fazer o leitor ver o que ele, o escritor, viu. E o que o escritor vê não deve ser necessariamente a realidade convencional. Essa nossa conversa não era para ensinar você a ver o que pode ser visto, mas ver o que não se vê. Você não pode adotar a semiótica de médicos e policiais, que através dos sinais de que dispõem precisam descobrir a verdade."***[38]

Os processos jurídicos, mais especificamente os de Acidentes Trabalhistas, evidenciam os discursos, dos mais diversos segmentos. Os processos selecionados para este estudo datam de 1930 até o ano de 1970. Sendo feito um recorte significativo e escolhidos alguns casos isoladamente.

Ao optarmos por este período, tornou-se necessário analisar os mecanismos ideológicos e institucionais que caracterizam a política brasileira dos anos 30, com ênfase para a Ideologia do Trabalhismo, aludindo à questão do Imaginário.

Eliana Dutra,[39] ao debater essa questão destaca a importância do imaginário no discurso do poder, evidenciando esse imaginário como campo de enfrentamento de classes e, como nesse contexto são construídas as figuras do trabalhador e do próprio trabalho. Segundo ela, o que se visa é apagar as diferenças existentes e construir uma imagem harmônica da sociedade. Analisa, portanto, os discursos dos diversos segmentos. Ao adotarmos uma postura metodológica semelhante à da autora, organizamos nossas discussões sobre o discurso representativo encontrado nos processos de Acidentes

[38] CANCELLI, Elizabeth. A cultura do crime e da Lei: 1889-1930. Brasília. UnB: Editora Universidade de Brasília. Edições Humanidades, Série Prometeu. 2001. Introdução pág.11.
[39] DUTRA, Eliana . "A virtude do esforço". In: **O Ardil totalitário**; imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p.295-335.

Trabalhistas da Comarca de Uberlândia, que abarcam inicialmente período discutido pela mesma.

Em "O ardil totalitário", Dutra parte da idéia do trabalho como fonte de todos os valores. É em torno da "virtude do esforço", de enaltecimento do trabalho como fonte de todos os valores, que se delineia um dos principais pilares do projeto totalitário do Brasil de 30: a ordenação do mundo do trabalho. A ordenação desse mundo positivo trabalhista se desdobra também pela criação de um discurso social acerca da armação corporativista, da legislação trabalhista e da justificação do regime Varguista.

Constroe-se no imaginário popular que o "trabalho é o milagre da civilização". Através da técnica, o trabalho é a libertação do atraso e do passado para a modernidade e transformação do futuro. O trabalho é o elemento que vincula a ordem ao progresso .

O trabalho, justificado como bom e útil, acabará resultando em elemento de dominação. Dominação esta que será ocultada, relacionando -a apenas à ascensão social, à dignidade, à moralidade, à solidariedade, à alegria e ao entusiasmo.

A representação positiva do trabalho é expressa nos mais diferentes discursos. Para os comunistas, por exemplo, o trabalho é divisor de águas entre o bem e o mal, a nação para eles está dividida em dois blocos: "as camadas operosas e úteis e as camadas das incúrias dos gozadores de boa situação". O discurso dos comunistas, nesse momento, também coaduna com o discurso do poder.

As massas operárias são vistas sob várias óticas, que fundamentalmente não se diferenciam muito: a começar pelos próprios comunistas, que caem na cilada do jogo do poder: não percebem eles que , o discurso de positividade do trabalho é uma estratégia do poder. Os comunistas enxergam os camponeses como " *...meros instrumentos, meros braços, constituindo apenas o corpo e não a cabeça...* "[40] Nesse sentido são incultos, atrasados, sem instrução, ingênuos, cabendo, portanto aos comunistas a tarefa de "conscientizar' o trabalhador. Ao reconhecer a falta de cultura e a ingenuidade do trabalhador, o próprio Partido Comunista reconhece a inferioridade cultural, propondo formas e a utilização de meios de conscientização Os comunistas não conseguem romper com o argumento racial, mesmo quando tentam contrapô-lo ao preconceito vigente da exploração e injustiça, que atribui o mal do país ao fato de sua origem étnica advir de três

[40] DUTRA, Eliana . "A virtude do esforço". In: **O Ardil totalitário**; imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997 . p.301

raças inferiores. Assim, o discurso continua de olho no trabalhador produtivo, com reafirmação da superioridade do imigrante e a reabilitação dos exilados negros e índios ao mercado de trabalho. E a parte dos comunistas, que rompe com o preconceito racial, reafirma o preconceito cultural. E o deslocamento da discussão do conceito de "raça" para "cultura" cria uma dicotomia que acirra a potencialidade para o trabalho. Dessa forma, a "inferioridade" é reafirmada e, como ela é cultural, é necessário o esclarecimento. Portanto, segundo Dutra, os comunistas caem no ardil totalitário. O imaginário social sobre o trabalhador sustenta estratégias de enquadramento do proletariado na cena política. É como instrumento da ação de grupos que esse repertório de imagens é elaborado.

Para a polícia, o trabalhador é um ..."*desassistido, um inculto, indivíduo inofensivo, sem expressão no campo da realidade prática, que vive coberto de dificuldades financeiras e por esse motivo encontra-se em permanente estado de rebeldia*"[41]... Diante dessa idéia, a polícia confirma a tese de que "a massa trabalhadora é alvo dos propagandistas comunistas que se aproveitam da ignorância e das dificuldades da massa trabalhadora e de sua conseqüente rebeldia para divulgarem suas doutrinas extremistas e falsas. Isso justifica o trabalho policial de luta contra os agitadores sempre perigosos : justifica a "proteção" policial ao proletariado e a sua tarefa de esclarecimento.

A Igreja, diante da fraqueza e do desamparo das massas, através da Ação Católica, se coloca como mediadora entre operários e patrões e decide, no dizer de um de seus participantes, ir ao encontro dos operários.:. " é portanto uma grande amiga e benfeitora dos pobres". E como amiga e benfeitora, ela disputa com os comunistas um espaço junto ao operariado e reforça um imaginário em que o trabalhador é visível na sua inequívoca e necessária submissão, podendo porém ser reabilitado.

A visão do governo, também é clara: "*o trabalhador é sujeito passivo, oprimido, ingênuo... 'e o governo surge como o "salvador"*[42], libertando o trabalhador, amparando-o, criando o direito trabalhista, protegendo as classes trabalhadoras, doando-lhes leis mais justas e exercendo assim o papel de grande mediador entre operários e patrões"...

Diante do imaginário divulgado, os próprios trabalhadores se autodefinem como seres "explorados, oprimidos, sacrificados"...

---

[41]DUTRA, Eliana . "A virtude do esforço". In: **O Ardil totalitário**; imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p.306

[42] Idem. p.309.

Paralelamente às imagens de submissão e inferioridade operária, foi-se esculpindo a imagem do trabalhador ideal: O operário ideal era *"... o obediente, trabalhador, cumpridor do dever, ordeiro, higienizado, patriota, moralizado, pacífico, antigrevista, anticomunista, católico, nacionalista, respeitador e amante da família, possuidor de uma propriedadezinha capaz de assegurar o futuro de seus filhos, disciplinado, etc e tal ..."*[43] No perfil ideal de trabalhador não há espaço para os "acomodados, preguiçosos e incompetentes". A construção de um perfil ideal se presta simultaneamente à negação da divisão social (já que todos se irmanam no valor do trabalho) e à normatização e enquadramento do outro. Por esta visão idealística se o "outro" não se "reabilitar' é porque não quis, pois a oportunidade foi-lhe dada. E a educação se presta a este tipo de papel .

Nessa perspectiva o Estado está presente em todos os movimentos da vida social e é necessário para coordenação da vida social. Aqui se consubstancia os elementos da *teoria corporativista*: a necessidade de organização da vida econômica e política do país e a definição da liberdade como coletiva. O que se propõe, portanto, é a intervenção do Estado nas relações de trabalho como princípio organizador do social, com a *publicização do privado*. O Estado assume uma faceta de neutralidade, de racionalidade, mediando as relações patrões – empregados e evitando os conflitos. É papel do Estado, portanto, criar, portanto, a Harmonia, de forma técnico-burocrática, especializada, objetiva e criar as demais instâncias da vida pública. É ele quem cria as leis, quem regenera os costumes, que reivindica os direitos para os operários.

Essa construção discursiva vem associada à idéia de que 30 é marco de revolução. A política institui que 30 é o marco e o ponto de origem da legislação trabalhista. Obra de Vargas e que caracteriza a ação do Estado sob sua direção. 30 é apresentado como divisor entre o novo e o velho, entre as decisões políticas tomadas com base nos interesses egoísticos e tomadas de forma objetiva e técnica, entre o governo das oligarquias e a realidade corporativista.

Para esse discurso, o trabalho e o capital deixam de ser forças antagônicas para se tornarem forças de conciliação e equilíbrio. Com essa suposta eliminação das diferenças almeja –se uma completa unidade das forças econômicas. O sindicato existente é uno, para a legislação sindical o trabalhador adquire o estatuto de cidadão, e como cidadão sua

[43] DUTRA, Eliana . "A virtude do esforço". In: **O Ardil totalitário**; imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. P.310.

missão é a "de trabalhar para o engrandecimento da nação'. Portanto, o preceito corporativista é elo de ligação entre o Estado e a sociedade civil.

O "ardil totalitário" de Dutra, é uma cilada ao trabalhador, pregada na sociedade e veiculada através de instrumentos múltiplos. Capacita o operário a viver e trabalhar em empresas modernas, hierarquizadas e organizadas racionalmente, sob o mito da eficiência, da competência, com vistas voltadas ao progresso. No 'ardil totalitário" o trabalhador é doutrinado a fazer, a reforçar e a justificar o jogo do poder. Poder este que é corporativista, pois como explica Chauí: "multiplica seus núcleos sem risco de divisão, porque é sempre o mesmo poder que é exercido em todos eles".

Ao lado da negação do "não trabalho", soma –se uma nova política de organização do trabalho, empreendida pelo Ministério do Trabalho, que se rege pelo princípio do Corporativismo. Ocorrerá através do Ministério toda uma unificação social em torno do trabalho.

O Ministério do Trabalho, vai construir um discurso social, um discurso do poder, um discurso "totalitário", que enquanto tal vai se identificar com o poder e com aqueles que estão no topo do poder. Esse discurso encarna um "poder bonzinho' que "doa leis sociais". É um discurso político, mas que nega a si mesmo, porque dissolve o valor político na generalidade do valor social. É um discurso que tenta diluir a oposição existente entre o Estado e sociedade civil e que vai enfatizar a presença do Estado em todos os espaços da vida social. Reafirma o princípio da autoridade e enfatiza a necessidade de aceitação deste. É um discurso que forja o "papel do Estado como mediador', consolidando uma ordem social corporativista.

Dentro dessa lógica corporativista, **O DIREITO** assume sobremaneira um ponto a ser valorizado. A Justiça do Trabalho é uma justiça especializada. Criam –se as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs). Cultua-se o saber específico, normatizado. A origem da norma é o Estado. A sociedade é vista como um organismo vivo, estruturado, hierarquizado (visão positivista). O direito é também um organismo, cuja finalidade é sustentar um equilíbrio entre as forças da sociedade. A legislação trabalhista, dentro dessa mesma visão possui caráter preventivo. O legislador e o jurista são considerados médicos de um gigantesco corpo humano, a sociedade.

Observa-se, portanto, historicamente, a função legal, da construção do discurso trabalhista, onde o Direito trabalhista assume a função positivista de controle, de

enquadramento, de disciplinarização do trabalhador. E o governo Getulista, pós 30 , ao dar ao direito uma nova roupagem de incorporação legal, propaga-se como "herói" do trabalhador oprimido, retirando as conquistas legais das mãos de quem realmente as alcançou : os trabalhadores. Neste sentido, a CLT de 1943, nada mais é do que uma nova roupagem das leis esparsas e antigas, fruto das lutas dos próprios trabalhadores:

> *"...A Consolidação da leis trabalhistas foi uma solução adotada pelo legislador , que consiste na reunião dos textos vigentes num todo harmônico, mas que não tem o caráter de lei nova pelo seu conteúdo. Temos o que se chama, na técnica jurídica de incorporação....O "código" aparece sempre como lei nova, , vigorando desde certo dia. Na incorporação, tanto faz que as leis sistematizadas, compiladas ou transcritas comecem a vigorar , em conjunto ou separadamente. A incorporação não cria Direito novo. Limita-se a organizar o direito esparso existente. A consolidação não tem alma própria. ..."*[44]

Ao insistir na diferenciação entre Código e Consolidação de leis, fica fácil perceber como politicamente o governo Getulista não cria nada absolutamente novo no campo legislativo, apenas incorpora, normaliza e regula as leis existentes. E essa nova roupagem, cria um discurso que modifica radicalmente o "velho".

> *"No Brasil, as primeiras experiências de instituição de um órgão especializado para dirimir litígios trabalhistas surgiu no Estado de São Paulo, em 1922, com a constituição de tribunais rurais compostos pelo juiz de Direito da Comarca, um representante dos trabalhadores e outro dos fazendeiros. Na prática, contudo, tal experiência não produziu os resultados satisfatórios. Em 1932, foram criados os órgãos administrativos , que funcionaram mal e foram reformados, em 1939 e 1940, para chegarem a formar a estrutura básica do Poder Judiciário Trabalhista que nós conhecemos hoje. Mas este só passou a integrar o Poder Judiciário, a partir de 1946, expandindo-se até compreender o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, pelo menos um Tribunal*

[44] RUSSOMANO, Mozart Victor . **Comentários à Consolidação das Lei do Trabalho**. Editora Forense, 9.ª ed. Rio de Janeiro de 1982.

Regional em cada Estado e várias Juntas de Conciliação e Julgamento."[45]

Portanto o Direito do Trabalho é uma faceta que faz alusão ao imaginário, à História das Representações e à linguagem e a forma de seu discurso, nascendo num momento histórico de imensa conturbação política, sendo o legitimador do discurso oficial do governo Getulista.

Neste sentido, podemos afirmar que, o Direito do Trabalho, é uma ponta de lança da denominada ciência jurídica, que toca o cerne do problema das classes sociais (problema de estudos de inúmeros historiadores, entre eles Thompson) nele podendo se pesquisar amplamente a intensa luta travada entre as classes sociais e as soluções ou não desses conflitos

É uma pesquisa que trabalha, por exemplo, com duas afirmações contraditórias: Se Getúlio Vargas foi o "Pai dos Pobres", "protetor da classe operária e doador de leis trabalhistas", como coadunar essa visão com os exemplos de violência, perseguição, disciplinarização do trabalhador? Parodiando Augusto dos Anjos "... a mão que beija é mesma que apedreja" ?... Aí descobre-se que não é o beijar ou o apedrejar(o fato em si mesmo), é a forma com que se realiza esses dois gestos e se constrói o sentido do discurso (é portanto, a interpretação do fato). O mesmo se dá no nível do jurídico. Não se trata de enxergar a lei como protegendo ou açoitando o trabalhador, trata-se da forma como se concretiza os sentidos dos discursos.

Como explicar um governo que se mostra "bom' e ao mesmo tempo age "violentamente" (a censura impede que se mostre o lado repressivo), *"um governo que coloca a polícia no percalço do trabalhador, que chama para si a originalidade e a criação de uma "lei trabalhista" que na verdade antecede o seu governo?"*[46] As poucas conquistas trabalhistas, que foram frutos de lutas amargas da classe operária de até então, são transformadas do dia para a noite (com ajuda da propaganda) em "doação" e "presente" de Getúlio Vargas aos trabalhadores de sua criação "nação". Com isso a propaganda forja um "Estado-Teatro". Como explicar uma lei aparentemente harmônica (externamente) e contraditória (internamente)? Nós respondemos a essa última pergunta afirmando que o desvendamento das fórmulas jurídicas encontra-se no caminho da

[45] GIGLIO,Wagner. **Direito Processual do Trabalho**. 9.ª ed. LRT , 1993. P. 28-31
[46] DUTRA, Eliana . "A virtude do esforço". In: **O Ardil totalitário**; imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.p.309

negação, ou seja, não cair no dogmatismo doutrinário das leis, não se iludir pela harmonia dos discursos, não formular um campo de pesquisa hermenêutico. Se conseguirmos evitar todos esses "nãos", é possível acreditar que conseguiremos construir um campo de pesquisa relacional e interdisciplinar que nos leve a formulações e respostas mais coerentes.

Sob o tripé, onde o mito da ideologia, violência e propaganda interagiram-se mutuamente, criou-se e legitimou-se o que os próprios revolucionários intitularam como processo revolucionário de 30, como o marco de separação entre o novo e o velho, e que a própria historiografia ainda não conseguiu, em larga medida; romper em suas análises.

Em Uberlândia deve-se ressaltar a forte presença das características paternalistas presentes na construção imaginária da C.L.T. Este paternalismo fica evidente quando verificamos o resultado material dos litígios estudados, onde quantitativamente as perdas são evidentes, perdas decorrentes da influência política direta dos grandes comerciantes e fazendeiros da região nas decisões dos processos julgados pela Justiça local e na organização progressiva das instâncias jurídicas municipais, que em Uberlândia terá sua primeira Junta de Conciliação e Julgamento instalada a 19/10/1960.

E como interpretar esse Direito Trabalhista, ele faz parte da bondade do governo que se compadeceu dos "pobres" ou situa-se apenas como instrumento de legitimação e dominação da classe dominante? Até que ponto esse Direito e discurso vão arregimentar os operários para o trabalho e enriquecimento de seus patrões ? Sob a égide do discurso da lei é que haverá o incentivo ao desenvolvimento da industrialização, onde o capitalismo se implantará com força total, onde a linguagem do jurídico se aprimorará como força operante e determinadora de realidades trabalhistas e se entrelaçará com a construção do conceito de modernidade. Uma linguagem que será construída e construirá os mecanismos de exploração e resistência do proletariado.

Nas análises do discurso processual uberlandense é possível retomar a discussão sobre (re)construção do espaço urbano da cidade, durante o período em questão, atestar a forma de nascimento da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana e como os acidentes ocorridos na empresa, tendo como vítimas funcionários e população residente,

afeta diretamente o imaginário popular, modificando os hábitos de vida e forjando os conceitos de modernidade, progresso e direitos trabalhistas. Nos inúmeros processos, nas revistas, jornais da época, nas histórias coletivas ou individuais do período, têm se referências diretas ou implícitas do ideal de progresso que é construído lentamente na mentalidade popular. É no momento de implantação da Mogiana que o discurso de uma "Uberlândia progressista e desenvolvida" começa a ganhar contornos definidos e politicamente organizado, fato que até então não ocorria. Esse discurso do modelo progressista que começa a ser formado e desenvolvido no imaginário social também se verifica no discurso dos agentes sociais envolvidos nos processos. Juízes e advogados, revelam em seus discursos as idéias da Escola Positivista do Direito, que bem a propósito de Elizabeth Cancelli[47], divide o mundo entre trabalhadores e vagabundos, entre patrões e empregados, entre criminosos e não criminosos; enfim, um corpo de normas legais que tem como pano de fundo debates acirrados na área do Direito e da política, em torno da ciência e da verdade; debates estes que regem problematizações que são consubstanciadas no cotidiano das ruas, do ambiente de trabalho, nos julgamentos, nas questões femininas, nos crimes comuns ou mesmo políticos, no papel das elites, enfim, em todas as ações onde o político está circunscrito.

Se no âmbito criminal, a teoria do Direito Positivo vê no criminoso e no seu comportamento o elemento central para a ocorrência do crime, e não o ato criminal em si; no âmbito trabalhista, o que se verifica como desdobramento do positivismo jurídico é a imputação do acidente trabalhista como único e exclusivamente ocorrido por negligência ou imprudência do trabalhador. As condições subumanas de realização das atividades, como por exemplo, o caso dos trabalhadores ferroviários e demais funcionários da

[47] CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da Lei: 1889-1930**. Brasília.UnB: Editora Universidade de Brasília. Edições Humanidades, Série Prometeu. 2001. Introdução pág.11

Mogiana, em momento algum vem à tona. Os novos discursos políticos também omitiram a forma brutal como a Linha de Ferro dividiu a cidade de Uberlândia ao meio, modificando toda a lógica e toda dinâmica do modo de vida da população local.

Na área penal, abordada diretamente por Elizabeth Cancelli e por outros trabalhos historiográficos, a violência aparece de forma evidente, uma violência contra os loucos, os vagabundos, os criminosos, as mulheres. Entretanto quando a questão recai sobre o trabalhador em si, as formas de violência utilizadas não podem parecer de forma alguma como violentas. Nesse sentido o discurso político e jurídico devem entrar em vigor, procurando realizar uma inclusão do trabalhador, criando formas de inclusão e participação, que compensem a expropriação e violência utilizadas contra esse mesmo trabalhador. O discurso de progresso propugna a inclusão do trabalhador, exalta o trabalhismo como a saída benéfica para os males sociais, abre-lhe a possibilidade de exigir seus direitos, de discordar do patrão. Em outras palavras, a violência contra o trabalhador não pode ser consubstanciada num discurso de violência. E o direito é um dos instrumentos dessa negação da não violência, oferecendo no imaginário uma possibilidade de ganho ou redução das perdas para o trabalhador já tão explorado. A violência exercida pelo sistema, contra o trabalhador legalizado é uma forma a que denominaremos de "violência branca", no sentido de que ela é tão dissimulada que, muitas vezes, nem se apercebe sua existência pelo simples fato de habituar-se a ela.

Em Uberlândia, em nome de um ideal de progresso, a chegada da Mogiana implanta, mesmo que com máquinas e instrumentos precários, uma idéia de modernidade, que molda o imaginário social do conceito de progresso, um progresso construído às custas de inúmeras vidas humanas e um amontado de sucata de ferro, uma vez que, as peças e

produtos utilizados na construção e manutenção da ferrovia, eram materiais de quinta categoria.

O papel do Direito nesse contexto de formação do mito de progresso é oferecer possibilidade de inclusão do trabalhador. Obviamente existe um vínculo entre as Instâncias reguladoras das normas e a própria política exercida na esfera municipal. Esse vínculo ficará evidente quando analisarmos o processo de José Costa Machado, um caso onde o trabalhador perde a lide por questões claras de influência política do advogado do empregador e não por questões legais propriamente ditas.

Há, portanto, um vínculo entre a construção do conceito de Uberlândia como "Cidade Progressista", o conceito de modernidade, como sinônimo de implementação da Estrada de Ferro Mogiana (inaugurada em 1895) e a respectiva instauração e aperfeiçoamento das Instâncias jurídicas que operam o Direito (o primeiro Fórum de Uberlândia tem sua criação em 1891, pela Lei nº 11 de 13 de março de 1891), portanto, com apenas quatro anos de diferença entre Fórum e Estrada de Ferro.

A Lei nº 11 de 13/03/1891, dispondo sobre a Organização Judiciária do Estado de Minas Gerais, criou a comarca do novo Município de São Pedro do Uberabinha, subordinado à Comarca de Araguari, oficialmente instalada em 21/12/1891, com sessão solene realizada em 25 de Janeiro de 1892.

O primeiro fórum da cidade de Uberlândia, situava-se à Rua Vigário Dantas, onde foi instalado o Paço da Intendência, em 14/03/1891 ***(FOTO 1 do ANEXO)*** e a Comarca em 25/01/1892 paralelamente à Câmara Municipal em 07 de março do mesmo ano . Observa-se portanto uma instalação paralela do capitalismo que vai sendo implantado na cidade com a respectiva organização dos poderes Judiciário e Legislativo. Durante trinta anos, até 07/09/1922 as atividades jurídicas de Uberabinha foram realizadas à Rua Vigário

Dantas. Somente na década de vinte foram transferidas para um suntuoso prédio localizado na Praça da República, à Rua Visconde de Rio Branco ***(FOTO 2 do ANEXO)*** E finalmente em 1977 é construído um novo prédio para o fórum, situado à Praça Sérgio Pacheco, exatamente no mesmo local onde foi demolida em 1970 a Companhia da Estrada de Ferro Mogiana, que sete anos depois daria lugar ao novo Fórum de Uberlândia.

Em termos trabalhistas específicos, a Primeira Junta de Conciliação e Julgamento, para realização das audiências trabalhistas , só seria instalada a 19 de Outubro de 1960, até então, todas as ações trabalhistas julgadas entre o período de 1892 a 1960 foram julgadas na Justiça Comum, sem prerrogativa de foro especial, ou seja, tratadas como matérias comuns.

Cancelli menciona, nesse sentido, o entrecruzamento dessas realidades jurídicas representadas com o espaço político:

> *"...O lugar onde se articulam o social e sua representação é exatamente o espaço do Político, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e ao mesmo tempo se reflete.*[48].

O estudo historiográfico do Direito, da violência empreendida contra o trabalhador, o crime, a vagabundagem e as regras trabalhistas, fazem parte da Política. Ou seja,

> *"...na medida em que a violência é a negação da própria política, estudar os meios de violência e repressão de uma sociedade é mergulhar no interior da cultura política desta sociedade"*[49].

[48] Texto apresentado na mesa redonda "Perspectivas metodológicas da produção de pós-graduação em história política" do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em 1995 em Recife . In: A esfera do Político na Produção Acadêmica dos programas de Pós Graduação (1985-1994)- Pierre Rosanvallon citado por Márcia Mansor D''Alessio e Maria de Lourdes Mônaco Janotti

[49] CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da Lei: 1889-1930**. Brasília.UnB: Editora Universidade de Brasília. Edições Humanidades, Série Prometeu. 2001. Introdução pág.12

Nesse sentido o Direito assume sua faceta política na construção do imaginário social de uma determinada sociedade, o político, segundo Márcia Mansor D"Alessio é:

> *"...a emergência das experiências coletivas (...) ou seja, nem intenções ocultas, nem subterrâneos incrustados nas tradições, mas aquilo que aparece, que se manifesta regulando as relações humanas. Lugar onde se experimentam vontades e sonhos coletivos, conscientes ou inconscientes."*[50]

Segundo Bronislaw Baczko, o imaginário social é o conjunto dos agentes, dos seus atos, das imagens que os grupos têm de si próprios e dos adversários:

> *"Não será que o imaginário coletivo intervém em qualquer exercício de poder e, designadamente do poder político? Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação de símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio(...) os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, prova, se necessário fosse, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório , dos bens assim protegidos, tais como os emblemas de poder, os monumentos, o carisma do chefe etc(...)*[51]

Portanto, em Uberlândia, é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema da legitimação do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. Por outras palavras, o poder tem

---

[50] D"Alessio, Mária Mansor e Maria de Lourdes Mônaco Janotti. In: **" A esfera do político na produção acadêmica dos programas de Pós Graduação (1985-1994)**. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol09, n°17,1996,p.1-252

[51] Baczko, Bronislaw. In: "Imaginação Social". Enciclopédia Einaud- vol 5 anthropos-homem. 288. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

necessariamente de enfrentar o seu arbitrário e controlá-lo, reivindicando uma legitimidade. Assim:

> *(...) todo poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo. Ora, na legitimação de um poder as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria. Às relações de força e de poder que toda dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento.*[52]

O Direito figura como instrumento de legitimação de uma sociedade que produz o seu sistema de representações e instala seus "guardiões da ordem". O Direito é este instrumento simbólico que maneja as técnicas das representações e dos símbolos. É através das construções simbólicas que o imaginário social se torna inteligível e comunicável, efetuando as representações coletivas na construção da linguagem. A função do símbolo não é portanto apenas instituir uma classificação, como a que se opera no campo jurídico, mas introduzir valores, modelar comportamentos individuais e coletivos, formar no imaginário social valores e significados para termos como Justiça, Democracia, Cidadania etc. Daí ao estudarmos os processos de Acidentes Trabalhistas na cidade de Uberlândia, estamos claramente no campo da cultura política, "*com suas crenças, ideais, normas e tradições que dão peculiar colorido e significado à vida política, aspectos menos tangíveis mas nem por isso menos interessantes.*"[53]

---

[52] Baczko, Bronislaw. In: "Imaginação Social". Enciclopédia Einaud- vol 5 anthropos-homem. 288. Imprensa Nacional Casa da Moeda.p. 310.

[53] Ver Norberto Bobbio, Dicionário de política, Brasília, Ed. da UnB, 1986.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO EM UBERLÂNDIA: A (DES)CONSTRUÇÃO DOS LITÍGIOS.

Inúmeros e variados são os litígios no campo jurídico que nos permitem o levantamento e a fundamentação de diferentes representações trabalhistas. No presente capítulo trabalharemos duas dessas possibilidades: uma associada aos litígios da Companhia Estrada de Ferro Mogiana e outra associada ao litígio de José Costa Machado.

Os litígios da **Companhia Mogiana de Estradas de Ferro**[54] assumem um caráter peculiar entre Empregador Jurídico versus pessoa física, pois aqui não há que se discutir o vínculo empregatício, ou seja, o funcionário é registrado e seus pretensos direitos são líquidos, certos e determinados. Tais lides resultam nos chamados "Acordos Trabalhistas", uma negociação entre as partes litigantes com pagamento de uma Indenização, calculada de acordo com o tipo de acidente ocorrido. Por se tratar de acidentes trabalhistas indenizáveis, o que ocorria nestes Acordos eram apenas os cálculos e os pagamentos das indenizações aos trabalhadores acidentados, operação intermediada pela Companhia de Seguros.

No segunda possibilidade das representações jurídicas emerge o litígio do trabalhador José Costa Machado, buscando uma (des)construção do processo jurídico como algo externo aos indivíduos que o produzem. Um processo cuja produção material envolve um Empregador (pessoa física) versus empregado. Relações de agentes físicos intermediados pelos agentes jurídicos, onde a complexidade da norma assume características mais fluidas e negociáveis frente à historicidade dos agentes no caso concreto.

A aplicação da justiça não se encontra num campo externo de normas e códigos. Todos os princípios que regem o Direito são princípios que estão consubstanciados nos homens que o aplicam, homens com atuações específicas no tempo e no espaço.

Portanto, o terreno jurídico, a exemplo de outros espaços sociais, é um campo de batalha entre dominantes e dominados, consubstanciado por intermediações múltiplas que jamais podem ser vistas como algo homogêneo ou indiferenciado.

---

[54] Verificar Levantamento Estatístico em anexo.

"Acidentes Trabalhistas na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: A outra face do progresso"

A chegada dos trilhos da Companhia Mogiana à cidade de São Pedro do Uberabinha, permite-nos verificar os reflexos da modernidade no campo do jurídico. À medida que o capitalismo avança para o interior do país, as relações de produção são transmutadas e a organização das instâncias jurídicas de controle e regulamentação dos litígios acompanha a modificação do espaço urbano e contribui para a formação de uma representação de progresso, vinculado estreitamente à noção de ordem , como vimos no capítulo anterior.

Num artigo publicado por Eduardo Nunes Guimarães[55], o autor traça um panorama histórico que recupera as condições básicas do desenvolvimento econômico regional do Triângulo Mineiro. Neste trabalho, o mesmo recupera fragmentos históricos que nos remetem à importância dos transportes para formação e evolução econômica do Triângulo Mineiro.

Alguns trechos são úteis para a historicização do surgimento da Companhia Mogiana:

> " *A ferrovia no interior, não deve ser vista, pois, no sentido de atração, mas de expansão (principalmente cereais, açúcar, aguardente, sal e outros). O que coaduna com a história de que, por onde a ferrovia passou transmutaram as relações de produção...* "[56]

> "...A primeira ferrovia que veio ao Triângulo foi a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com sede em Campinas, no estado de São Paulo, organizada em 1872, com capitais cafeeiros. Seu primeiro trecho constava de 106 Km, entre as cidades de Campinas e Mogi-Mirim, com ramal para Amparo. A rentabilidade deste negócio estava assegurada nos

[55] GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. Revista História & Perspectivas. Uberlândia , nº 04, Jan/Jun.1991.
[56] Idem. p.17.

termos da lei provincial n.18 de 21 de março de 1872, com privilégios e garantias de juros de 7% sobre o capital...."[57]

Portanto, de acordo com Eduardo Guimarães a ferrovia veio reformular a organização sócio econômica do Triângulo e ao mesmo tempo redefinir o papel de suas cidades na divisão inter-regional do Trabalho. Os trilhos da Mogiana foram alongados por motivos de expectativas futuras e por garantias governamentais, pois o governo concedia privilégios e garantias de juros de 75 % sob o capital investido. Foi assim que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro através de constantes renovações contratuais com o governo provincial, alargou seus trilhos até a margem do Rio Grande, estação de Jaguara, com contrato firmado em 17 de Fevereiro de 1883. E o Decreto 862, de 16 de Outubro de 1890 concedeu à Companhia Mogiana, o prolongamento de seus trilhos da estação Jaguara até a cidade de Catalão, no Estado de Goiás. Em 1895 inaugurava-se a estação de Uberabinha-Uberlândia ***(FOTO 01 e 02 do ANEXO)***, e em 1896 a estação de Araguari. E os trilhos não pararam por aí, sendo que somente uma década depois é que a Estrada de Ferro Goiás estendeu-se de Araguari a Catalão (1913)e, mais tarde, até Anápolis (1935).

O número dos processos arrolados, figurando a Companhia da Estrada de Ferro Mogiana como Empregadora responsável pelos Acidentes Trabalhistas tem um quantitativo significado e nos remete a indagações sobre as condições de trabalho na única via férrea que transpunha a região do sertão do Triângulo Mineiro e as implicações do discurso que via na Ferrovia o símbolo do progresso e da modernidade. Com a construção da Estação Mogiana, forja-se o discurso de progresso que vai permear todo o imaginário social que apresentará Uberlândia como "*uma das mais lídimas afirmações de progresso do sertão brasileiro.*"[58] Por outro lado, é possível perceber que a Linha Férrea em si mesma, foi responsável por inúmeros acidentes, vitimando os trabalhadores que a construíram ***(FOTO 03 do ANEXO)***, os que nela trabalhavam diariamente e também os transeuntes que por ali eram obrigados a passar. A Linha Férrea alterou o traçado da cidade, prejudicou os moradores da região, dividiu a cidade de Uberlândia, isolando a parte

[57] GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. Revista História & Perspectivas. Uberlândia , nº 04, Jan/Jun.1991. p.17.

[58] Titulo de um reportagem da Revista Uberlândia Ilustrada- Dezembro de 1946, nº 13- Arquivo Público Municipal.

leste da mesma e forçando uma remodelação do traçado urbano para a construção de uma "cidade nova".

Acompanhemos um trecho dessa afirmação nos dizeres da historiadora Valéria Maria Queiroz C. Lopes:

> *"(...)O espaço físico de Uberabinha sofreu uma transformação definitiva quando os braços da Estrada de Ferro Mogiana alcançaram esta plagas. Essas mudanças estão sinalizadas na cartografia espacial do município. Abandonando um padrão arquitetônico, no qual, a rotina demarcava o sentido das vias públicas, uma nova disposição urbanística se apresenta, porém voltada para a observação das linhas retas e ordenadas. O arquétipo de cidade progresso projeta um cenário de amplas avenidas, praças arborizadas, espaços comerciais, cafés, concreto armado, construções imponentes, asfalto, neom, enfim uma série de artifícios e comportamentos previsíveis e padronizados.(...)* ***A Mogiana – evidente símbolo da modernidade dos fins do século XIX- arrastou as fronteiras do espaço urbano, limitando-o, direcionando-o construindo daí uma história calcada no planejamento urbano, organização social e na materialização de um ideal de progresso e desenvolvimento*** *(grifo nosso). Sua abertura de avenidas retas, ampla e simétrica , compondo um tabuleiro em xadrez no qual se desenrola o jogo das forças políticas econômicas e sociais (...).*[59] ***(FOTOS 10 A 13do ANEXO)***

Os processos jurídicos arrolados de 1930 a 1970, no que tangem à Companhia Mogiana Estrada de Ferro como entidade empregadora, refletem as condições precárias de trabalho desses operários que se habilitaram nesse ofício de construção e manutenção dos trilhos. Esses acidentes nos mostram um aspecto pouco divulgado do "Mito de Progresso Urbano", o qual escamoteia os conflitos de classe, forjando um discurso de progresso e modernidade, simbolizado pela ferrovia como a causa do desenvolvimento, e considerando como "natural" o isolamento arquitetônico de parte da cidade e os acidentes ocorridos.***(FOTOS 16 E 17 do ANEXO)***

[59] Folders de apresentação: Uberabinha-a semiologia de um passado. Texto de Valéria Maria Queiroz C. Lopes com realização da XV Mostra fotográfica do CDHIS. Exposição Uberlândia 1900/1990- História através das Imagens.

Não é inoportuno deter-nos também na explicação de que utilizamos o termo "Trabalhadores", designando pessoas que estavam ligadas juridicamente à uma firma empregadora, desenvolvendo um trabalho não eventual, sob subordinação e mediante remuneração.[60] Considera-se assim, essa Companhia Empresarial como arregimentadora de serviços trabalhistas. Essa menção é importante e necessária, porque não iremos adentrar aqui num dos grandes problemas de conceituação do termo. Cabe reconhecer que muitos historiadores acadêmicos utilizam o termo operário, apenas para designar um trabalhador específico introduzido pelo mundo da indústria, o que muitos objetariam aqui, alegando que no período em que se faz o recorte de pesquisa, Minas Gerais se encontrava como pólo eminentemente agrário não havendo que se utilizar o termo.

A mera existência dos documentos legais de Acidentes é prova material e histórica de que as relações trabalhistas eram desiguais; oferecem indícios para sustentarmos que a Estrada de Ferro Mogiana, de Uberlândia, fundada em 1895, apesar se ser um símbolo do discurso de implantação da modernidade, funcionava em condições de precariedade absoluta, numa lógica onde seus funcionários corriam todo tipo de risco, onde as máquinas empregadas eram de péssima qualidade, onde estes trabalhadores eram "abandonados" a esmo para operarem essas máquinas e realizarem serviços para os quais não tinham o menor treinamento ***(FOTO 04 e 05 do ANEXO)***. Em nome da modernidade a Linha Férrea alterou substancialmente a configuração da cidade, apagou um modo de vida quase 'bucólico", pagando com vidas humanas a construção de cada metro da ferrovia.

A Companhia Mogiana da Estrada de Ferro materializou arquitetonicamente o conflito de classes, colocando em evidência as resistências das pessoas comuns diante das normas que regiam o espaço público, que interferiam diretamente em suas vidas cotidianas, reorganizando o trabalho e forjando o discurso de progresso elaborado pelas elites locais.

As principais atividades desenvolvidas na Companhia Mogiana, eram as de choferista, manobrador, carregador, ferroviário, portador, agenciador, caixeiro. Pelas condições de realização dos trabalhos, a grande maioria resultava em perda dos dedos, perda das funções das mãos, esmagamento das mãos, imobilização ou perda das "falanges" palmares, queimaduras das mãos, esmagamento dos pés. Os trabalhadores pisavam constantemente em pregos, tinham suas mãos comprimidas entre os vagões e sofriam traumatismos freqüentes. Ocorriam constantes acidentes em serras elétricas, acidentes em

[60] Definição do termo empregado dado pelo artigo 3° da CLT

máquinas velhas, quedas de "troli", desvio de ferros de trilhos, pedras ou outros tipos de materiais voando na cabeça, nos olhos, enfim,, em partes diversas do corpo dos trabalhadores.

Segundo o discurso patronal, todos esses tipos de acidentes envolviam a negligência, imperícia ou imprudência dos próprios trabalhadores. Trata-se portanto de um discurso que não evidencia as condições materiais de trabalho e ainda acusa o trabalhador de ser o único responsável pelos seus acidentes. Formula a teoria da culpa e negligência do trabalhador, como o caso do processo de João Justino Fernandes X Fernando Argoega, onde a palavra do chefe de manutenção é bem sintomática:

> ... *" se o operário tivesse trocado a serra que o vitimou por outra menor, teria evitado o acidente"....*
>
> ... *" a topia era uma máquina perigosa "tem todos os pertences apropriados para executar qualquer serviço sem nenhum perigo para o operário que usar, motivo pelo qual julga que o operário machucou-se na referida máquina por deixar de usar os aparelhos apropriados,... " que tem por costume advertir os empregados que prefere que eles gastem duas horas em vez de uma, mas que não façam o serviço às carreiras, porque isto importa sempre em desastres".....* [61]

Verifica-se que este discurso não aborda as condições de uso da máquina, faz referência a um tempo para produzir, o que por si só, reforça a idéia corrente do "tempo é dinheiro", "tempo de produção". Afirma ter os instrumentos de proteção ao trabalhador, mas o culpa por não usá-los. Ocorre que, muitas das vezes, as condições de trabalho oferecidas a estes operários eram precárias e geravam por si só, as situações de riscos dos acidentes. O trecho abaixo, de um artigo publicado em 1947, na Revista Uberlândia Ilustrada, faz alusão às condições precárias de trabalho onde estes funcionários da Mogiana atuavam:

> *"Em 1895 inaugurava-se a linha férrea da "Alta Mogiana", transpondo a região bravia do Triângulo Mineiro (...) devemos lembrar que, a Companhia Mogiana não estava naturalmente, naquele tempo provida dos recursos necessários para realisar com perfeição trabalho*

[61] Uberlândia (MG). Justiça Comum. Processo Processo Trabalhista. Sem número- 1935. Partes: João Justino Fernandes X Fernando Argoega. P. 13.

que requeira gastos de material em grande quantidade, construindo diversas linhas do seu traçado.

A penetração do ramal da "alta Mogiana (Ribeirão Araguari) seria uma aventura , de vez que as zonas eram despovoadas e pouco produziam para garantir lucro compensador à Companhia, ***por esse motivo , o que havia de mais perfeito em inferioridade foi destinado a esse setor. Trilhos finos e gastos; bitola estreita, traçado defeituoso e material rodante de qualidade a mais inferior que se pode usar*** *(grifo nosso)..."*[62]

Aqui se menciona as condições de instalação da Companhia e suas condições de operação. Essa crítica se opera no momento de sua construção, observando que todos os materiais de sua construção eram de qualidades inferiores. É óbvio que materiais de péssima qualidade dificultam o serviço de qualquer trabalhador. Mas o artigo continua demonstrando que de 1895, quando foi construída, para 1947, ano de publicação do artigo, a situação não havia se modificado, e enumera as diversas condições caóticas referentes à "barraca que serve de estação" e às condições em derredor da mesma:

*"...****A Mogiana continua na mesma rotina!*** *(grifo nosso)nos seus acanhados e velhos carros reina a mais perfeita desordem, pelo acúmulo de passageiros. Não se tem direito de alimentar e nem repousar, por falta de restaurante e carro dormitório, no longo percurso através do Triângulo. Não sendo revestido o leito da estrada turtuosa, recebem as vítimas o suplício da poeira infernal, durante a estação da seca.(...) os atrasos de trens (...)*

(...)Na sua estrada, que hoje atravessa o centro de maior movimento da cidade, fez uma ***estaçãosinha****, inferior a qualquer uma intermediária da sua estrada. Devido a curta extensão da sua plataforma , os passageiros são obrigados a desembarcar no tempo. Essa* ***barraca*** *que serve de estação, foi construída bem no centro de uma importante avenida, com a finalidade de impedir o seu prosseguimento.*[63]

[62] Revista Uberlândia Ilustrada- nº14, Dez/1947, pp. 12 e 13.- Arquivo Público Municipal.
[63] Idem. Artigo Intitulado: "A alta Mogiana".

Observamos que o artigo, no qual não consta autoria, realiza um discurso de protesto contra as arbitrariedades praticadas pela Companhia. Acreditamos que a situação fosse bem mais caótica do que aparentemente possa parecer, pois a referida revista não seguia uma linha de denúncia social ou não aparentava qualquer interesse pela "população sofrida", seguramente os trilhos da Mogiana modificaram também as relações da elite local, que sob a aparência de preocupação social exigiam uma melhora arquitetônica na "barraca que servia de estação". ***(FOTO 03 do ANEXO)***

Concomitantemente a essa realidade caótica de funcionamento da Mogiana, o artigo menciona a situação ao derredor da mesma, citando a divisão da cidade, a desvalorização das casas vizinhas, a remodelação do traçados das ruas, a construção de passarelas inúteis:

> *"(...) A Companhia fez um esbarrancado monstro ao longo da rua Buenos Ayres, impossibilitou os meios de comunicação de um grande número de habitantes da parte leste da cidade alta, devalorisando suas propriedades...*
>
> *(..)Deixou de cumprir o contrato de fazer um pontilhão na rua dos "Pereiras", no centro desse trecho, para facilitar o trânsito,* ***alheia aos honrosos desastres que aí vem se verificando diariamente, com as vítimas obrigadas `a passagem forçada transpondo o precipício*** *(grifo nosso)*
>
> *(...)Há mais de 10 anos a Companhia projetou a construção de um viaduto, passando pela cidade, sobre o seu páteo, que interrompe o prosseguimento de 4 avenidas centrais. Para substituir essa obra, que viria embelezar muito o centro da cidade, facilitar o transito de veículos e dar conforto a uma grande população forçada a transitar por esta parte, a Companhia, com autoridade* ***"de quem quer pode, e manda"****, construiu agora uma pinguela inútil, com 40 degraus de altura, bem distante do ponto preferido pelo público sofredor. Essa obra monstruosa recebeu no batismo popular, a denominação sugestiva de* ***"pinguelinha do Melazo"***.[64].. ***(FOTOS 18 A 21 do ANEXO)***

[64] Revista Uberlândia Ilustrada- nº14, Dez/1947, pp. 12 e 13. Artigo intitulado "A Alta Mogiana" escrito pela redação da revista- Acervo do Arquivo Público Municipal

Cruzando-se as informações do artigo escrito em 1947, com dados contidos nos processos de Acidentes ocorridos no referido período, fica plausível a idéia de que a Estrada de Ferro era um caos absoluto, tanto para quem nela trabalhava diariamente, como para os moradores que por ali eram obrigados a atravessar, ocorrendo desastres de todos os tipos, vários ocorridos com os funcionários da própria Companhia no desempenho de suas tarefas, vários ocorridos no pátio da Companhia pelas manobras dos trens que atropelavam os transeuntes.[65].

Os processos de acidentes de trabalho da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, refletem, a precariedade das condições de trabalho dos operários da época. Um outro fator que nos chamou atenção foi a idade desses trabalhadores. Observamos uma presença maciça de jovens, na faixa etária de 17 a 24 anos, em sua grande maioria semi-analfabetos.

Desde sua primeira inauguração em 1895, a Companhia de Estrada de Ferro passou por mais quatro reinaugurações. Sua Quarta e última reinauguração, no mesmo local de origem, ocorreu em 24/08/1941 e em 1970 foi totalmente demolida ***(FOTOS 22 A 26 do ANEXO)***, sendo transferida para o local que a conhecemos atualmente, no Bairro Custódio Pereira.

Os processos de Acidentes de Trabalho da Mogiana são bastante formais, não abordam em momento algum questionamentos sobre as condições de realização do serviço, não contam com depoimentos substantivos dos fatos ocorridos. Apresentam unicamente o laudo médico sobre o fato acometido ao empregado e o valor da indenização devida no caso em questão. Esses são os substanciais "Acordos Trabalhistas", onde o trabalhador recebe a indenização devida, de acordo com a tabela jurídica instituída. Portanto o trabalhador tem um preço indenizável para cada função de seu corpo.

Kazumi Munakata, em sua obra **A legislação Trabalhista no Brasil**[66], discute em linhas gerais, a forma histórica com que os trabalhadores foram perdendo gradativamente o controle sobre suas próprias atividades, e de como esse controle foi se transferindo para as mãos do Estado através das normas jurídicas. Segundo o autor, foi a reforma da Constituição Federal de 1831 realizada em 1926 que reorganizou a questão trabalhista no Brasil. Sendo que, desde 1918, o Estado já encaminhava a questão social do Trabalho

[65] Não realizamos nenhum levantamento quanto a esses tipos de Acidente, uma vez que não é este o objetivo de nosso trabalho.
[66] MUNAKATA, Kazumi. **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

como uma questão jurídica. E o Decreto nº 3.724, de 1919, posteriormente reformado em 1923, estabeleceu a responsabilidade patronal em casos de acidentes de trabalho. Diante dessa lei, os empresários passaram a se interessar pela questão dos acidentes, e os trabalhadores se viram separados do valor atribuído a seus próprios corpos:

> *"... o CIB (Centro Industrial do Brasil)- uma espécie de entidade máxima dos industriais- realiza estudos sobre acidentes do trabalho , deliberando , em assembléia , qual o dispositivo legal mais adequado aos interesses patronais. Tais estudos abordam basicamente duas ordens de questões . em primeiro lugar , busca-se retirar da questão de acidentes de trabalho qualquer conotação que desabone os patrões : se os acidentes ocorrem , isto não se deve á negligência dos patrões mas ao "risco profissional" , inerente a qualquer trabalho. Em segundo lugar, trata-se de impedir a participação operária na fiscalização e controle dos acidentes- o que fortaleceria o poder de barganha dos sindicatos dos trabalhadores , além de permitir-lhes o acesso permanente ao interior das empresas. A solução é a delegação dos problemas decorrentes de acidentes no trabalho às companhias seguradoras. ..."*[67]

Em Uberlândia as principais companhias seguradoras que realizavam a intermediação do pagamento das indenizações eram as Companhia Boa Vista de Seguros, a Sul América Terrestres Marítimos e Acidentes, a Cia Nacional de Seguros e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

Portanto, o Decreto de Acidentes do Trabalho estabelece conceitos do termo operário, define o que é ou não um acidente, estipula valor econômico para cada parte do corpo do trabalhador:

> *"...o Regulamento desta mesma lei (Decreto nº 3.724, de 1919) inclui as definições de "acidente de trabalho", "patrão", "operário", etc. As condições para o funcionamento das companhias seguradoras, os procedimentos legais em caso de acidentes e até mesmo a insólita tabela de cálculos das indenizações, em que se relaciona cada parte do corpo humano (olho esquerdo, olho direito, todo membro direito superior etc) à*

[67]MUNAKATA, Kazumi. **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.. p32

porcentagem correspondente de indenização em caso de sua incapacidade...."[68]

Toda tese de Munakata consiste em delimitar a forma como os trabalhadores foram perdendo a autonomia e o controle sobre um trabalho que lhes pertencia e como foi se dando essa apropriação pelo Estado através da burocracia. Munakata afirma ser a "CLT o AI-5 dos trabalhadores", sendo a legislação trabalhista a responsável burocrática direta pelo controle dos mesmos.

Com a modificação do traçado da cidade de Uberlândia pela Ferrovia, a linha férrea gera a coexistência do agrário e do urbano; da carroça e bicicletas, com trens; dos trabalhos realizados sem quaisquer equipamentos de segurança em ambientes ditos industriais, da população pobre com comerciantes de armazéns, tropeiros viajantes. Coexistência de realidades distintas de onde emergem os conflitos.

Com a chegada da Ferrovia, várias das histórias de riqueza e trabalho individual perpassam pela construção de um imaginário que se associa ao discurso de modernidade implementado pela ferrovia, como é o caso do construtor Joaquim Marques Póvoa, que terá sua história imagética associada ao progresso da Linha Férrea: de trabalhador Escavador da Mogiana à Construtor e Comerciante bem sucedido.

[68]MUNAKATA, Kazumi. **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984. p35

"De Vencedor a Vencido: As vicissitudes do processo José Costa Machado".

Esta segunda possibilidade de representação jurídica remete-nos a um caso concreto onde é possível perceber que a norma jurídica não é algo externo aos indivíduos que a produzem. Inferindo-se a partir dessa subjetividade que a luta de classes no interior dos litígios trabalhistas também são responsáveis pela cristalização de certas representações no imaginário popular.

Foi escolhido, pelo critérios dos procedimentos jurídicos e pelos agentes sociais que o integram, o processo de José Costa Machado[69], de 25 de Janeiro de 1935, de Acidente de Trabalho. Os agentes envolvidos na trama são: O Reclamante: José Costa Machado, tendo como advogado o Dr. Celso de Vasconcellos que posteriormente substabeleceu ao Dr. Francisco Elias Barbosa e o Reclamado: Joaquim Marques Póvoa, tendo como advogado, ninguém menos que o próprio Dr. Abelardo Pena. A lide foi julgada pelo Juiz da Comarca de Uberlândia Arnaldo Orlando Teixeira de Moura com sua Sentença reformada em Belo Horizonte pela Egrégia Câmara Cível.

Segundo informação da Revista Uberlândia Ilustrada[70], uma revista da época destinada à perpetuação da memória de enaltecimento das elites e de seus grandes feitos, tem-se a construção imagética do personagem Joaquim Marque Póvoa, sendo figura freqüente em inúmeras exemplares da revista ***(FOTO 01 e 02 do ANEXO)***. Senão vejamos alguns trechos de história construída para esse personagem:

> ***"ÁLBUM DE UBERABINHA- vultos de nossa história.***
>
> *"... Em 1895 foi inaugurada aqui a estação da via férrea Mogiana.*
>
> *Trabalhava na turma de escavadores da linha um jovem português. Chamava-se ele Joaquim Marques Póvoa. Atravessou a picada aberta no serrado acima da cidade onde se abriria a primeira avenida rumo à estação. Nesse itinerário fica hoje a avenida Floriano Peixoto.*
>
> *Possuidor de perfeita vocação para o comércio, deixou o trabalho rude que abraçara no verdor dos anos. Com um pequeno capital economizado, com auxílio dos companheiros da turma, abriu*

[69] Uberlândia (MG).Processo nº 5.753 de 25/01/1935. Reclamante: José Costa Machado. Reclamado: Joaquim Marques Póvoa.

[70] Revista Uberlândia Ilustrada- Maio de 1939- nº 03, pp. 10 e 11/ Fevereiro de 1959, nº18, p.11- Acervo do Arquivo Municipal de Uberlândia.

> *uma vendola, à moda dos "butecos" de hoje, e poz-se em atividade na nova carreira, sonhando alcançar sucesso mais tarde. E a sorte o amparou. Poucos anos depois, abria a CASA PÓVOA, já no edifício de sua propriedade, instalada em 1899. Esse estabelecimento ainda funciona no comercio da rica Uberlândia de hoje, figurando como um dos mais prósperos, mantido pelos seus herdeiros...."*
>
> *"... Tendo sido comerciante e industrial , construiu os cinemas Avenida e Éden Cinema, bem como o Grande Hotel* [71]

Este tipo de material produzido, embora de grande serventia para a História, deve ser lido com o devido cuidado, já que as biografias cumprem um papel de construir personagens, pelo elogio ou descaso, pela criação de virtudes e pela atribuição de realizações, limitando-se às mesmas é muito difícil precisar onde termina o mito, onde começa a história. No caso de Joaquim Marques Póvoa é nítida as intenções de criação da imagem de um português audacioso, trabalhador, que chegou em Uberlândia como um escavador da Mogiana e que em breve estava adquirindo comércio e construindo prédios. Não nos oferece nenhuma explicação a cerca da formação de seu patrimônio, deixa-nos perguntando como um simples trabalhador chega a ser dono de prédios de alugueres. Subjacente a isso está a compreensão de que o sistema pode oferecer a todos as mesmas oportunidades, bastando para tanto trabalhar com afinco. Também busca apagar da memória os seus antepassados. Em um dos exemplares da revista encontramos uma nota, onde o Advogado Homero Santos profere um "discurso de enaltecimento ao valor do trabalho dos portugueses no progresso de Uberlândia, desde os primórdios de sua formação", destacando a figura de Antônio Marques Póvoa:

> *"Antonio Marques Póvoa: nascido em Portugal, no distrito de Coimbra no ano de 1884, vindo para o Brasil no ano de 1895. Contraiu núpcias com D. Lyria Emilia Saraiva, em 1908, nascendo do casal, Joaquim, Antonio, Albertino, Wilson, Maria Aparecida, Maria José e Iolanda. Reside em domicílio próprio, à Praça Rui Barbosa, 204, em Uberlândia,* ***estabelecido no comércio imobiliário*** *(grifo nosso)*[72]

[71] Revista Uberlândia Ilustrada- Maio de 1939- nº 03, pp. 10 e 11- Acervo do Arquivo Municipal de Uberlândia.
[72] Revista Uberlândia Ilustrada- Janeiro de 1952- nº 15, p 08- Acervo do Arquivo Municipal de Uberlândia.

Portanto, provavelmente[73], nosso personagem em questão, Joaquim Marques Póvoa, tenha sido filho de uma família portuguesa abastada, que já estava estabelecida no comércio imobiliário, e que esta tenha sido sua tarefa em continuação à de seu pai. Um construtor imobiliário que contava com a propriedade de inúmeros prédios ou com a participação societária em muitos deles *(FOTO 03 a 06 do ANEXO)* Descrição esta confirmada pelo advogado de defesa do trabalhador, ao afirmar no processo que Joaquim Marques Póvoa era "a mais sólida fortuna do município".

Em síntese, todo processo judicial transcorreu da seguinte forma: o operário trabalhava numa represa d'água, quando durante a obra, voou uma pedra em seu olho esquerdo. O Juiz acolheu o pedido do empregado, condenando o patrão ao pagamento de indenização. Entretanto o patrão recorreu da decisão e o Tribunal o absolveu. É um processo interessante, porque nos levanta questionamentos sobre a aplicação da justiça no caso concreto, ou seja, o que fez um operário vencer numa primeira instância e perder em outra ?[74]. Se existe uma única justiça, essa justiça não pode ser dúbia. Quais as chamadas "provas" processuais que geraram entendimentos tão diversos? Como se constrói e se legitima esse discurso de verdade /falsidade das provas processuais? E no que se diferencia essas noções da visão historiográfica?

O processo do operário que teve o olho esquerdo inutilizado, é o exemplo que utilizaremos para evidenciar algumas discussões sobre a luta de classes constituída também como uma luta simbólica, uma luta onde o campo jurídico está fatalmente imbricado no campo político orientando a atuação dos agentes que o movimenta.

Em termos qualificativos fica evidente a distância entre o operário e o patrão: o operário era um pedreiro de 30 anos de idade, de nacionalidade também portuguesa, casado, e semi analfabeto. É interessante reproduzir na íntegra o discurso construído pelo advogado do empregado, que evidencia a fortuna do patrão em face à pobreza do operário:

---

[73]Essa afirmação encontra-se como uma conjectura, pois no período da Imigração portuguesa para o Brasil, segundo diversos estudos historiográficos, o "fazer fortuna" era algo comum entre os imigrantes, que vinham para cá com a mentalidade de trabalhar e progredir, o "fazer fortuna" para regressar à terra natal. Segundo a mesma revista Uberlândia Ilustrada Joaquim Marques Póvoa nascido em 1876, faleceu em Portugal aos 76 anos de idade em 18/08/1952.

[74] Existe no campo do direito o chamado "duplo grau de jurisdição". Onde a matéria examinada pelo juiz (1° instância) pode ser reexaminada no Tribunal de Justiça (2ª instância) , posteriormente pode ser reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça e por fim o Supremo Tribunal Federal

"... O patrão de nosso constituinte é a mais sólida fortuna desse município. O Sr. Joaquim Marques Póvoa, grande industrial, abastado comerciante, proprietário dos melhores prédios residenciais e de alugueres, é o CRESUS de Uberlândia.

E o acidentado ? um pobre pedreiro, o insignificante operário, colaborando no aumento da fortuna de seu patrão, perde uma vista, perde o olho esquerdo, e o patrão (que não daria um olho seu nem por cem contos de reis)não quer, nem por equidade ou comiseração, nem por obediência à lei e à Jurisprudência, indenizar como deve o infeliz operário.

É por causa de uma destas que o operariado mundial está se levantando em brados de protestos, articulando em todos os países a perigosíssima questão social como força reivindicatória de direitos sonegados...."[75]

Esse trecho nos leva a refletir sobre a construção de representações jurídicas e até sociais que se fazem das pessoas e dos fatos. O advogado de defesa constrói inversamente à figura de rico e poderoso, a imagem de "coitadinho" do operário.

O patrão não se opõe em momento algum a indenizar a vítima do acidente, mas também em momento algum declara sua responsabilidade sobre o mesmo. Inclusive ao prestar os esclarecimentos necessários na delegacia, nem sequer assume que é proprietário de uma empresa, pois segundo palavras do escrivão,"... o patrão declara que a empresa não tem denominação alguma...", e essa argumentação por si só já é suficiente para gerar, durante a instrução judicial um debate jurídico acirrado, uma vez que a declaração feita na delegacia deve ser confirmada quase integralmente em juízo.[76]

Outro aspecto relevante ainda do trecho supracitado, é a possibilidade historiográfica de se interpretar o discurso do advogado. Embora o discurso jurídico seja extremamente formal, buscando uma aparência de neutralidade e procurando camuflar a existência de conflitos sociais nas quais estão envolvidos os agentes, é possível

[75] Uberlândia (MG).Defesa judicial do empregado realizada pelo advogado Dr. Celso de Vasconcellos– página 32 do processo nº 5753.

[76] É interessante observar que a instrução realizada nas delegacias são consideradas fases pré-processuais, ou seja , são práticas que atuam na esfera administrativa e o juiz as considera como peças meramente informativas. Em juízo são feitas basicamente as mesmas perguntas, às quais as partes devem ratificar as mesmas coisas que foram ditas. Esse procedimento quase sempre é causa de contradições, desmentidos, polêmicas. Embora o juiz possa se valer delas , conforme sua vontade.

deduzirmos do discurso acima que, o advogado percebe, enquanto profissional atuante a "perigosíssima questão social dos trabalhadores sem direitos". Como profissional ele percebe a luta de classes e a menciona num documento oficial, um documento que de forma geral tende a camuflar a luta de classes e busca dar aos conflitos uma aparência social harmônica. De seu discurso deduzimos que, por causa das injustiças cometidas em nome da lei, os trabalhadores, percebendo a extrema desigualdade social, se organizam em "brados de protesto" buscando os direitos sonegados. O advogado do empregado ainda acrescenta e alerta que essa questão é uma "questão perigosíssima". Essa fala nos permite analisar que mesmo realizando a defesa de um trabalhador, esse profissional age e pensa como um agente de sua própria classe pois, esclarece em outro trecho citado mais abaixo, que "não é um comunista", faz uma defesa profissional e alerta aos interessados da "perigosíssima" questão social advinda da desigualdade social, deixando evidente que os trabalhadores estão descontentes, em todos os países, com a forma como a lei tem sido aplicada.

A construção do discurso patronal é oposta, apresentando uma explicação totalmente diversa do acidente. O advogado do empregador - Dr. Abelardo M. S. Pena, constrói um discurso totalmente favorável a seu cliente, invocando a "doutrina e a jurisprudência", ou seja, invocando a Lei:

> *'...a ambição (do acidentado) se baseia por certo no fato de Joaquim Marques Póvoa, por ato de humanidade e despreendimento, proporcionar ao acidentado todos os meios para o seu tratamento. Não porque este fosse obrigado a indenizá-lo, mas porque este ato se revestia de um sentimento altruísta da parte de Joaquim Póvoa.*
>
> *"... Joaquim Póvoa, em face da Lei, da doutrina e da Jurisprudência, não se julga na obrigação de indenizar...."*
>
> *"... O suplicante não é construtor de obras ou empreiteiro: fazia pequeno serviço em sua propriedade em Martinópolis, não tem culpa alguma no acidente – nenhuma indenização deve por não ser patrão na acepção da lei de acidente.... prestou-lhe assistência por ato espontâneo de solidariedade humana e não por se julgar obrigado por lei..."*[77]

[77] Defesa judicial do advogado do patrão – página 36 do processo nº 5753.

Pela descrição construída para o patrão pelo Dr. Advogado Abelardo Pena[78], este forja um discurso em que constrói a imagem de seu cliente como um homem extremamente humanitário, repleto de valores morais, capaz de altos gestos de despreendimento e "altruísmo". Um homem capaz de um amor humanitário pelo próximo, porém, que nem patrão é do referido acidentado!

No trecho acima ainda se faz necessário notar a importância que se tem na construção do discurso jurídico não somente a Lei, em si, como norma reguladora de fatos, mas também as chamadas "doutrinas' e "Jurisprudência"[79]. Ambas não substituem a Lei, porém se igualam a ela. É aqui nesse ponto que se forma uma imensa rede de conexão entre leis, julgados, interpretações.

Embora a lei seja construída *in abstracto*, sua atuação só ocorre nos casos concretos, e se "cada caso é um caso", também recorre-se a princípios de analogia para se julgar casos parecidos. Então a lei é e não é imparcial. É e não é geral. É geral, mas apresenta exceções. É una, mas se divide. É portanto um campo de conflito entre os legisladores que a fazem, entre os doutrinadores que a interpretam e entre os Tribunais Regionais que a julgam, de forma distinta uns dos outros. A lei, em seu nascedouro e aperfeiçoamento, é idealizada por homens que também estão incluído numa luta de classes pelo domínio da ciência, da ciência jurídica.

Desse modo, a jurisprudência de um direito não se forma isoladamente, isto é, pelas decisões isoladas. É necessário que se firme por sucessivas e uniformes decisões, constituindo-se em fonte criadora do direito e produzindo um direito novo. É necessário que, pelo costume, as interpretações e explicações das leis a venham formar.

Nesse sentido, percebe-se claramente uma luta no campo simbólico, pois o Direito, embora se apresente de forma positivista com um verniz de unicidade e coerência, compõe-se de uma disputa entre legisladores, doutrinadores e aplicadores do mesmo, num

[78] Pela história biográfica Abelardo Pena formou-se em Direito em Belo Horizonte ((1908), sendo nomeado em 1911 como Delegado de Polícia de São Pedro de Uberabinha. Nomeado em 1912 como Promotor de Justiça e Inspetor Escolar. Em 1915 assumiu o cargo de Juiz Municipal da Comarca, deixando o cargo voltou a exercer suas atividades advocatícias. Também entre 1923 e 1927 ocupou cadeira de Vereador na Câmara Municipal – Coleção Tito Teixeira. In: Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central, vol.II, p.02 e 03 , Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

[79] Doutrina são as compilações e estudos de juristas renomados em áreas específicas do direito. São exposições de jurisconsultos a respeito de pontos controversos do direito. Oferecem diversas possibilidades interpretativas. Jurisprudência são as decisões reiteradas dos Tribunais sobre um mesmo assunto, e nesse âmbito , por sucessivas decisões idênticas vale como verdadeira lei.

jogo de elaborado requinte intelectual e refinada disputa pelo conhecimento técnico que o mesmo apresenta.

Diante de tantas possibilidades interpretativas e das imensas legitimações do discurso jurídico, uma frase sempre se apresenta nos processos, que evidenciam a um observador mais atento, a elasticidade que estamos buscando evidenciar na construção e interpretação da ciência do direito:

> *"... Mas ainda que assim não fosse, supondo-se que a obrigação fosse a de indenizar, a indenização não poderia ser taxada no valor máximo da tabela...."*[80]

Essa frase é uma declaração aberta das brechas e lacunas apresentadas pela lei. O advogado constrói um discurso de forma a ser analisado e interpretado em diversas direções. Afirma em linhas atrás que o patrão não tem obrigação de indenizar o acidentado, porque nem patrão é do mesmo, mas ao mesmo tempo dirige o discurso de forma duvidosa, jogando com a possibilidade de indenização. É óbvio que uma construção lingüística desse estilo é ambígua e à medida que vai avançando o processo, vai modificando as interpretações e direções tomadas. Portanto, as decisões judiciárias assumem às vezes caráter surpreendente, à medida que as provas e os discursos vão sendo construídos.

O promotor de Justiça do referido processo – Dr. Aniceto Maqueroni- ao analisar o mesmo, concordou com o advogado do acidentado e ainda levantou uma questão que ocorre por diversas vezes : o surgimento e a derrogação de leis. As leis são um conjunto de normas hierarquizadas, que muitas vezes para serem feitas e aplicadas dependem da existência de outras, que por vezes nem são criadas. É o caso em questão:

> *"...O Decreto 24.637 de 10/07/1934 preceitua em seu artigo 25, que em caso de incapacidade permanente parcial, a indenização será equivalente a importância de 5 a 80% daquela a que a vítima teria direito se a incapacidade fosse total... Lastimável é que não se tenha ainda elaborada a Tabela a que se refere o artigo 25 supra citado. Resta-nos porém o conforto de que sua lacuna será preenchida com a*

[80] Uberlândia. (MG).Defesa judicial do advogado do patrão: Dr. Abelardo Pena – página 36 do processo nº 5753.

sabedoria e inteligência do M.M. julgador, dando ao acidentado o que foi pedido, fazendo a costumeira justiça ..."[81]

Diante do trecho referido percebe-se que mesmo a lei sendo inequívoca, sua aplicação no tempo e no espaço diante de uma pluralidade de sujeitos, torna-se uma verdadeira "aventura" social. Não podendo ser relegada em momento algum, a subjetividade dos sujeitos que atuam, como se verifica no discurso do promotor, "cabe ao juiz preencher a lacuna da lei". Judicialmente, portanto , o magistrado é livre para decidir. Trata-se de um princípio denominado de "Livre Convencimento Motivado", onde o juiz é livre para se basear nas provas que melhor lhe convier, desde que justifique seu convencimento.

Diante das exposições das partes, o juiz – Dr. Arnaldo Teixeira de Moura[82], forma seu convencimento e decisão da seguinte forma, também, segundo seu discurso, amparado na lei e na jurisprudência:

"...aplicarei ao caso a lei anterior à vigente acima citada (onde o máximo da indenização é 60% e não 80%- esclarecimento nosso), menos na parte processual , porque quando o acidente ocorreu ainda não vigorava o dec. nº 24.637..."

"... o acidentado trabalhava na construção de uma represa d'água . A lei de acidentes do trabalho sujeita ao seu regime a execução, conservação , reparação e demolição de construções de qualquer espécie (Dec.nº 13.493, art.6º, n.2), o que compreende as barragens , a regularização de rios, lagoas, a regularização das torrentes etc...A represa portanto pertence a uma empresa, embora não conste dos autos qual a indústria explorada, não se pode dizer que ordenada tenha sido a construção por um particular. Portanto o reclamado é patrão e o acidente é indenizável..."[83]

---

[81] Uberlândia (MG). Parecer do Promotor de Justiça, Dr. Aniccto Maqueroni.– página 40 do processo nº 5753.

[82]Foi o segundo juiz de São Pedro de Uberabinha- ocupou a vaga do juiz Dr. Duarte Pimental de Ulhôa. Exerceu a Magistratura no período de 11 anos, entre 1928 a 1939, quando foi destacado para ocupar o cargo de Desembargador no Egrégio Tribunal de Justiça de Belo Horizonte.- Revista Uberlândia Ilustrada, Janeiro 1952/nº15,p.06.

[83]Uberlândia (MG).Sentença Judicial. – página 44 do processo nº 5753 de 25/01/1935

Quanto à porcentagem a ser indenizada ao acidentado, baseado na ausência de jurisprudência citada por parte do advogado do patrão, o juiz forma seu convencimento. Daí, o que fica evidente é que, quanto mais recheada de "jurisprudências" citadas, maior a possibilidade de convencimento do juiz:

> *"...a indenização deve ser fixada no máximo, conforme a pacífica jurisprudência citada pelo advogado do acidentado (Rev. For.44, pags.465 e 572, archivo judiciario, 6,443 e 27,170). O advogado do patrão não cita jurisprudência em contrário e a citada pelo advogado do acidentado está bem fundamentada.... Assim já tenho condenado em casos idênticos, neste município, e não encontro motivos para me insurgir contra as duas anteriores decisões que proferi e a pacífica jurisprudência citada..."*[84]

Neste discurso é possível levantar novamente o conservadorismo que assume a ciência jurídica , e muitas vezes a distância que assume entre os problemas reais da vida e a aplicação de leis, muitas vezes arcaicas. Pois se uma coisa vem sendo feita de uma mesma maneira, não há motivos para que se mude, pele simples fato da habitualidade?

Em que pesar as argumentações do representante patronal, o simples fato do trabalhador ter seu olho direito perdido trabalhando para seu patrão, seria o motivo justo para que o mesmo recebesse sua indenização, uma vez que a recuperação de sua visão seria algo impossível. Até os agentes sociais que operavam o Direito, na Comarca de Uberlândia, concordaram com o pagamento da indenização, o promotor de justiça e o próprio juiz de primeira instância, acordaram que o patrão deveria pagar a indenização, uma vez que, segundo o entendimento que faziam da lei a indenização era devida.

Inconformado com a "derrota", a parte vencida pode interpor Recurso. O que significa recorrer a uma instância superior – "À Collenda Corte Civil de Apelação". Ao procurar nova solução jurídica, todos os agentes devem sustentar, perante a Instância Superior, todas as argumentações realizadas, novamente. Advogados e Juiz devem resumidamente explicar à Câmara Civil todas as argumentações. Não se trata de mera repetição do direito, mas de uma atividade onde o acréscimo de informações ou supressão

[84] Uberlândia (MG).Sentença Judicial. – página 44 do processo nº 5753 de 25/01/1935

de informações pode ser vital. O recurso também tem uma finalidade não escrita, qual seja a de protelar a aplicação do Direito. A interposição do recurso ocorre na Instância Superior, geralmente situado em outra localidade, na capital do Estado. Redirecionar o julgamento da lide para outro espaço geográfico, dificulta às partes financeiramente despossuídas deslocar-se ou acompanhar o julgamento de sua lide. A transferência geográfica também rompe com uma cadeia de influências políticas e sociais nas quais estão inseridas os agentes, abrindo espaço para vínculos de outra natureza.

Observemos alguns trechos do discurso que fornecerão margem para análise posterior, onde o patrão que foi a parte vencida e juridicamente passou a receber o nome de Agravante, recorreu:

> *"...o acidente não é indenizável, o agravante não é patrão, pelo agravado não ficou provado tratar-se de caso de acidente de trabalho indenizável, nenhuma prova foi feita. O que se extrai dos autos não autoriza a condenação do agravante ... o agravado fazia serviço particular para o agravante e não para empresa alguma... assim em face da jurisprudência dos Tribunais, notadamente desta Câmara, citada nas alegações de fls. 36 a 38 não se trata de acidente indenizável..."*[85]

Observemos pois que as alegações do patrão, mesmo depois de vencido na decisão de primeira instância, insiste em recorrer ao Tribunal, mas mantém os mesmos argumentos utilizados na defesa apresentada ao juiz de primeiro grau. Em termos essenciais, o mesmo pedido foi formulado.

A peça processual denominada de Contra –Minuta apresenta os argumentos do advogado do acidentado, que insiste em manter a sentença do juiz e reclama, utilizando um discurso bastante emotivo da injustiça cometida contra seu cliente, que embora tenha "ganhado' o direito à indenização, não a levou, pois a interposição de um recurso suspende (pode suspender ou não) a execução da sentença. Portanto, muitas vezes quando a parte vencida recorre, é apenas uma forma de protelar, de retardar a aplicação da justiça. E será que uma justiça que tarda, pode ser essencialmente justa? Senão vejamos a argumentação do Agravado:

---

[85] Belo Horizonte (MG). Tribunal de Justiça. Apelação Cível do processo nº5753.Minuta do Agravante (parte vencida , ou seja, o patrão)- página 49 do processo nº 5753. Trata-se da exposição dos motivos à Câmara Civil .

"...O agravante age como náufrago que para se salvar agarra-se a qualquer cousa que se lhe depara , acabando por se submergir afinal... No caso em questão o patrão do acidentado, fugindo ao dever legal, atracou-se às sutilezas de distinções não autorizadas legalmente, sendo ao final condenado a pagar ao acidentado a importância mencionada na decisão agravada..."

*"... **Percebe-se aliás a finalidade do recurso – é protelar o pagamento de um pobre operário...Isso porém, é a maior das injustiças** ! (grifo nosso) ..É um homem rico que usa do recurso que lhe dá a lei para defesa de direito afim de procrastinar o pagamento de um pobre operário...è o que se pode chamar de abuso e direito.... **Não somos comunistas, mas também não nos agrada prova tão exuberante deste espírito de burguesia** (grifo nosso). Recorrer porque tem pesar de entregar o dinheiro que pertence ao operário, que depois talvez nem tenha dinheiro para fazer voltar o processo à primeira instância para a competente execução?...."* [86]

"... Egrégio Julgador, demos a César o que é de César. Demos ao patrão, isto é, ao Capitalismo o direito de exigir do operário um trabalho razoável, mas não permitamos que este patrão falte com o operário o pagamento prontamente, a tempo e a hora, porque o trabalho do operário é o seu pão de cada dia e por isso eu julgo, pois como injustiça dar à lei este efeito suspensivo, assim dando lugar que o patrão protele o pagamento devido ao operário, a quem tudo mingua nas adversidades, nas doenças, no infortúnio ... é o legislador quem errou e o juiz tem que se transformar em instrumento de correção deste erro... Não vemos pois, motivos para reforma da sentença. [87]

Este trecho, mais especificamente o grifado, nos deixa implícito o caráter capitalista do direito, e revela a desigualdade apresentada pela lei. Embora como admita o próprio profissional uma lei que deve respeitar certos limites e graus de justiça.

Aqui também permite inferências sobre o medo que a Teoria Comunista

[86] Belo Horizonte (MG). Tribunal de Justiça. Apelação Cível do processo nº5753.Minuta do Agravante (parte vencida , ou seja, o patrão)- página 49 do processo nº 5753. Trata-se da exposição dos motivos à Câmara Civil

[87] Contra Minuta do Agravado (parte vencedora, ou seja, acidentado)- página 50 do processo nº 5753.

inculcou no mundo do trabalho durante a referida década. Tem-se a nítida afirmação de que o advogado embora se inflame na defesa do trabalhador, o faz por uma questão profissional, não de classe. O advogado não pode ser em hipótese alguma confundido com um "comunista", um subversivo, mas mesmo estando numa classe social diversa sabe que o trabalhador está sendo lesado, que a lei que está sendo aplicada é injusta. Aqui mais uma vez se explicita a luta de classes e a desvantagem do proletariado frente à classe burguesa.. Tal advogado faz a defesa do Capitalismo, mas não coaduna com um capitalismo tão selvagem ou abrupto como este explicitado no processo, onde um patrão incontestavelmente rico e poderoso se nega a pagar uma indenização a um de seus trabalhadores que tem sua vida parcialmente destruída, pois seu olho não tem recuperação e o fato reduz sua capacidade produtiva.

O juiz não acrescenta nada de novo à Egrégia Câmara Cível, apenas limita-se a declarar que proferiu sua decisão de acordo com as outras decisões proferidas por ele mesmo em outros casos semelhantes e mantém a decisão agravada, para que os autos subam, no prazo e nas formas legais.

Até aqui, tudo nos parece crer que o acidentado realmente deve e tem direito à indenização, pois o advogado já convenceu o juiz, e o promotor concordou com ambos, somente o patrão ainda se prendeu às argumentações iniciais de se negar como patrão. Entretanto a decisão do Tribunal surpreende, pois senão vejamos:

> *"...Acordam em Câmara Civil da Côrte de Apelação, adaptado o relatório retro referido como parte deste, dar provimento ao Agravo e reformar a sentença apelada para absolver, como o fazem, o Agravante da ação intentada...."*
>
> *"...Os artigos dos quais se basearam a sentença (lei nº 3.724 de 15/01/1919 e seu referido regulamento baixado com o Decreto 13.498 de 12/03/1919- explicação nossa) no domínio dessa legislação foi que ocorreu o acidente de que foi vítima o agravado, só tem elas aplicação fundadas que são no risco profissional , quando se trata de exercício de indústria, quando é o patrão industrial e utiliza dos serviços de operário sem feito de lucro. Por elas não são amparados os que são vítimas de acidentes em trabalho que são contratados diretamente por particulares sem fito de lucro.* ***Neste sentido tem sido constante a doutrina e a Jurisprudência*** *(grifo nosso). Ora, o trabalho a que se entregava o agravado e em que sofreu o acidente, era o de pedreiro, na construção de*

> *uma represa d'água em uma chácara de propriedade do agravante.* ***Trata-se de uma represa d'água em uma chácara de sua propriedade, e este sempre contestou, sem prova em contrário, ser industrial.*** *(grifo nosso- A expressão que usou quando disse à autoridade policial que sua empresa não tinha denominação, trata-se de uma resposta que foi dada a uma pergunta mal formulada pela autoridade policial que perguntou erroneamente, seguindo algum formulário de que qual a denominação da empresa – explicação nossa).* ***Não está, portanto, o agravante obrigado a indenizar o agravado, a quem, aliás proporciona meios para seu tratamento*** *(grifo nosso).*[88]

É interessante observar que mesmo diante do final do julgamento da lide pelo juiz e pelo Tribunal, ainda nos resta a indagação de saber como esses julgamentos são tão distintos! Ainda se tem a indagação de sabermos se a Justiça realmente foi atingida. Diante de tantas "doutrinas e jurisprudências citadas", ainda fica a indagação das provas suficientes para comprovação da verdade. Ainda cabe mencionarmos que no caso de ter sido derrotado, o agravado (acidentado) que tinha inicialmente conseguido o direito de receber uma indenização de "*quatro contos, tresentos e vinte mil réis*" (4.320$000), com o pagamento das custas do processo pelo Patrão, decretada em sentença pelo juiz; agora se vê obrigado pela Câmara Civil a pagar as custas do processo, uma vez que se torna a parte vencida .

A luta desse operário começou em 20 de Julho de 1934, quando sofreu o acidente que deixou seu olho esquerdo praticamente inutilizado, e terminou processualmente em 25 de Maio de 1935 com sua derrota definitiva.

É interessante observar que a construção do diálogo jurídico é pois, amplamente ambígua e contraditória. O esquema dos ritos e procedimentos sacralizados, tentando escamotear a ação subjetiva dos agentes que nele atuam, a constante recorrência a leis, doutrinas e jurisprudências criam um ambiente técnico de atuação, onde o fato deixa de assumir feição importante, ou mesmo quase desaparece por completo, para se criar uma disputa no campo simbólico. E o simbolismo do direito é formado por um sistema complexo que envolve as normas, os agentes, a cultura, as lutas e contradições do sistema vigente.

---

[88] Relatório de Julgamento proferida pela Câmara Civil de Belo Horizonte -página 57/58. Processo nº 5753.

Ginzburg, ao apontar para a diferenciação da análise do historiador com o juiz, de como cada um formula e olha para o processo de modo distinto, afirma:

> *"... Así pues , el contexto, entendido como lugar de posibilidades históricamente determinadas, sirve par colmar lo que los documentos no nos dicen sobre la vida de un individuo. Pero estas ocupaciones de lagunas son posibilidades, no consecuencias necesarias: son conjeturas, no hechos comprobados...pues existe um terreno común a jueces y historiadores: el de la verificación de los hechos y, por ello, de la prueba... También revela no ser completa la convergencia sobre la verificaión de los hechos. Los hechos que examinan los jueces y los historiadores son, en parte, diferentes, sobre todo porque diferente es, en unos y otros, la actitud hacia el contexto, o mejor, hacia los contextos....El camino del juez y el historiador, coincidentes durante un tramo, luego divergen inevitablemente. El que intenta reducir al historiador a juez, simplifica y empobrece el conocimiento historiográfico; pero el que intenta reducir al juez a historiador contamina irremediablemente el ejercicio de la justicia...."*[89]

Ao analisarmos os processos de Acidente do Trabalho, como historiadores, buscamos compreender o significado que o discurso da luta assumiu entre os patrões e empregados. Observa-se, que no caso em questão, o discurso patronal ocorreu no sentido de negar a existência do próprio vínculo empregatício, não assumindo a possibilidade do risco de trabalho. Evidencia-se também as contradições entre os conhecimentos técnicos do Magistrado quando confrontados com a decisão do Tribunal. Daí, é possível perceber a historicidade da própria lei enquanto norma aplicada ao caso concreto. Os processos são formados e estão envolvidos numa luta de classes, que abrangem todo o sistema capitalista, e isso ficou evidente quando recortamos o discurso do advogado que embora criasse um discurso inflamado em defesa do operário, evidenciou sua postura de classe, pois não era "comunista", reconheceu "o dever do patrão de exigir um justo serviço, mas reconheceu também como prerrogativa, "o direito do empregado de receber a tempo e a hora". Vimos como os operadores do Direito se apropriam da repetição de "doutrinas e jurisprudências" para confirmarem seus argumentos, um juiz que vê suas decisões jogadas "fora" pelo

[89] GINZBURG, Carlo. **El Juiz y el historiador**. Consideraciones al margen del proceso Sofri.trad. por Alberto Clavería. Ed y Impresion : Grupo Anaya & Mario Muchnick S/A- 1993- p.112.

Tribunal Superior que reforma sua decisão de indenizar o acidente. Todas essas argumentações servem para identificar que o mundo real do direito, é, como nos afirma Roger Charttier, o mundo construído pelo discurso de Juízes, desembargadores e advogados. Neste caso, esses agentes travaram no processo de José Costa Machado uma disputa acirrada no campo simbólico do jurídico e social, perdendo de vista o fato e o sujeito –acidentado.

Todo jogo jurídico consistiu em provar se ele era ou não era "trabalhador". As atividades concretas por ele desenvolvidas e as marcas do trabalho pesado presentes em seu corpo são marcas significativas das quais o jogo deixou de relacionar. O que prevaleceu foi a leitura das relações contratuais modernas, para as quais prevalece mais o registro formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo uma informação televisiva divulgada no Jornal Nacional de 10 de Março de 1998, baseada em pesquisas do Economista José Pastore, ocorre no Brasil cerca de 400.000 acidentes de trabalho por ano, com aproximadamente 3.800 mortes. As empresas gastam cerca de 12,5 milhões de reais com todos esses acidentes e as famílias gastam aproximadamente o mesmo montante. Sendo que o Estado dispõe de aproximadamente 5 bilhões de reais com a ocorrência desses acidentes. Se com o decorrer do tempo as empresas foram se aprimorando com a criação de órgãos como a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), verifica-se não uma preocupação direta com a integridade física de seu funcionário, mas uma tentativa de se controlar gastos e despesas que podiam e podem ser onerosos, caso a empresa não exerça um controle sobre os gastos destinados à prevenção desses acidentes.

A década de 30 foi um período que, contrariamente, não possuía uma organização patronal que regulamentasse a contento os casos de acidentes trabalhistas. Estes eram imputados como decorrentes únicos e exclusivamente da negligência dos trabalhadores. O ofício dos trabalhadores ferroviários era ainda mais precário. A construção da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana nos deixou entrever as precárias condições de trabalho e os riscos que os funcionários da empresa sofriam constantemente. Se a ferrovia modificou o espaço urbano, alterou e ofereceu riscos ainda maiores para os funcionários que nela trabalhavam diariamente. Ao mesmo tempo em que esses trabalhadores se arriscavam num trabalho precário e repleto de acidentes, as elites forjavam o discurso de modernidade e de "Progresso" implantado pela Linha de Ferro. E o Direito era um instrumento que se prestava a intermediar essa relação de ambigüidade entre a prática trabalhista e a representação do mito de progresso, tendo uma conotação muito particularizada em termos de paternalismo, uma vez que, se considerarmos o eixo São Paulo como mais desenvolvido, verificaremos que a realidade de Uberlândia ainda se encontrava distante dos acontecimentos paulistas. Aqui em Uberlândia, o controle político exercido sobre o campo jurídico é bem mais nítido, tendo em vista as práticas paternalistas realizadas e o resultado das ações empreendidas.

A discussão levantada por Kazumi Munakata sobre as representações jurídicas trabalhistas é pertinente ainda hoje.

Diante da situação que vivemos, trata-se de analisar as representações criadas acerca do direito e das normas jurídicas. Pois o que vem acontecendo em pleno final de século XX e início de século XXI é que mesmo todos esses aparatos judiciais normativos - que Munakata considerava "correntes e mordaças" dos trabalhadores- vem sendo progressivamente quebrados e destruídos diante da moderna reengenharia do trabalho. O que vem ocorrendo é que a chamada Política Neoliberal exercida no país, transformou o trabalho e as condições de sua realização, numa atividade incerta e precária, sem perspectivas de segurança ou continuidade, tal como era exercido na década de 30. O que se tem com a implantação da chamada reengenharia do trabalho, nada mais é, do que , no nosso entendimento, uma dominação internacional do capital estrangeiro que destrói por dentro a organização das empresas nacionais e transforma o funcionamento das mesmas em função das necessidades do capital internacional, em detrimento das relações e normas trabalhistas até então vigentes; num mercado onde o chamado "exército de reserva", se constitui, nos países periféricos como o caso do Brasil, em milhões de trabalhadores desempregados ou subempregados, que constituem uma legião de homens que estão se tornando cada dia mais excluídos do processo produtivo, dito de "globalizado". O mercado realiza então uma mudança a nível internacional, e também nacional, com a perda progressiva dos direitos humanos. No nosso entendimento portanto, a chamada Globalização, não é nada mais, nada menos do que a faceta de dominação dos países ricos sobre os países pobres, destruindo e desconsiderando os aspectos étnicos, culturais, religiosos e produtivos desses países. O que para muitos trabalhadores pode significar a realização de um sonho, em ter seu próprio negócio, em ser "autônomo", na verdade joga o país numa economia informal de mercado que representa na prática uma grande perda de divisas para o país. A grande maioria desses "autônomos" vivem em situações precárias e inseguras de trabalho, à revelia da sorte . Entretanto, os trabalhadores de CTPS registradas, também se submetem a exploração de todos os tipos, vêem seus direitos esmagados a todo momento, embora, ainda lhes restem o consolo de se considerarem satisfeitos, num mundo onde o trabalho se torna cada vez mais precário, incerto. Onde as relações capitalistas de sobrevivência dos trabalhadores vão se tornando cada vez mais impossíveis.

Em outras palavras, se antes, no dizer de Munakata, os trabalhadores tinham correntes que algemavam sua liberdade de atuação, o que tem se tornado preocupante é que os trabalhadores hoje choram e reclamam por falta dessas mesmas correntes. Em

termos de representação social, a maioria dos sonhos de milhares de trabalhadores brasileiros é, ou "ter seu próprio negócio" ou "ter um trabalho de carteira assinada". Portanto a situação é mais grave do que se possa num primeiro momento imaginar, o que Munakata chama de "corrente para o trabalhador (que seria toda legislação trabalhista), é na representação de muitos a única possibilidade de segurança e estabilidade para uma sobrevivência mais condigna. É nesse sentido que procuramos compreender o espaço jurídico como um campo de luta. Existe luta, existe uma representação que sustenta a idéia de Direito e de Justiça que permeiam essas relações entre trabalhadores, empregadores e lei.

Próximo ao concluirmos essa etapa do trabalho monográfico, mais um fato importante veio corroborar com nossas hipóteses, qual seja o projeto de Lei nº 5.483, aprovado na Câmara Federal e enviado ao Senado, que visa a modificação do Art 618 da C. L. T., que possibilita a negociação de todos os direitos trabalhistas consignados na lei, em acordos realizados entre os empregadores e os sindicatos representativos de cada categoria. Essa modificação é um dos últimos golpes realizados contra o trabalhador, e que destrói internamente todas as conquistas de direitos trabalhistas que existiam até então. Está ameaçando conquistas históricas num desrespeito frontal à Constituição Federal. A economia neoliberalista mais uma vez, aniquila os direitos dos trabalhadores, permitindo que questões negociadas prevaleçam sobre as legisladas. A C.L.T que era vista por MunaKata como a AI-5 dos trabalhadores, nesse início de século XXI passa a ser o alvo a ser destruído pela política neoliberalista, alvo que vem sendo destruído gradativamente, pela negociação de direitos que deveriam ser inegociáveis e pela restrição da aplicação da Lei em benefício do trabalhador.

Compreender as representações que permeiam as relações sociais dessa luta de classes que perpassam o processo jurídico é tarefa premente se quisermos compreender os rumos da luta trabalhista frente ao sistema capitalista, tarefa na qual nos aprofundaremos nos próximos trabalhos.

FONTES DOCUMENTAIS

- Processos Jurídicos de Acidentes do Trabalho de 1930 a 1970 doados pelo Fórum Abelardo Pena, sob a guarda do Centro de Documentação de História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia.

- Processo de Acidente Trabalhista Nº 5.753, Comarca de Uberlândia –MG. **1935**
  Reclamante: José Costa Machado. Reclamado: Joaquim Marques Póvoa.
  Advogado do Trabalhador: Dr. Celso de Vasconcellos / Dr. Francisco Elias Barbosa.
  Advogado do Patrão: Dr. Abelardo Pena.
  Juiz da Comarca de Uberlândia em 1ª Instância: Arnaldo Orlando Teixeira de Moura.

- Folders de apresentação: Uberabinha- A semiologia de um passado. Texto de Valéria Maria Queiroz C. Lopes com realização da XV Mostra fotográfica do CDHIS. Exposição Uberlândia 1900/1990- História através das Imagens.

- Fotos da Companhia Mogiana da Estrada de Ferro e Fórum Municipal, integrantes do Acervo do Arquivo Público Municipal.

- Fotos da Companhia Mogiana da Estrada de Ferro integrantes do Acervo do Centro de Documentação de História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 6.ª ed. de acordo com a CF/88, ed. Saraiva, São Paulo, 1993.
- ARRUDA JR. **Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa** (Ensaios sobre o Direito numa sociedade da classes). São Paulo, Acadêmica , 1993.
- BAKHTIN, Michael. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo, : Hucitec, Brasília: UNB, 1987.
- BASTOS ,Celso Ribeiro **. Curso de Direito de Constitucional**, 14.ª ed. São Paulo , Saraiva, 1992.
- BACZKO, Bronislaw. Enciclopédia Einaud. **In: "Imaginação Social"**. - vol 5 anthropos-homem. 288. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BOBBIO, Noberto . **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant**. Trad. Alfredo Fait, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.
- BOBBIO, Noberto & BOVERO, Michelangelo . **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna, ed. Brasiliense,** 1996
- BOURDIEU, Pierre **. O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz- Memória e Sociedade , DIFEL, difusão editorial Ltda, Lisboa, 1989
- CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da Lei: 1889-1930**. Brasília.UnB: Editora Universidade de Brasília. Edições Humanidades, Série Prometeu. 2001.
- CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 6.ed. Trad. Lúcia Maurício de Alverga, Rio de Janeiro, Paz e Terra , 1989
- CARRION Valentin**. Comentários à Consolidação das leis do trabalho**. 18.ª ed atuale ampl. 2.ª tiragem – São Paulo, Revista dos Tribunais, 1994.
- CATOLICISMO (revista). **Direito Alternativo , um projeto Incendiário**. nº 514, Outubro/1993- ano XLIII. Pp 6-20
- CHARTIER , Roger. **A História cultural- entre práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- _____ **O mundo das representações** . texto publicado com permissão da revista Annales (NOV/DEZ 1989, nº 06 , pp.1505-1520
- CHAUÍ, Marilena . **Conformismo e Resistência**, aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- _____ **Cultura e Democracia : o discurso competente e outras falas**. São Paulo , Moderna, 1990.
- Código Civil Brasileiro., 45.ª ed. São Paulo, Saraiva, 1994.
- Código Penal Brasileiro., 34.ª ed. São Paulo, Saraiva, 1996.
- Consolidação das Leis de Trabalho – Decreto – lei n. 5.452 de 1° de maio de 1943, atualizada , 21.ª ed. , Saraiva, 1996.
- Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. São Paulo, Saraiva , 22.ª ed, 1999.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elemento da Teoria Geral do Estado**. São Paulo, Saraiva, 1993.
- DE DECCA , Edgard S. **O silêncio dos Vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DIAS, Maria Odila. S. **Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 4.° vol., São Paulo, Saraiva , 1986
- DUTRA, Eliana . "A virtude do esforço". In: **O Ardil totalitário**; Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- EWALD, François . **Foucalt , A Norma e o Direito**. Lisboa , Veja, 1993.
- FARIA, José Eduardo (org) **A crise do Direito numa Sociedade em mudança**. Brasília, Ed. UNB. 1988.
- FONSECA , Márcio Alves . **Michel Foucalt e a Constituição do Sujeito**. São Paulo, EDUC, 1995.
- FOUCALT, Michel. **A ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2.ª ed. São Paulo, Loyola , 1986.
- _____ **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, Nau editora , 1996.
- _____ **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GIGLIO,Wagner. Direito Processual do Trabalho. 9.ª ed. LRT , 1993
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais . Morfologia e História**. São Paulo, Companhia das Letras , 1989.

- _____ **O queijo e os vermes**. São Paulo, Companhia das Letras , 1982.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo** Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. Revista História & Perspectivas. Uberlândia , nº 04, Jan/Jun.1991.
- JESUS , Damásio de . Direito Penal. 1º vol. , 19 ed. São Paulo, Saraiva, 1995.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- LAKATOS , Eva Maria & MARCONI , Mariana de Andrade. **Metodologia Científica** . São Paulo, Atlas , 1982.
- MACHADO, Francisco de Mello. **Curso de Direito e Processo do Trabalho**. 3.ª ed., rio de Janeiro, edições trabalhistas S.A, 1978
- MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe** (Comentado por Napoleão Bonaparte). Trad. Torrieri Guimarães, 8 ed. São Paulo, Hemus editora, 1977
- MARANHÃO, Délio. Direito do trabalho. 7.ª ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- MARX , Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira . São Paulo, Hucitec, 1984.
- MATA , Roberto da. **Relativizando: uma introdução á antropologia social**. Petrópolis, Vozes 1984.
- MONTESQUIEU. **O Espírito da Lei**. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues, 2.ª ed. São Paulo, Abril cultural , 1979.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Processo Penal 7.ª ed, São Paulo, Atlas, 1997
- MUNAKATA, Kazumi. **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.p.106
- NADER, Paulo . **Introdução ao Estudo do Direito**. Forense., Rio de Janeiro, 1994.
- NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo, Acadêmica, 1994.
- PAIM, Antônio . **O Apostolado Positivista e a República** . Biblioteca do Pensamento Político Republicano , vol.2, Brasília, Ed. UNB,1981.
- Revista Uberlândia Ilustrada. In: "Álbum de Uberabinha- Vultos de nossa História". nº 03, Maio de 1939; pp. 10 e 11. Acervo do Arquivo Municipal de Uberlândia

- Revista Uberlândia Ilustrada- Artigo intitulado: **A "Alta Mogiana"** – Nº 14, Dezembro/1947, pp. 12 e 13. Acervo do Arquivo Público Municipal.
- Revista Uberlândia Ilustrada- Janeiro de 1952- nº 15, pp. O6 e 08- Acervo do Arquivo Municipal de Uberlândia e Fevereiro de 1959, nº18, p.11.
- RPS – Regulamento da Previdência e Assistência Social – Decreto lei nº 3.048 de 06/maio/1999. Publicado no Diário Oficial da União 07.05.1999 rep. DOU 12.05.99.
- RUSSOMANO, Mozart Victor . **Comentários à Consolidação das Lei do Trabalho**. Editora Forense, 9.ª ed. Rio de Janeiro de 1982.
- SANTOS, Paulo Roberto de O. **Para além da Lei- ocupações de um Território Legal Iturama e Campo Florido/MG- 1989 a 1993)**. Dissertação de Mestrado em História Social defendida sob a orientação da Dr.ª Estefânia Knotz Fraga. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997.
- SILVA , José Afonso da . **Curso de Direito constitucional Positivo**. 10.ª ed. São Paulo , Malheiros editores, 1995
- THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol I, 14.ª ed., Rio de Janeiro, Forense , 1995.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 Volumes. – trad. Denise Bootmann Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987,
- _____ **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.
- _____ **Senhores e Caçadores** – trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- VIEIRA, Maria Pilar A, PEIXOTO, Maria do Rosário C., KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989.

ANEXOS



PROCESSOS INVENTARIADOS NO CDHIS *ACIDENTES TRABALHISTAS*			
ANO	**Nºde processos**	**ANO**	**Nºde processos**
1929	1	1952	?
1930	2	1953	18
1934	3	1954	22
1935	2	1955	18
1936	1	1956	23
1937	2	1957	24
1938	?	1958	25
1939	9	1959	22
1940	13	1960	19
1941	07	1961	08
1942	25	1962	39
1943	06	1963	26
1944	13	1964	27
1945	21	1965	22
1946	11	1966	14
1947	17	1967	17
1948	09	1968	11
1949	14	1969	09
1950	02	1970	02
1951	04	TOTAL	499

OBSERVAÇÕES: Estes dados não nos permitem confrontações seguras, uma vez que representam apenas o número dos processos que foram doados pelo Fórum Dr. Abelardo Pena. Desconhecemos o Universo de processos como um todo.

Entretanto por esta amostragem é possível fazermos algumas inferências precárias:

- Os poucos processos arrolados, de acidentes ocorridos entre 1929 a 1941 ocorreram em propriedades particulares, ligadas ainda às atividades rurais: fazendas, engenho de cana, "charqueadas", curtumes.
- A partir de 1942 de processos por acidente sofrem um aumento significativo, devido aos acidentes ocorridos em duas Companhias: A Companhia de Estrada de Ferro Mogiana e a Companhia Prado de Eletricidade (nesta última os processos começam a aparecer por volta de 1944).
- Os principais acidentes ocorridos com os trabalhadores da Mogiana, durante a sua construção e posterior funcionamento são: acidentes em máquinas velhas, quedas freqüente do troli, acidentes em serras elétricas, compressão das mãos entre vagões, traumatismo nos pés, trabalhadores que pisam em pregos.
- Os acidentes mais comuns em número de indenizações são os ocorridos pela perda dos dedos, perda das funções palmares, esmagamento das mãos, imobilização, perda das "falanges" palmares e queimaduras de mãos.
- A partir de 1947/1948 verifica-se um aumento do número de acidentes com morte.
- Os chamados "Acordos Trabalhistas" são intermediados pelas Seguradoras, dentre elas a Sul América Terrestres/Marítimas e Acidentes, a Companhia Boa Vista de Seguros, a Companhia Nacional de Seguros, as Instituições de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários.

ANEXO



ICONOGRÁFICO

Foto 1

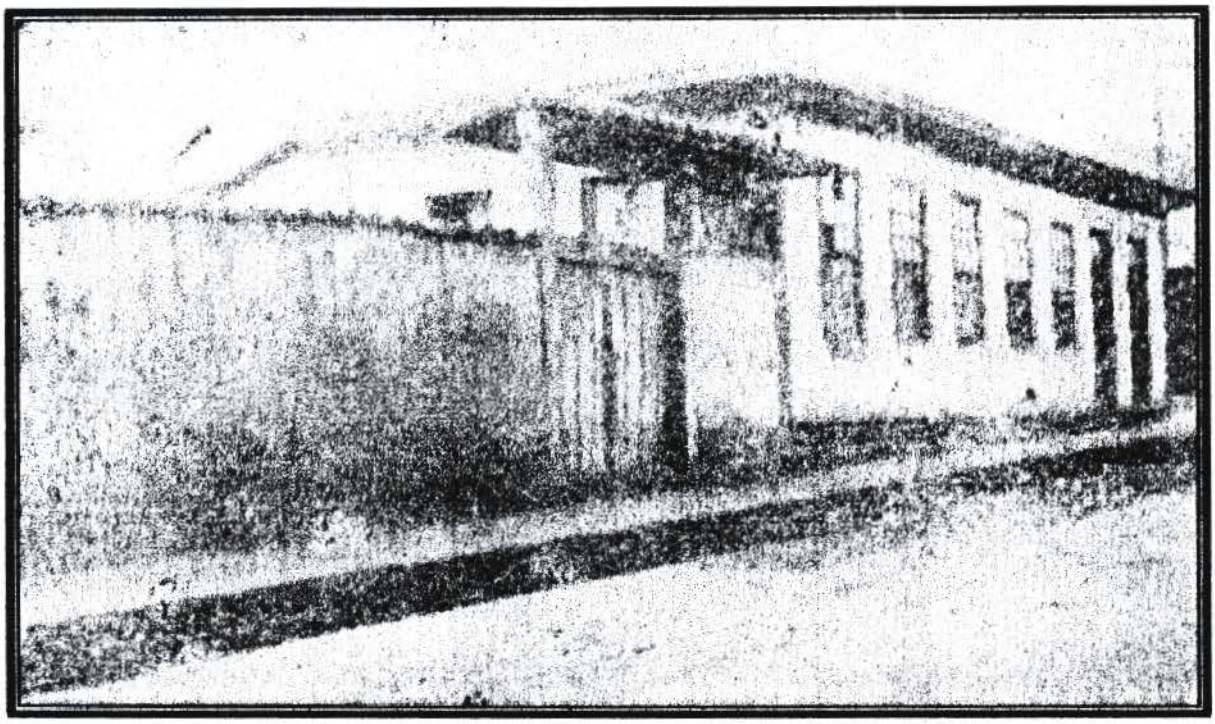


Foto 2

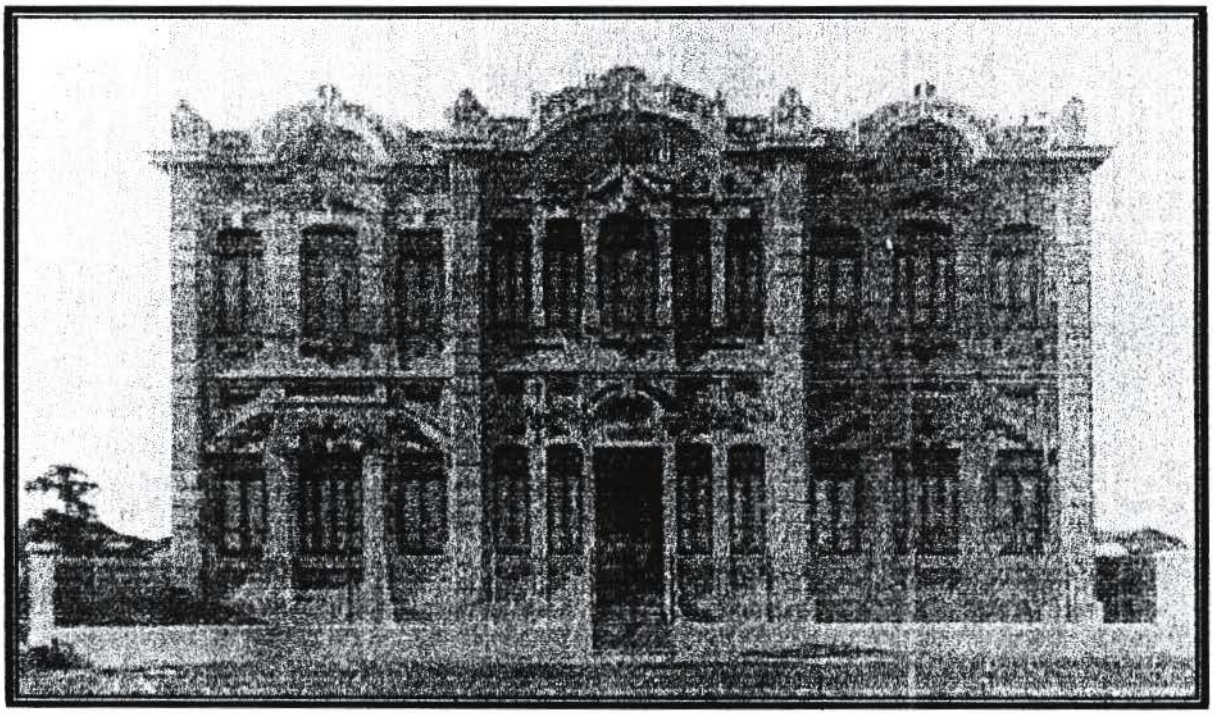


Foto 1- O primeiro Fórum da cidade de Uberlândia, situava-se à Rua Vigário Dantas, onde foi instalado o Paço da Intendência, em 14/03/1891. (Acervo do Arquivo P. Municipal)
Foto 2- Em 07/09/ 1922 o Fórum foi transferido para um suntuoso prédio localizado na Praça da República, à Rua Visconde de Rio Branco, onde hoje é a Rua Duque de Caxias na Praça Tubal Vilela. De lá o Fórum foi transferido em 1977 para a Pr. Sérgio Pacheco.

Foto.1

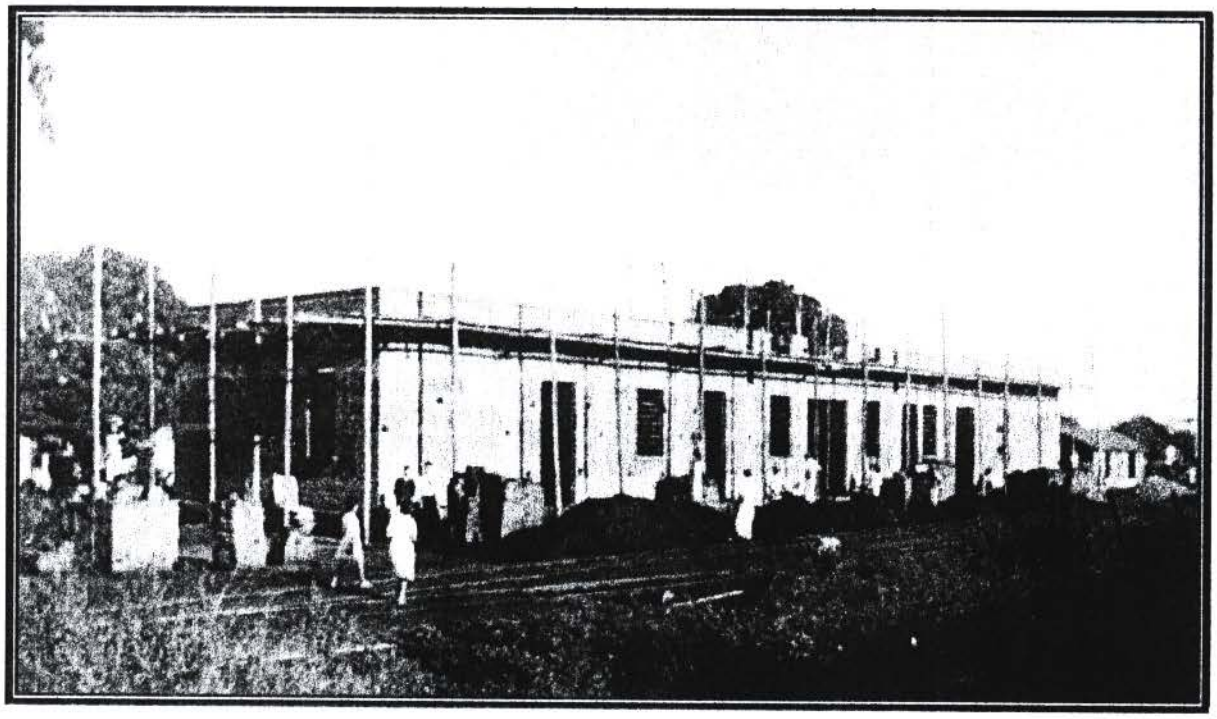


Foto.2

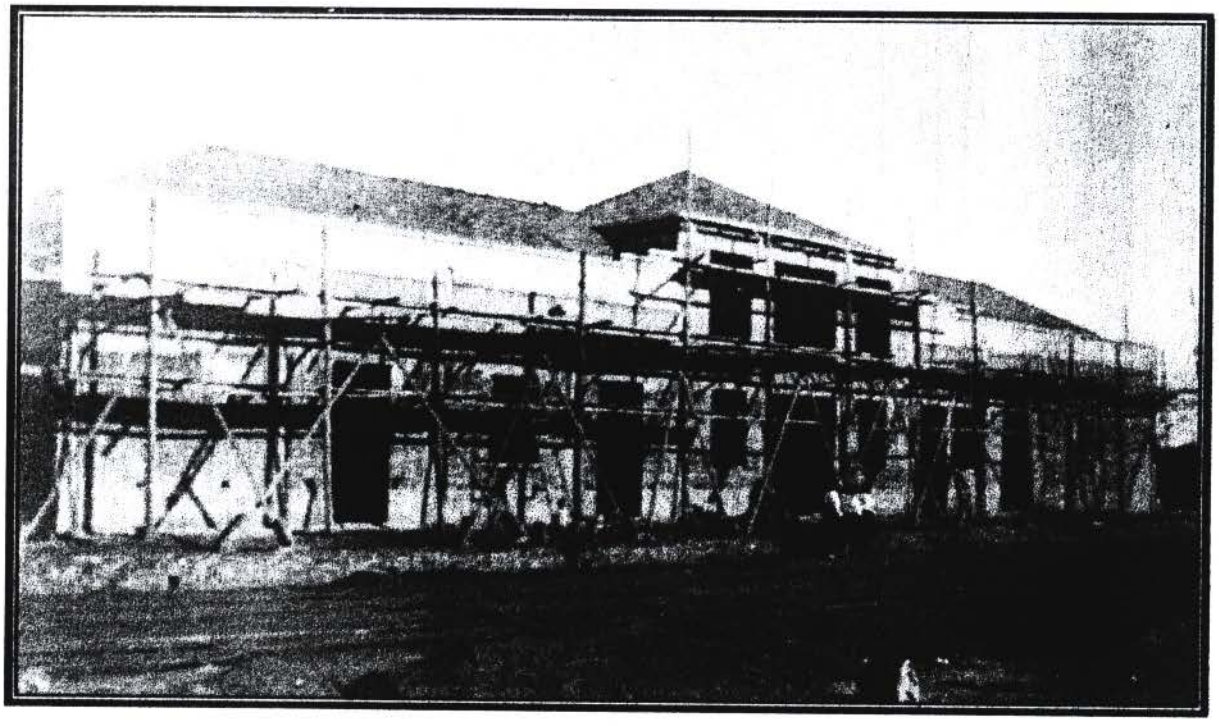


Foto.1 e Foto.2 - Referem-se à Construção da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana em São Pedro do Uberabinha 1895. (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 3

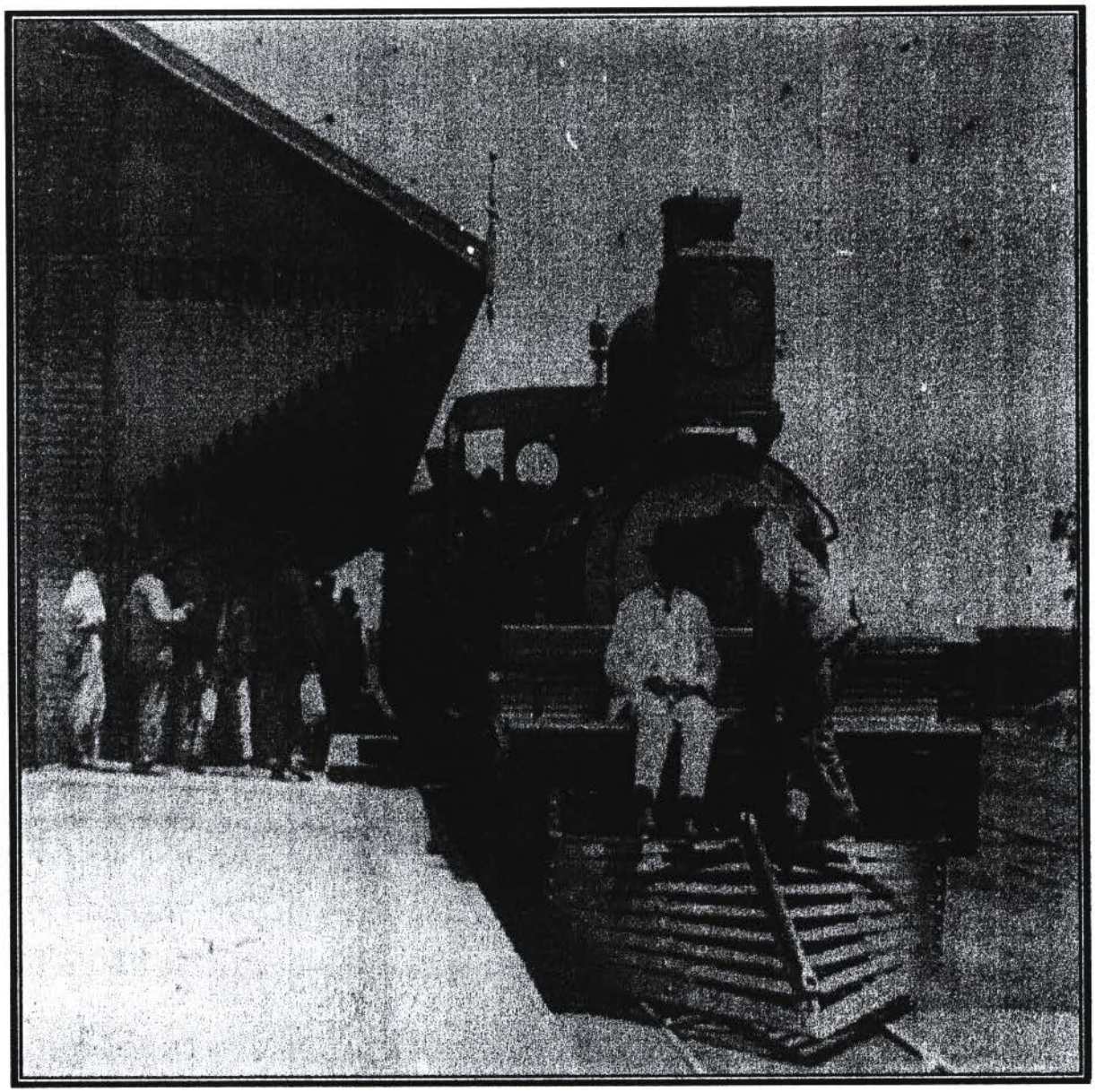


Foto 03 – Tirada na 2ª Estação Mogiana à época de São Pedro de Uberabinha. Antigamente os Mestres de Linhas só viajavam sentados à frente dos trens (como se observa na foto acima). Essa prática causou diversos acidentes e mortes, pois os mesmos ficavam expostos a todo tipo de intempéries e choques com animais durante o trajeto. Com a freqüente ocorrência de acidentes, o sistema foi modificado e os funcionários em questão passaram a viajar no interior das próprias locomotivas. (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 4

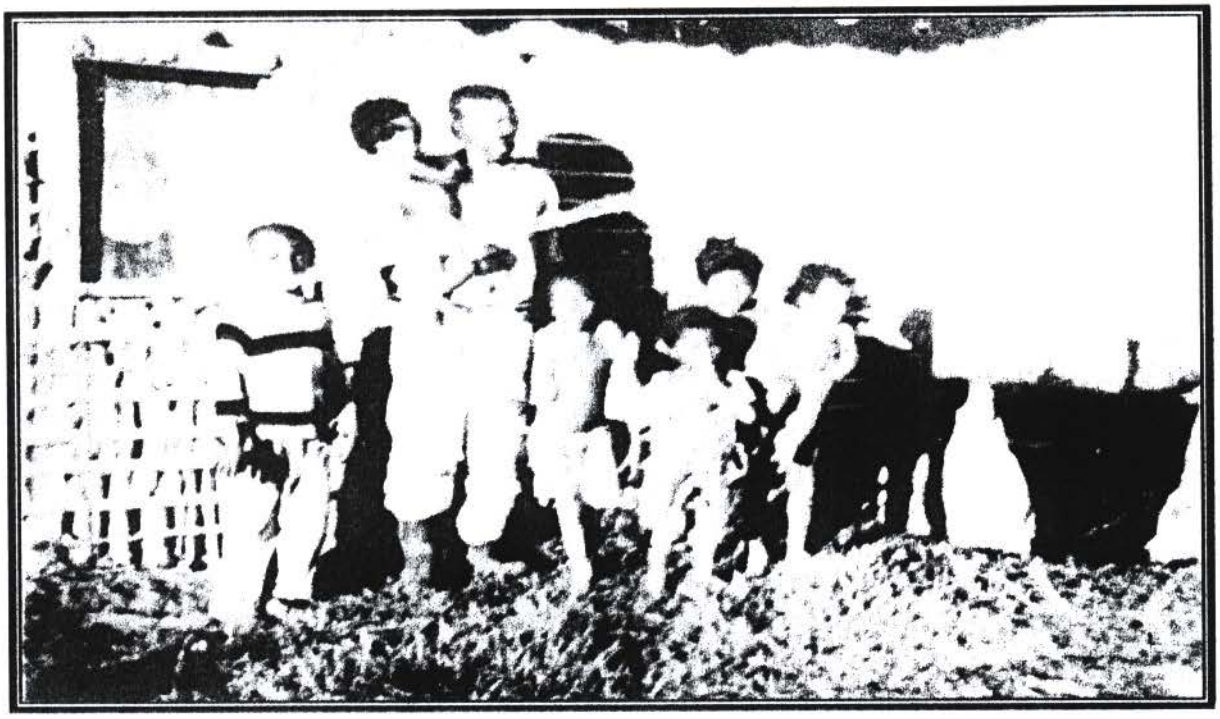


Foto 5

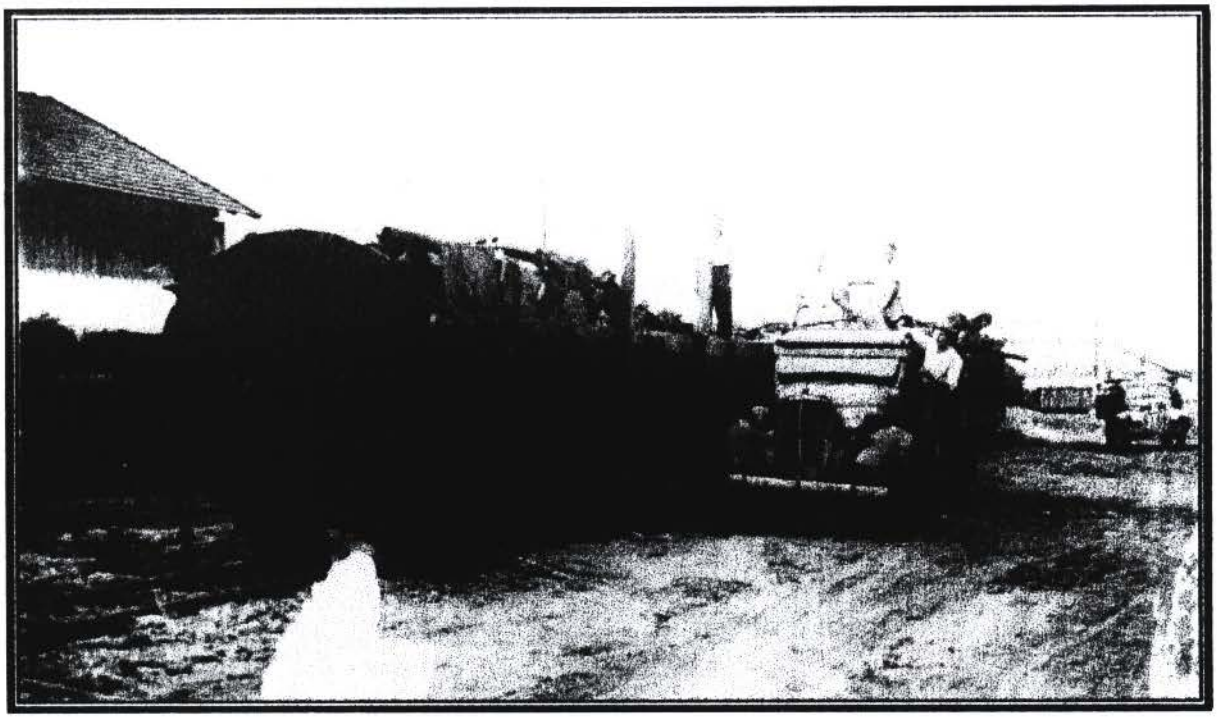


Foto 4- Sr. João Máximo da Silva, casado com a Sr.ª Adelaide Dias da Silva e filhos- Chefe da Mogiana de São Pedro de Uberabinha desde sua inauguração, 1916 a 1918 (Acervo do CDHIS da Universidade Federal de Uberlândia).

Foto 5- Trabalhadores e suas condições de Trabalho na Estação Mogiana, por volta de 1935 (Acervo do CDHIS - Centro de Documentação Histórico da U.F.U.).

Foto 6



Foto 7

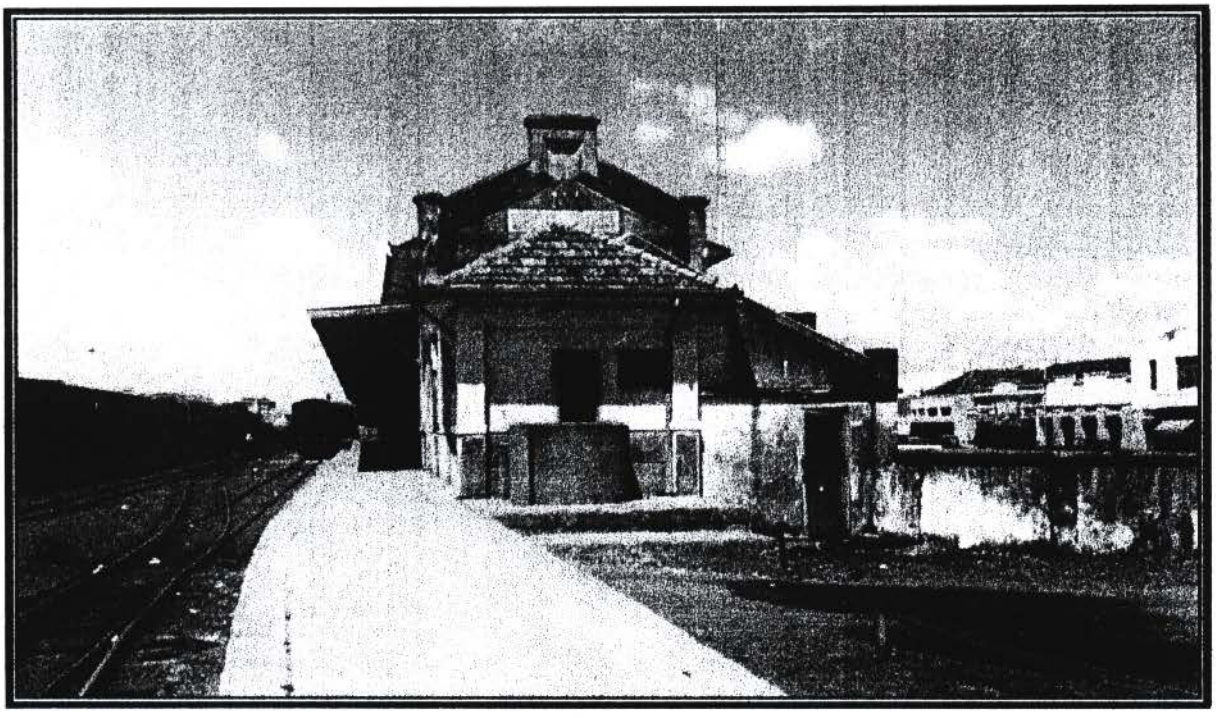


Foto 6 - Aglomeração de pessoas na Estação Mogiana à espera da chegada do trem. (sem data- Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 7 – Terceira Estação Cia. Mogiana de Ferro, era ao mesmo tempo estação e armazém de cargas. Localizada em frente à Av. João Pessoa, entre a João Pinheiro e Av. Afonso Pena.

Foto 8

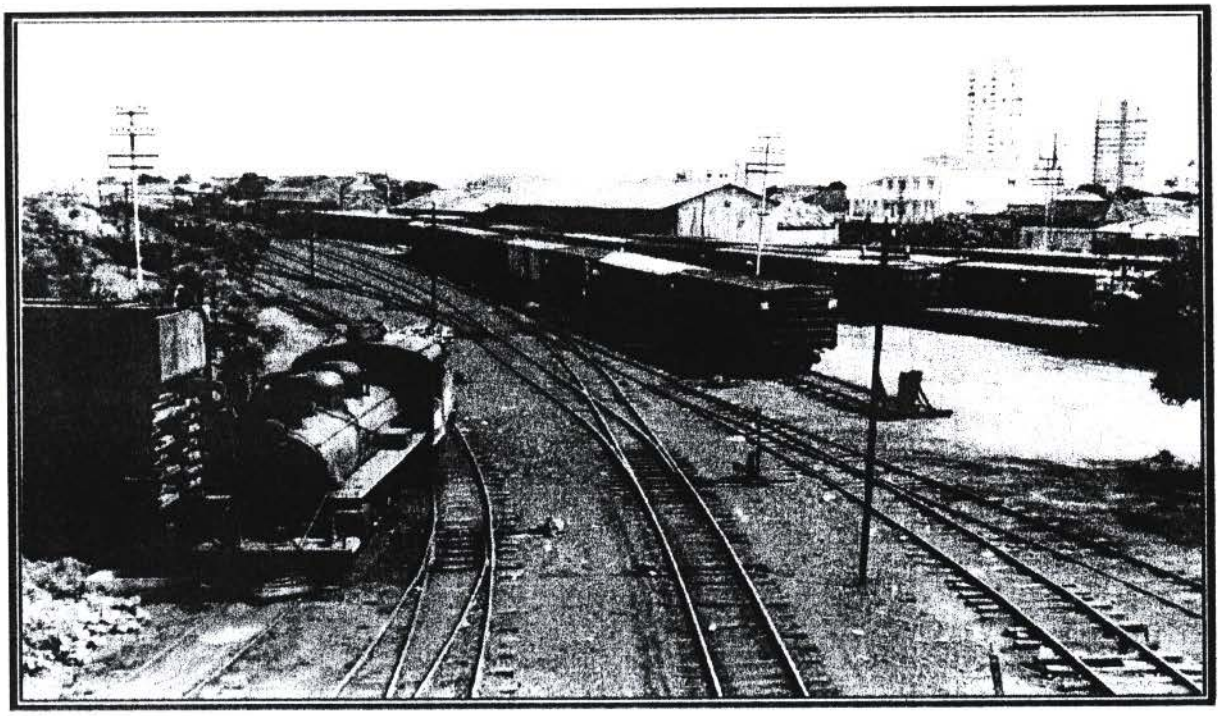


Foto 9

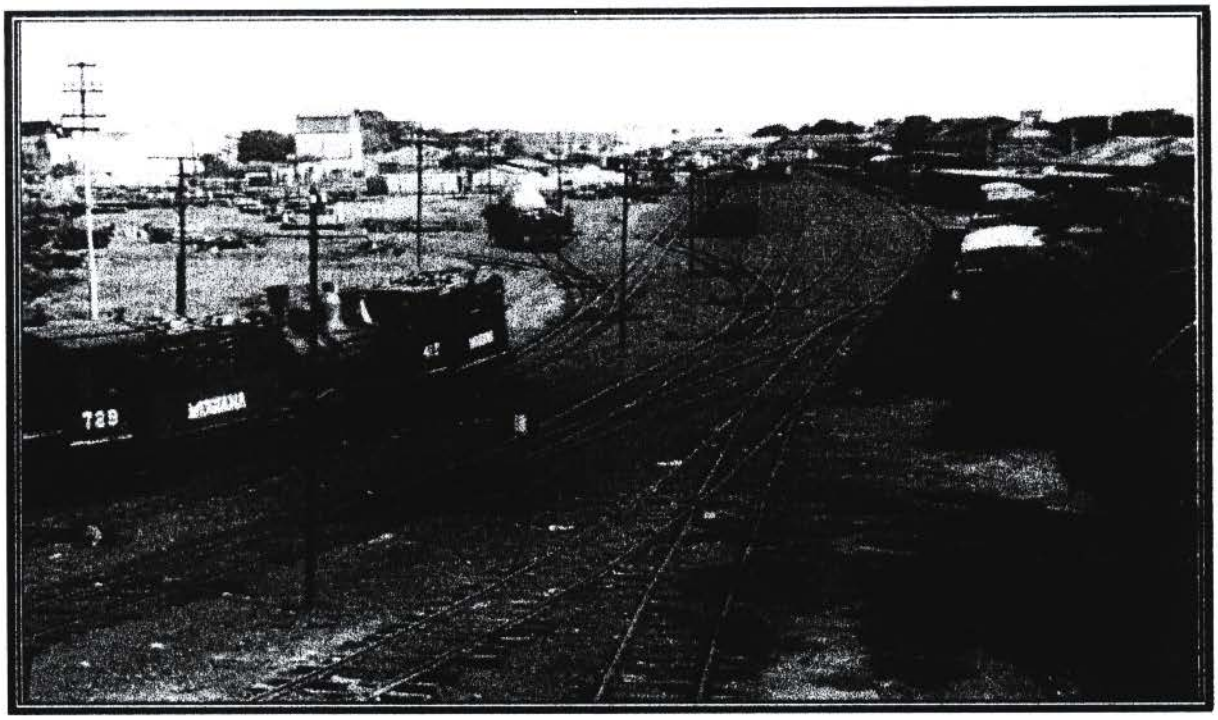


Foto 8 e Foto 9 – Pátio interno de manobras da 4.ª Estação Cia. Mogiana de Ferro, onde se vê o Armazém de zinco para cargas, a 3.ª Estação também transformada em Armazém de carga e o hoc. de manobra da "Maria Fumaça. Localizados entre a Av. Vasconcellos Costa, a Av. Floriano Peixoto e em frente à Av. João Pessoa –A estação e os armazéns foram demolidos em 1970 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 10

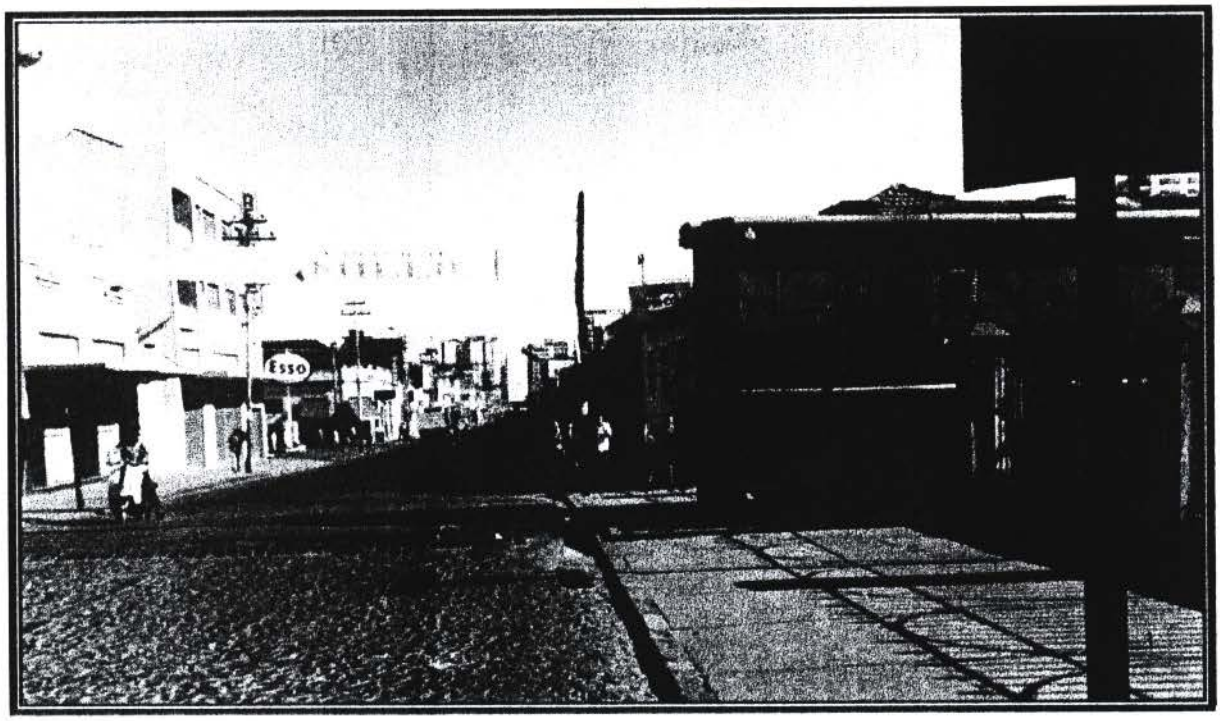


Foto 11

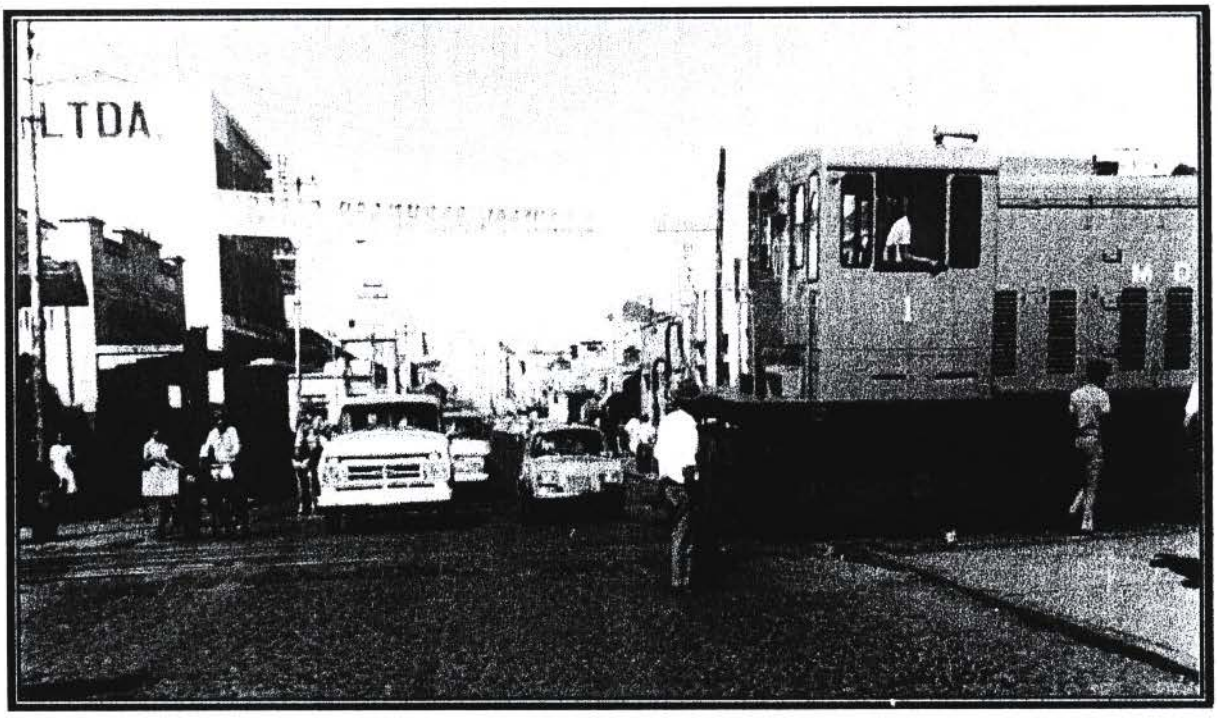


Foto 10 e Foto 11- Traçado da Linha Férrea dividindo a cidade. A ferrovia oferecia riscos de acidentes, não apenas aos funcionários que nela trabalhavam diariamente, mas à população em geral – Trecho da Av. Floriano Peixoto, manobra para engate de vagões.(sem data - Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 12

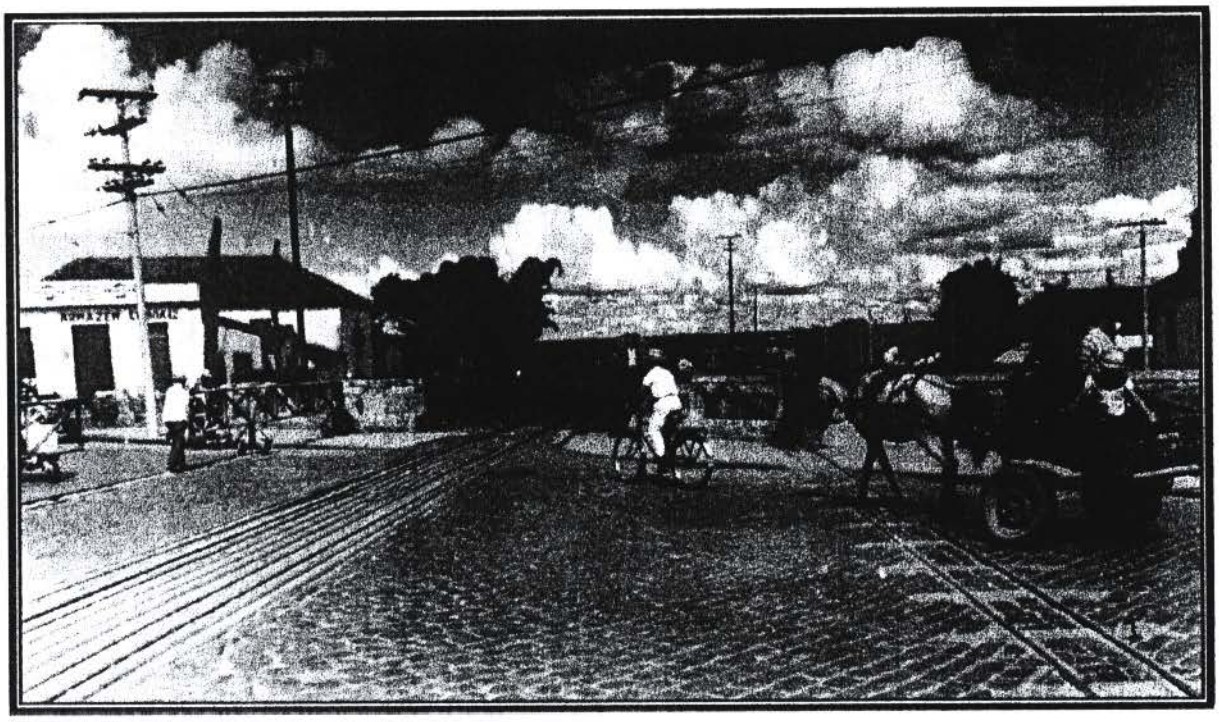


Foto 13

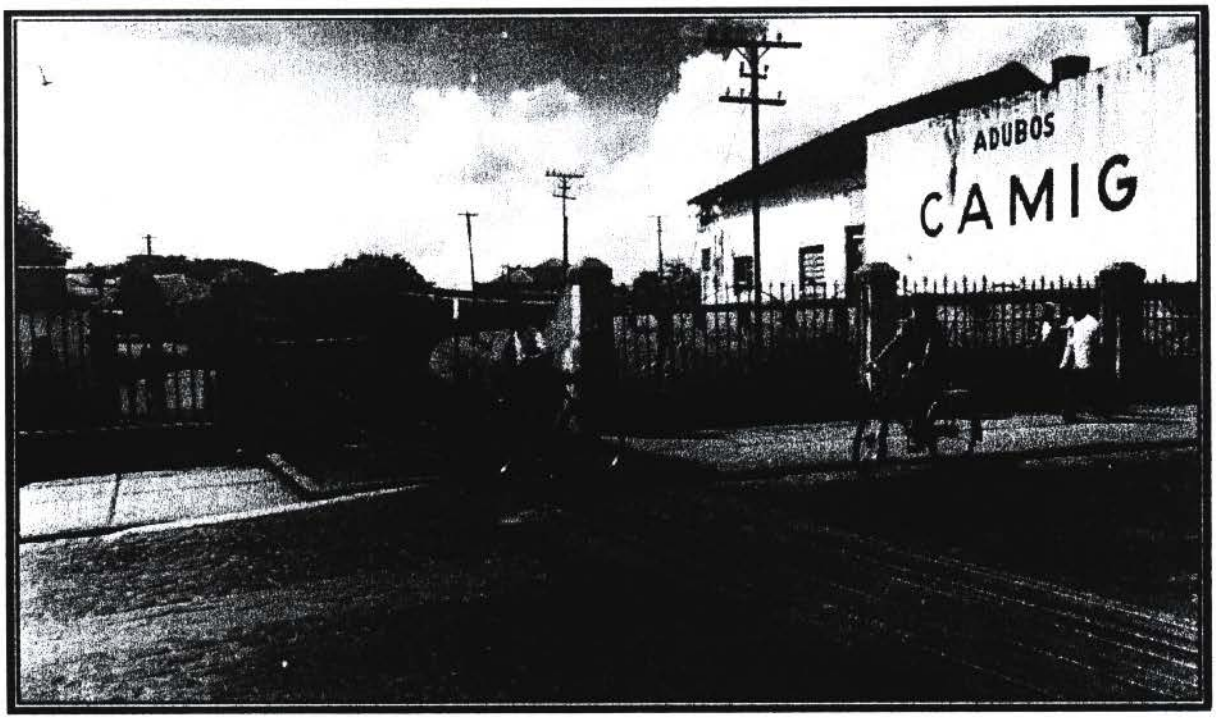


Foto 12 – A Linha de Ferro modifica os hábitos de vida da população local e transforma o espaço urbano. Trecho da Av. Cesário Alvim com Av. João Naves de Ávila (sem data – Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 13- Trecho da Linha de Férreo: bicicletas, carroças, pessoas e trens disputam espaço numa convivência arriscada (sem data- Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 14

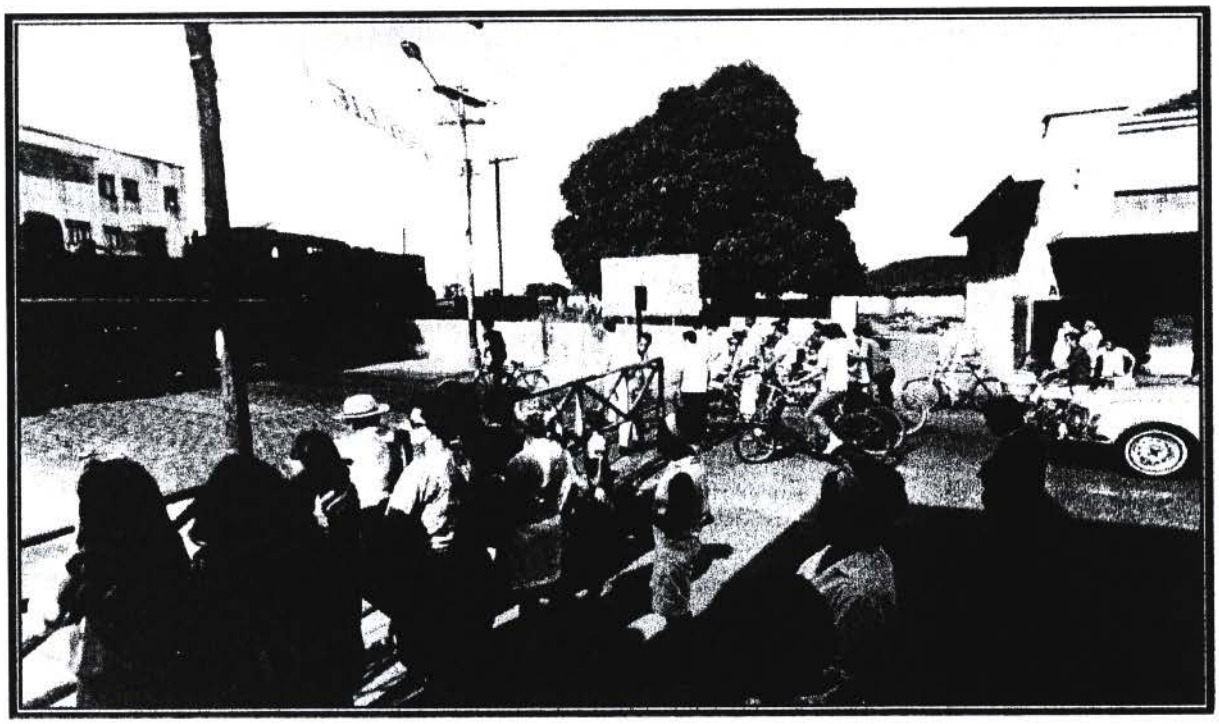


Foto 15

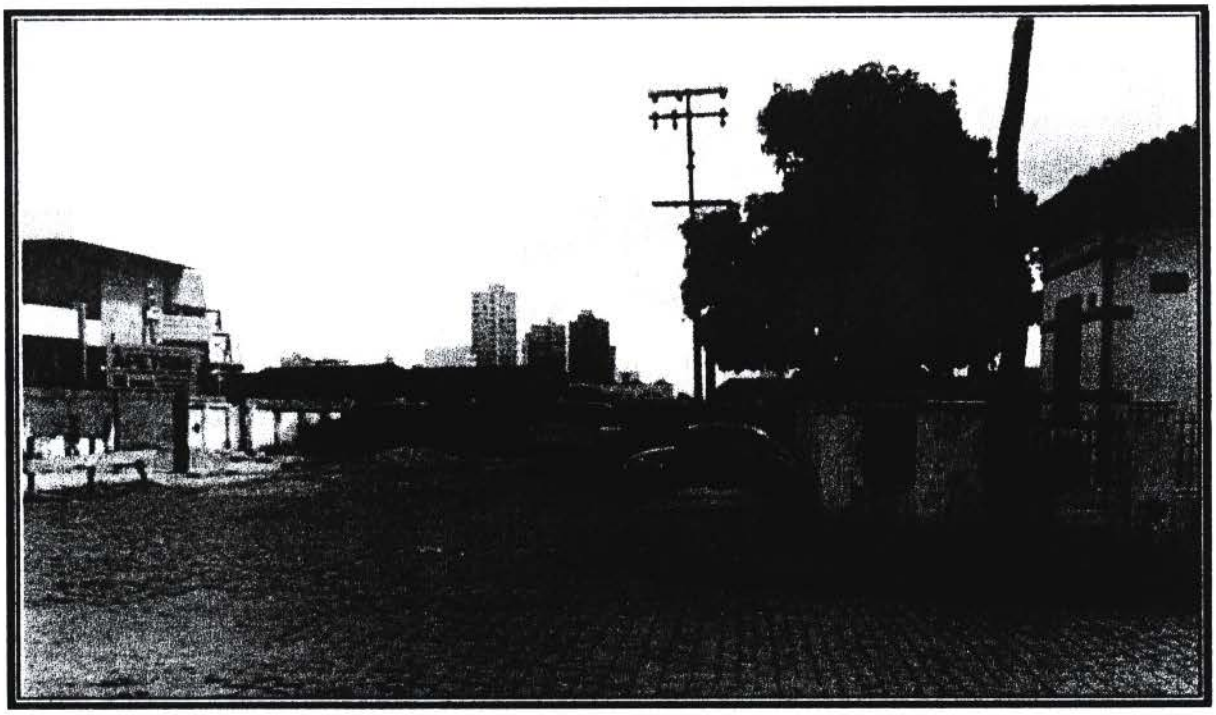


Foto 14 – Locomotiva "Mogiana" nº 252 em manobra, atravessando as porteiras da Av. Floriano Peixoto – 1970 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 15 – Vista da Av. João Pinheiro esquina com a Martinésia, aproximadamente por volta de 1967 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 16



Foto 17

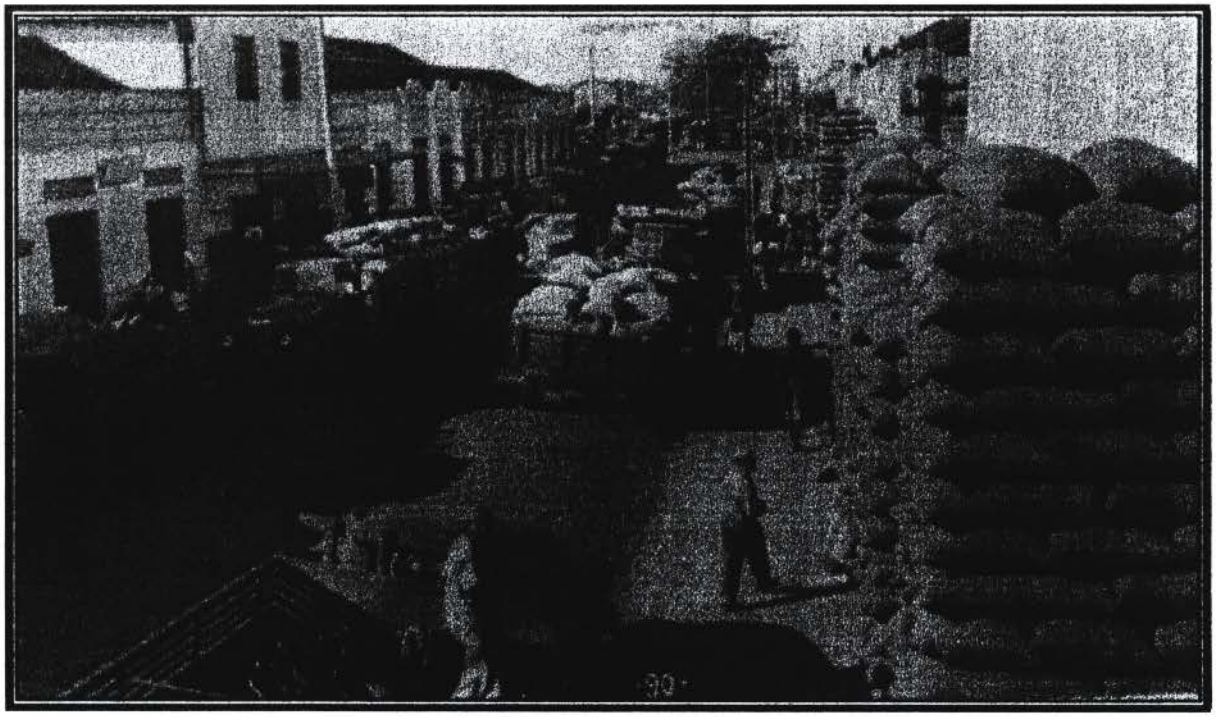


Foto 16 e Foto 17 – Referem-se a um trecho da Av. João Pessoa, próximo à Companhia Mogiana da Estrada de Ferro, armazéns de cargas e estocagem de mercadorias (sem data – Acervo do CDHIS- Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia).

Foto 18

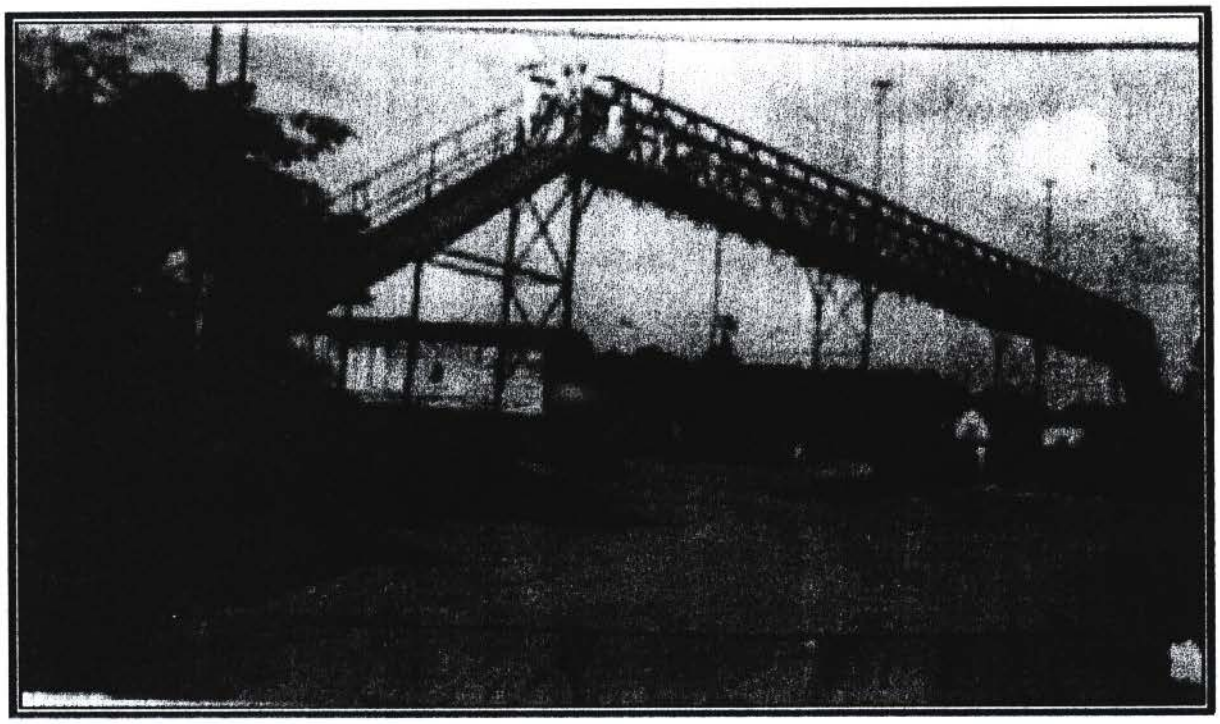


Foto 19

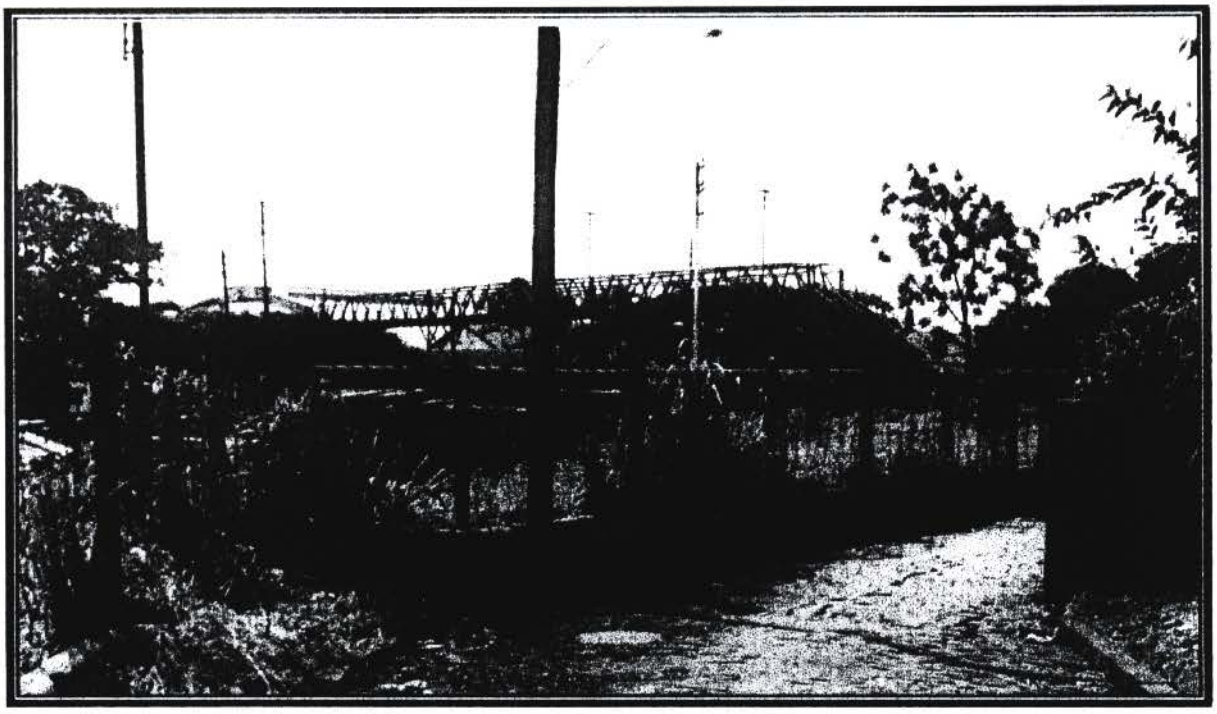


Foto 18- Passarela de Pedestres "Salvador Melazzo" sobre os trilhos, ligando a Av. João Pessoa à Av. Brasil. (sem data -Acervo do CEDHIS da Universidade Federal de Uberlândia).

Foto 19- Idem. Data aproximada de 1952 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 20

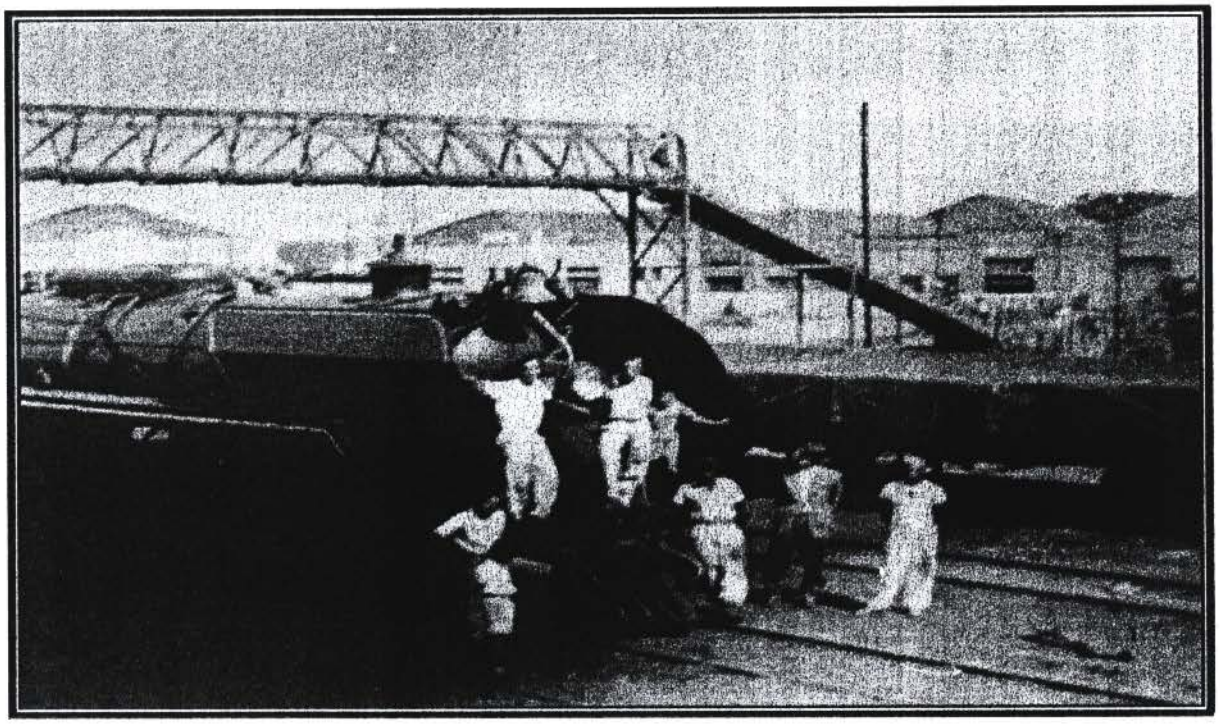


Foto 21



Foto 20 e Foto 21- Referem-se à Passarela "Salvador Melazzo" sobre os trilhos, que ligava os dois lados da cidade. Popularmente denominada de "Pinguelinha do Melazzo". Ligava a Av. João Pessoa à Av. Brasil (sem data – Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 22

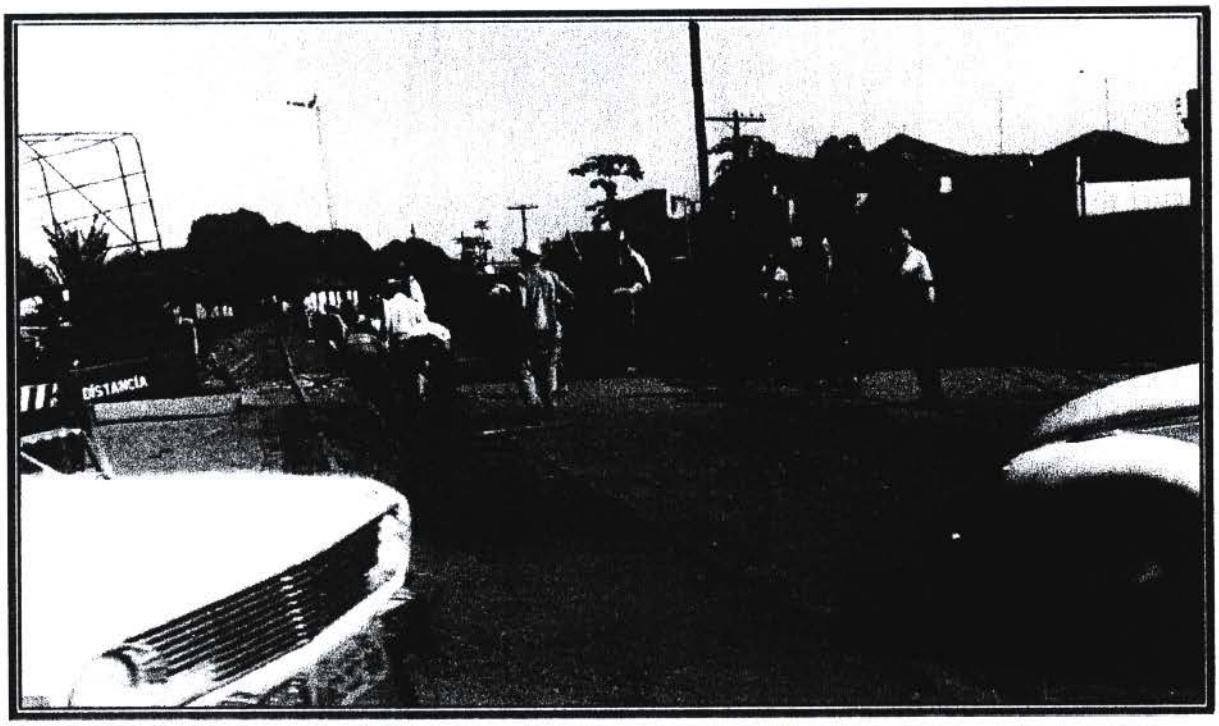


Foto 23



Foto 22- Retirada dos trilhos – Av. Cesário Alvim com Av. João Naves de Ávila 1970. (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 23- Retirada dos trilhos no interior do pátio da Mogiana. Na casa da esquina morava o Sr. Alfredo Lopes Carvalho, chefe de armazém da Mogiana. (Arquivo Público).

Foto 24

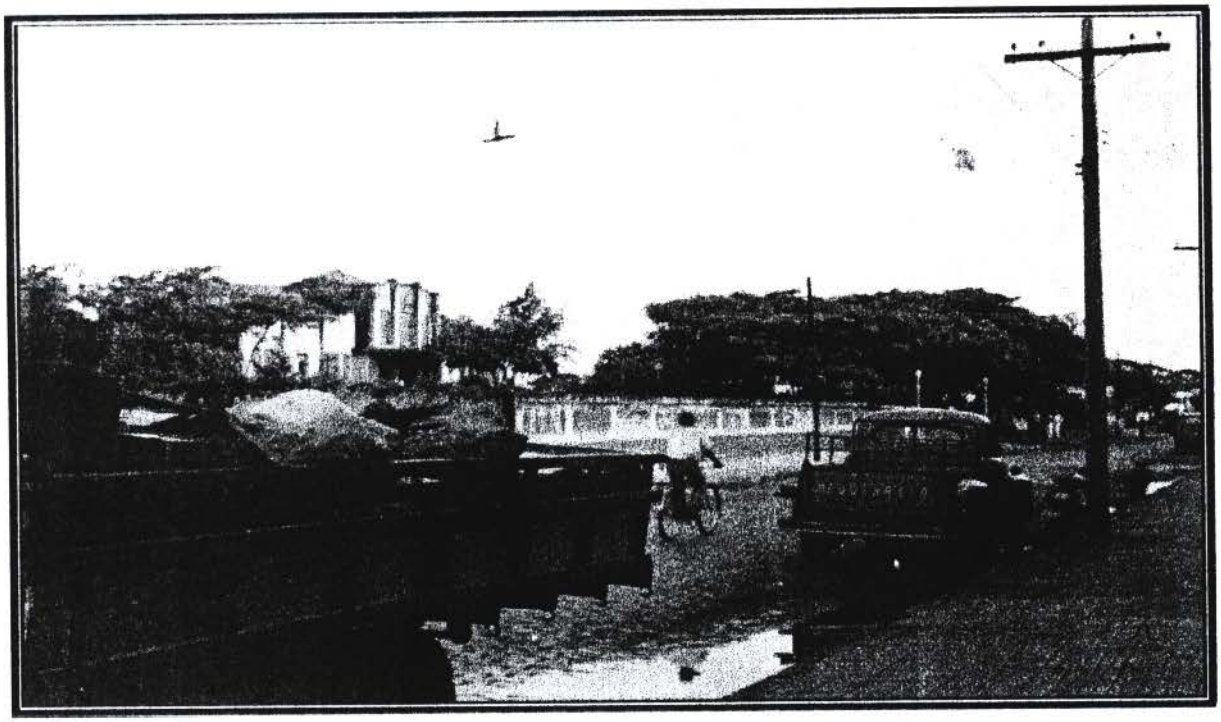


Foto 25

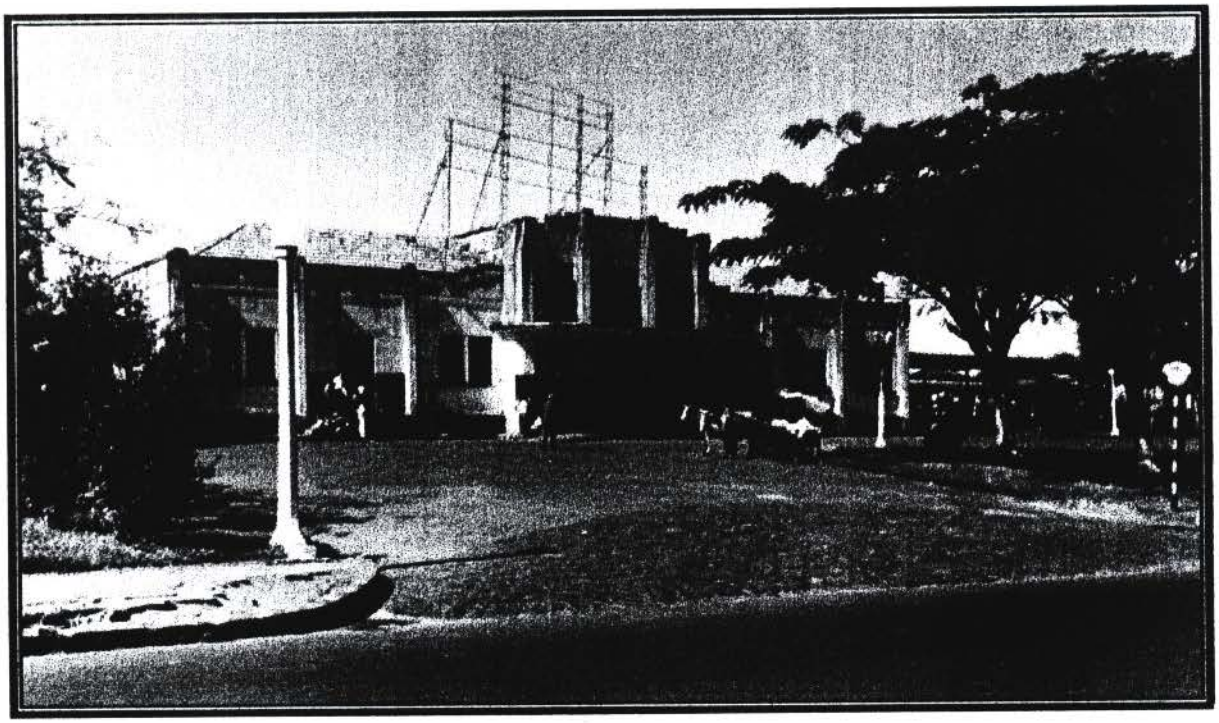


Foto 24 – Frente do prédio da 3ª Companhia Mogiana da Estrada de Ferro (sem data – Arquivo Público Municipal).

Foto 25 – Frente do prédio da 4ª Companhia Mogiana da Estrada de Ferro – construída em 24/08/1941 e demolida em 1970 (Arquivo Público Municipal).

Foto 26

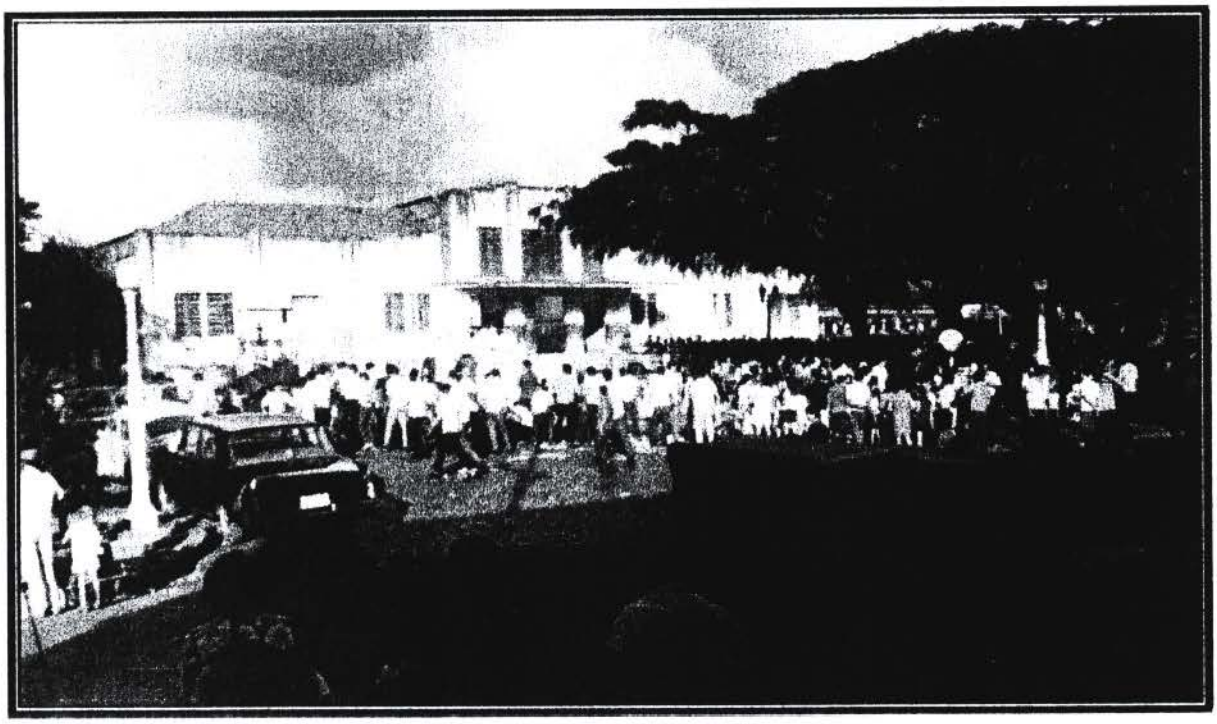


Foto 26 – Demolição da Companhia Mogiana da Estrada de Ferro. Destruição total de todas as suas instalações em 1970. (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 1



Foto 2

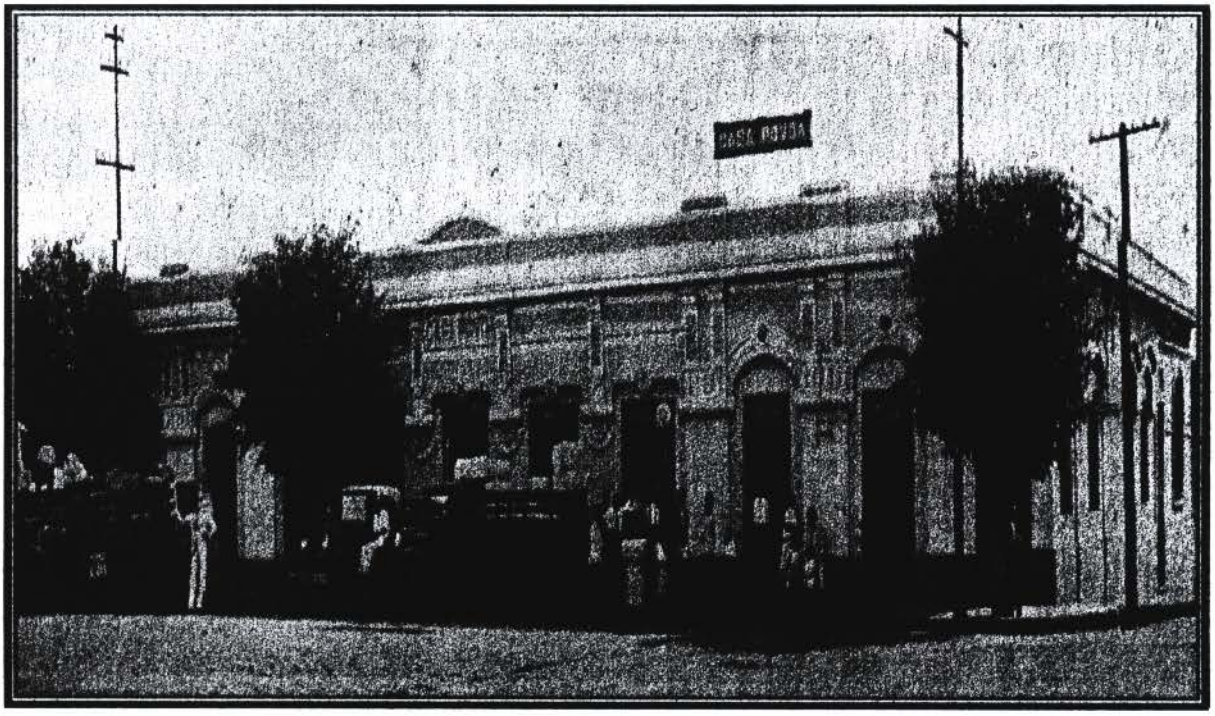


Foto 1 – Joaquim Marques Póvoa, construtor e comerciante em Uberlândia- In: "Álbum de Uberabinha - vultos de nossa história". Revista Uberlândia Ilustrada, nº 03, Maio de 1939, p. 02 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 2 – Casa Póvoa – Estabelecimento comercial do Sr. Joaquim M. Póvoa (idem).

Foto 3

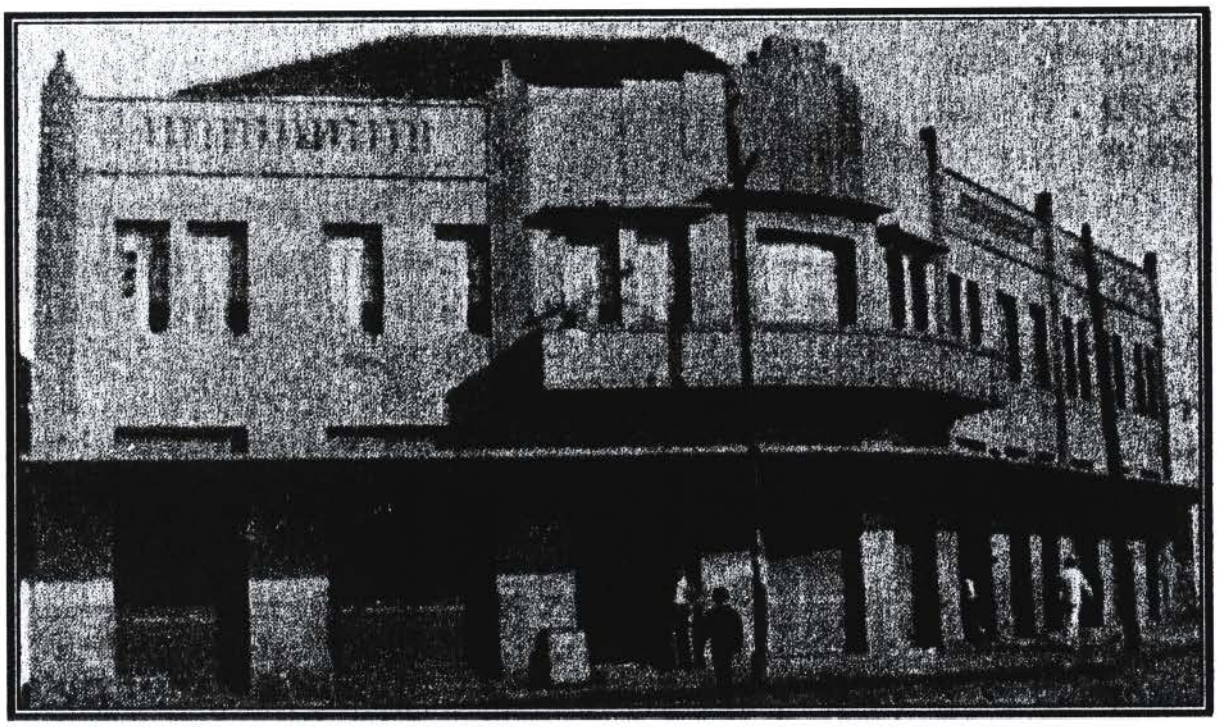
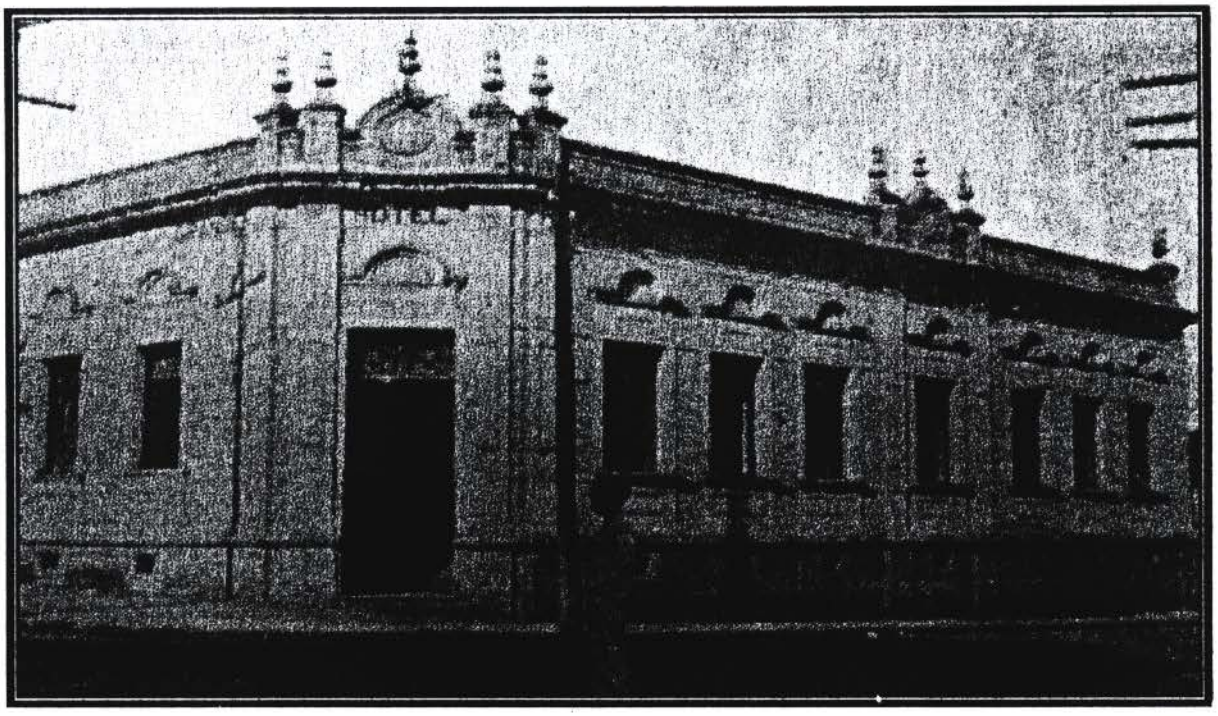


Foto 4



Construções empreendidas por Joaquim M. Póvoa:

Foto 3- Hotel da Estação. Praça Osvaldo Cruz e Av. João Pessoa –In: "Álbum de Uberabinha - vultos de nossa história". Revista Uberlândia Ilustrada, nº 03, Maio de 1939, p. 02 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 4 – Hotel Central. Av. João Pinheiro, esquina com Praça D. Pedro II. (Idem).

Foto 5

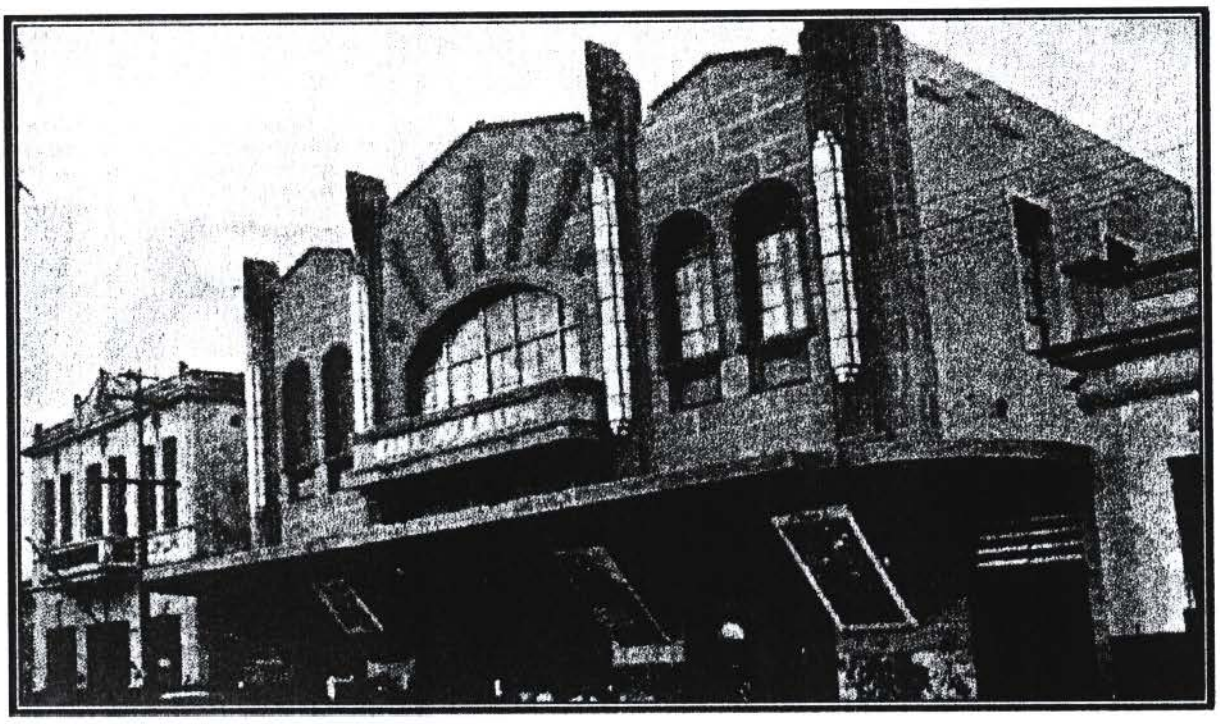


Foto 6

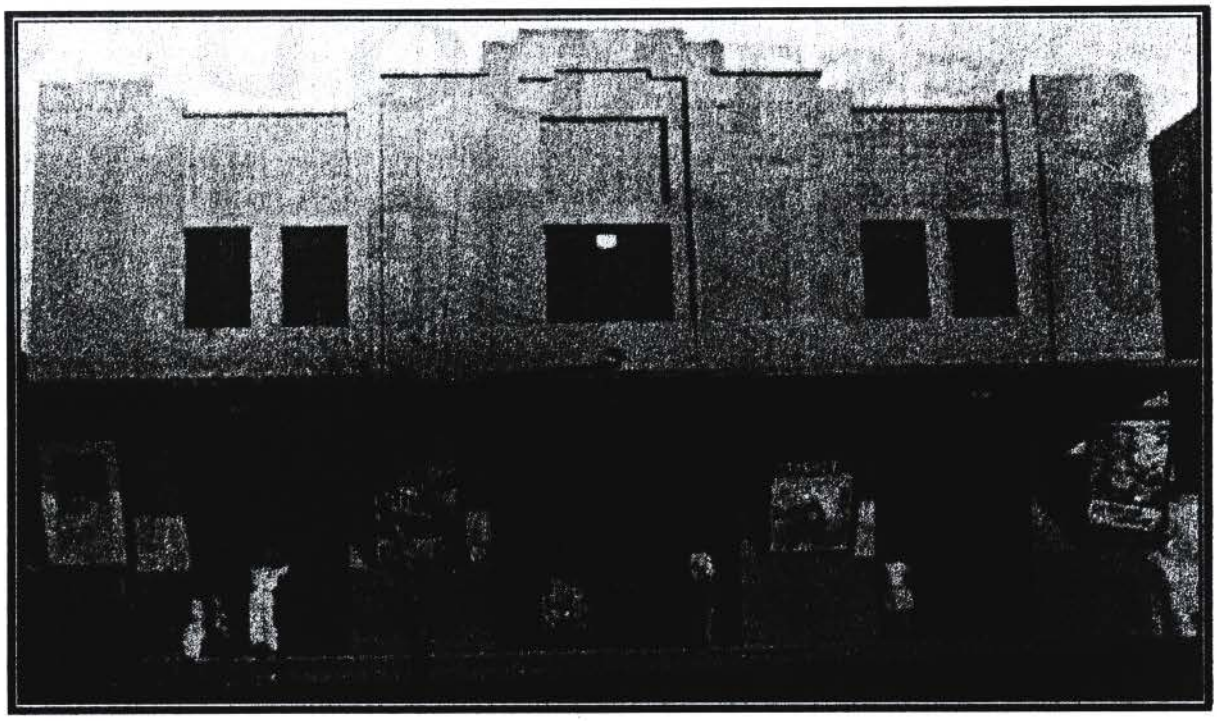


Foto 5- Cine Teatro Avenida - 1928. In: "Álbum de Uberabinha - vultos de nossa história". Revista Uberlândia Ilustrada, nº03, Maio de 1939, p.03 (Acervo do Arquivo Público Municipal).

Foto 6 – Éden Cinema finalizado em 1938, juntamente com o Hotel da Estação. (Idem).